

**CAPÍTULO 2 – ANDAMENTO DO PROJETO BÁSICO AMBIENTAL**

**Anexo 9.1.1 - 9 – Estudo Ethnohistórico - Prévia**

## **ANEXO 3.9**

### **Estudo Etno-histórico - Prévia**

**PROGRAMA DE ESTUDO, PRESERVAÇÃO,  
REVITALIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO  
HISTÓRICO, PAISAGÍSTICO E CULTURAL**

**UHE BELO MONTE**

## CAPÍTULO 1

### **BEIRADEIROS DO RIO: COMUNIDADES RIBEIRINHAS E O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO MÉDIO XINGU.**

Uma das grandes riquezas do território do Médio Xingu é sua etnodiversidade, formada historicamente pela miscigenação entre indígenas, caboclos, negros, europeus e seus descendentes. Este encontro das culturas nativas originais, resignificada através da passagem dos anos pelas guerras intertribais, pela violência dos conflitos interétnicos, pela escravidão, doenças e demais modificações ocasionadas pelo contato com as culturas europeias que adentraram a região, acrescida por grandes ondas de migração a partir do século XIX, especialmente de nordestinos, resultou no surgimento de culturas caboclas, ribeirinhas, de homens e mulheres que nascem, crescem e vivem à beira dos rios e igarapés, uma população pluriétnica caracterizada por um peculiar modo de vida e suas formas tradicionais de acesso e uso dos recursos naturais de seu território.

Estudos arqueológicos demonstram que a presença humana na bacia do Rio Xingu remonta há mais de cinco mil anos. A ocupação deste território foi possível devido à abundância das águas e a grande variedade de sua fauna e flora. Essa diversidade ambiental foi observada e incorporada ao cotidiano de vida das populações locais desde o período pré-colonial, constituindo e enriquecendo sua cultura. Os vestígios arqueológicos apontam que os grupos mais antigos que ocuparam a região viveram basicamente da caça e da coleta de raízes, sementes e frutos silvestres. Mais tarde, grupos ceramistas desenvolveram o cultivo de sementes e raízes. Tais povos alteraram de forma significativa a paisagem, resultando num aumento da biodiversidade local. O manejo indígena sustentável legou às gerações futuras concentrações de árvores frutíferas, assim como palmeiras, castanheiras e manchas de uma fértil terra preta desenvolvida pela decomposição dos materiais orgânicos descartados sobre o solo da região<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> SCHAAN, Denise & BITTENCOURT, Glenda. “Os povos indígenas do Xingu”. In: *Altamira, arqueologia, cultura e diversidade*. Belém: UFPA, s/d.



Figura 1 – Atividades de escavação do sítio Boa Esperança 9, Vitória do Xingu.  
Fonte: Scientia Consultoria Científica.

A bacia do Rio Xingu é, portanto, um território<sup>2</sup> tradicional indígena que foi sendo tomado por europeus a partir do período colonial. A região foi repetidamente percorrida e ocupada nos tempos pré-colombianos por grupos indígenas de padrões culturais distintos, alguns dos quais passaram a conviver com os colonizadores que chegaram à localidade a partir do século XVII, com a intensificação da presença de portugueses que tinham como objetivo defender a posse sobre o território amazônico, desenvolver atividades econômicas extrativistas e implantar missões religiosas visando à catequese dos índios.

Os principais estudos sobre a bacia do Rio Xingu referem-se à região do Alto Xingu. Os trabalhos mais recentes sobre aquela região<sup>3</sup> apresentam uma sucessão de processos de ocupação em períodos distintos que se sucederam e sobrepuseram. Entre os anos de 800 e 1400, uma população se estabeleceu no Alto Xingu deixando vestígios materiais – cerâmica e aldeias circulares – que permitem supor tratar-se de ancestrais dos atuais aruaques xinguanos que migraram a partir do ocidente. Entre os anos de 1400 e 1600 houve a presença de uma população diferente, que a tradição oral dos atuais caribes xinguanos reconhece como sendo de seus ancestrais. A partir do século XVII surge a presença europeia no continente e o início dos confrontos violentos e repetidos massacres entre ambas as partes, o declínio de algumas etnias e a penetração na região de outras distintas, como os tupis ancestrais dos camaiurás e auetis<sup>4</sup>.

Com a restauração do reino de Portugal, em 1640, houve uma intensificação no processo de colonização da Amazônia. A ação missionária e a ocupação militar passaram a ter total

---

<sup>2</sup> Partilha-se, aqui, a noção de território conceituada por Milton Santos: “O território é o chão e as pessoas; a identidade e os fatos, o sentimento de pertencimento”, mais do que uma mera localização geográfica num mapa. Envolve, portanto, a força de uma identidade coletiva, vínculos entre gerações que antecederam e que sucederão uma comunidade específica. SANTOS, M. *O país distorcido*. São Paulo: Publifolha, 2000. p. 10.

<sup>3</sup> Como, por exemplo, aqueles reunidos em FRANCHETTO, B. & HECKENBERG, M. (org.). *Os Povos do Alto Xingu*. História e Cultura. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2001.

<sup>44</sup> MELATTI, Júlio César. “O Alto Xingu”. In: *Áreas etnográficas da América Indígena*. Brasília: UnB, 2011.

apoio da coroa portuguesa e missões religiosas foram instaladas ao longo dos rios amazônicos, deslocando índios de suas aldeias para esses novos agrupamentos. No Baixo Xingu, dada a sua localização privilegiada próxima a foz do Rio Amazonas, a área hoje compreendida pelo município de Gurupá foi base de apoio militar para a expansão do domínio Português na região e de controle das invasões estrangeiras (Espanha e Holanda) em suas disputas mercantilistas e colonialistas. Capitania real e ponto de comércio das drogas do sertão, Gurupá foi local de base e concentração das tropas de “resgate” e “descimento” para captura e escravização dos povos indígenas.

Em direção ao Médio Xingu, as cachoeiras da Volta Grande do Xingu, ofereceram um obstáculo natural para a invasão europeia na região. Subindo o Rio Xingu, a partir do atual município de Senador José Porfírio, acima da localidade de Belo Monte começam as cataratas da Volta Grande, onde o rio é cortado por uma grande quantidade de ilhas, separadas por inúmeros canais estreitos que ainda hoje dificultam a navegação de maior calado. Viajantes e jesuítas vinham de barco e paravam nos pontos de cachoeira porque o barco não conseguia passar, fazendo surgir povoados que marcaram as origens de cidades como Tucuruí e Altamira. Tais povoados possibilitam a formulação de uma cultura cabocla do Médio Xingu, com a primeira entrada dos portugueses e o contato das tribos indígenas com esses colonos e missionários, orientando uma economia regional baseada em atividades extrativistas. O grande número de gêneros naturais aproveitáveis para a subsistência e alguns utilizáveis no comércio, como a castanha e a salsaparrilha, além da oferta de água, madeira, peixes, tartarugas e caças em abundância serviram de base para a colonização da região.



Figura 2 – Volta Grande do Xingu, Cachoeira Jericoá.  
Foto de Osvaldo Sevá.  
Fonte: Acervo da Prelazia do Xingu.



Figura 3 – Volta Grande do Xingu, Cachoeira Jericoá.  
Foto de Osvaldo Sevá.  
Fonte: Acervo do CIMI - Conselho Indigenista Missionário, Altamira.

Portanto, a infiltração desses colonos pelo Rio Xingu se deu, a princípio, pelas ordens religiosas, com os jesuítas abrindo caminho entre as populações indígenas para o avanço dos demais colonos europeus. Embora as cachoeiras da Volta Grande se apresentassem como enormes obstáculos vencidos apenas por remadores experientes, jesuítas e comerciantes coletores de cravos passaram a circular pela região com grande frequência

desde o século XVII. Na década de 1660 houve diversas incursões de missionários da Companhia de Jesus às aldeias dos Taconhapés, índios que habitavam o Médio Xingu acima das cachoeiras da Volta Grande. Tais índios eram aldeados na Missão do Xingu, próximo à aldeia Maturo, no território atual de Porto de Moz<sup>5</sup>.



Figura 2 - Porto de Moz. Fonte: Álbum do Estado do Pará - 1908.

No século XVIII há o registro da passagem do jesuíta austríaco Rochus de Hunderfund pela Volta Grande fundando uma missão próxima ao igarapé Panelas, terras do atual município de Altamira. Hunderfund iniciou a catequização de diversas populações, como os Curuaia, Juruna, Arara e Chipaia formando a Missão Tauaquara<sup>6</sup>. A missão formada por Hunderfund, considerado o primeiro grande explorador do Rio Xingu, aparece em relatos de viajantes que circularam posteriormente pela região, como o príncipe Adalberto da Prússia (1842), Karl Von den Steinen e Henri Anatole Coudreau, que em 1896 avistou os vestígios do que chamou de uma “missão extinta”. No século XVIII, a coroa portuguesa incentivava o processo de trocas culturais entre colonos e índios oferecendo doações de terras, armas e instrumentos agrícolas para os colonos que se casassem com uma mulher indígena, incentivando a imigração de colonos portugueses para a ocupação definitiva da imensidão amazônica<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> UMBUZEIRO, Antônio Ubirajara Bogea & UMBUZEIRO, Ubirajra Marques. *Altamira e sua história*. 4ª ed. Belém: Ponto Press, 2012.

<sup>6</sup> Entre outras grafias encontradas estão Tacuara, Tavaquara e Tacuana.

<sup>7</sup> CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. *Territorialização camponesa na várzea da Amazônia*. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo: USP, 2007. p. 21.

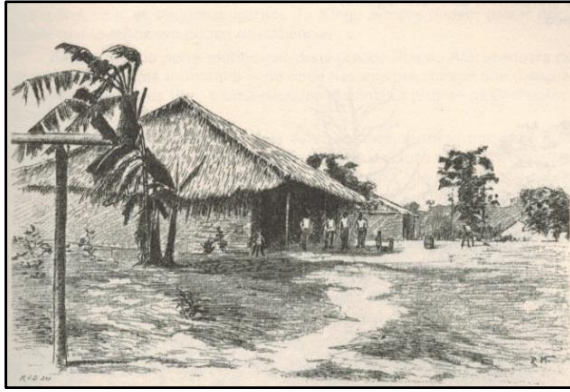


Figura 3 – Altamira a montante, desenho de Henri Coudreau.  
Fonte: COUDREAU, Henri. *Viagem ao Xingu*. B.H.: Itatiaia, 1977.



Figura 4 - Altamira a jusante, desenho de Henri Coudreau.  
Fonte: COUDREAU, Henri. *Viagem ao Xingu*. B.H.: Itatiaia, 1977.

Os colonos atraídos para o Médio Xingu tiveram que se amoldar às contingências naturais e aos habitantes que já circulavam pela região, os indígenas, ora de forma pacífica, ora ocasionando grandes massacres de ambas as partes. O Rio Xingu e seus afluentes foram de vital importância para a sua ocupação territorial, não apenas pela riqueza de suas águas, mas pelo caminho que oferecia. Numa forma de atividade extrativista em que as fontes de produção se dispersam irregularmente pelo território, o povoamento é fiado pelo rio, sua via de comunicação<sup>8</sup>. A ocupação das suas margens, além da proximidade com a via de transporte, se deu também pela dificuldade de acesso à floresta, em terras ocupadas por aldeias indígenas.

Na região da atual localidade de Souzel a Belo Monte, a ocupação por elementos europeus iniciou com a chegada dos padres jesuítas para a formação do aldeamento de Aricaris, última base mantida pelos colonizadores da região para transporem a Volta Grande do Rio Xingu. Em 1830, o padre Antônio Torquato de Souza, responsável pela paróquia de São Francisco Xavier de Souzel retomou trabalhos iniciados pelos primeiros jesuítas, como a reabertura da estrada do igarapé Tucuruí à região do Médio e Alto Xingu e a transferência da Freguesia de Souzel, antiga Aldeia Aricari, para o outro lado do rio, na margem direita, devido aos frequentes ataques de índios e as condições inadequadas para o ancoramento de embarcações. Na memória dos religiosos católicos da região, o trabalho dos jesuítas permanece louvável, com lamentos sobre a política pombalina que arruinou o trabalho dos missionários:

O primeiro padre que chegou aqui (...) ele partiu de Souzel, Senador José Porfírio, que naquele tempo se chamava Aricari, era um nome indígena, depois passou para Souzel, porque em Portugal existe o Souzel. (...) Mas, esse padre Roque saiu de Souzel e gastou cinco semanas para vencer a grande Volta do Xingu, as cachoeiras e chegou aqui num bairro que até pouco tempo atrás se chamava Missões e tinha uma aldeia indígena. E daí ele então subiu para o [Rio] Iri.

Os jesuítas fizeram um trabalho excelente no Baixo Xingu e então foi exatamente a primeira viagem dos jesuítas para cá através deste padre Roque. Em 1758, como todo mundo aprende em sala de aula, o infeliz Marques de Pombal mandou os jesuítas para frente e parou tudo, durante

<sup>8</sup> PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

décadas. Foi uma grande ofensa, eu diria, arrasou todo o trabalho dos jesuítas, que sobrou pouco<sup>9</sup>.

Com grande extensão territorial, Souzel tornou-se um grande produtor de borracha, além de outras atividades extrativistas<sup>10</sup> como a extração do timbó, muito utilizado na produção de inseticidas, trabalho comum na região até meados do século XX:

O meu pai alcançou, ele contava uma história de uma raiz chamada timbó, ele tirou timbó aqui na região, aqui vinha uns navios que vinham daí também, comprar timbó, exclusivamente comprar timbó, se você me perguntar para que servia eu não sei, só sei que era um veneno muito forte, ele levava em quantidade de timbó. O camarada ia tirar timbó aí, ele não derrubava a árvore, era um cipó, timbó é um cipó, da grossura desse poste velho aí, o resto é fino. Você chega lá, vai cavar no toco, corta a raiz bem aqui e sai levando ela. Vai recortando uns pedaços, fazendo uns feixinhos<sup>11</sup>.

No entanto, na virada do século XX, a localidade de Souzel perdeu influência política e muitos moradores abandonaram a região mudando-se para Altamira. A exploração dos recursos naturais da região garantiu a fortuna de coronéis como José Porfírio de Miranda, seringalista que controlava não apenas o comércio local, como grandes extensões de terra, portos e estradas. No final do século XIX, a primeira Constituição Republicana (1891) delegou poderes a lideranças municipais ao estabelecer como dever dos Estados da Federação assegurar a autonomia de seus municípios. No Pará, devido às suas dimensões territoriais e organização política, o Estado foi uma figura ausente nas pequenas cidades do interior, favorecendo o surgimento de líderes locais no Médio Xingu, cuja liderança política se confundia com os seus interesses pessoais.

---

<sup>9</sup> KRAUTLER, Erwin. *Dom Erwin Krautler*: depoimento. [29. Julho 2013]. Entrevistador: Carlos Eduardo Caldarelli, Carlos Gimenes, Felipe Matos. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 69 min.

<sup>10</sup> LESSA, Ivair Ferreira. *Município de Senador José Porfírio*: ciclos econômicos, vida política e panoramas sócio-educacionais. Belém: Meridional, 2007.

<sup>11</sup> SILVA, L. R. da F. *Landri R. da Furtuna e Silva*: depoimento. [5. Fevereiro 2011]. Entrevistador: Renan P. P. Arnault. Senador José Porfírio: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 90 min.



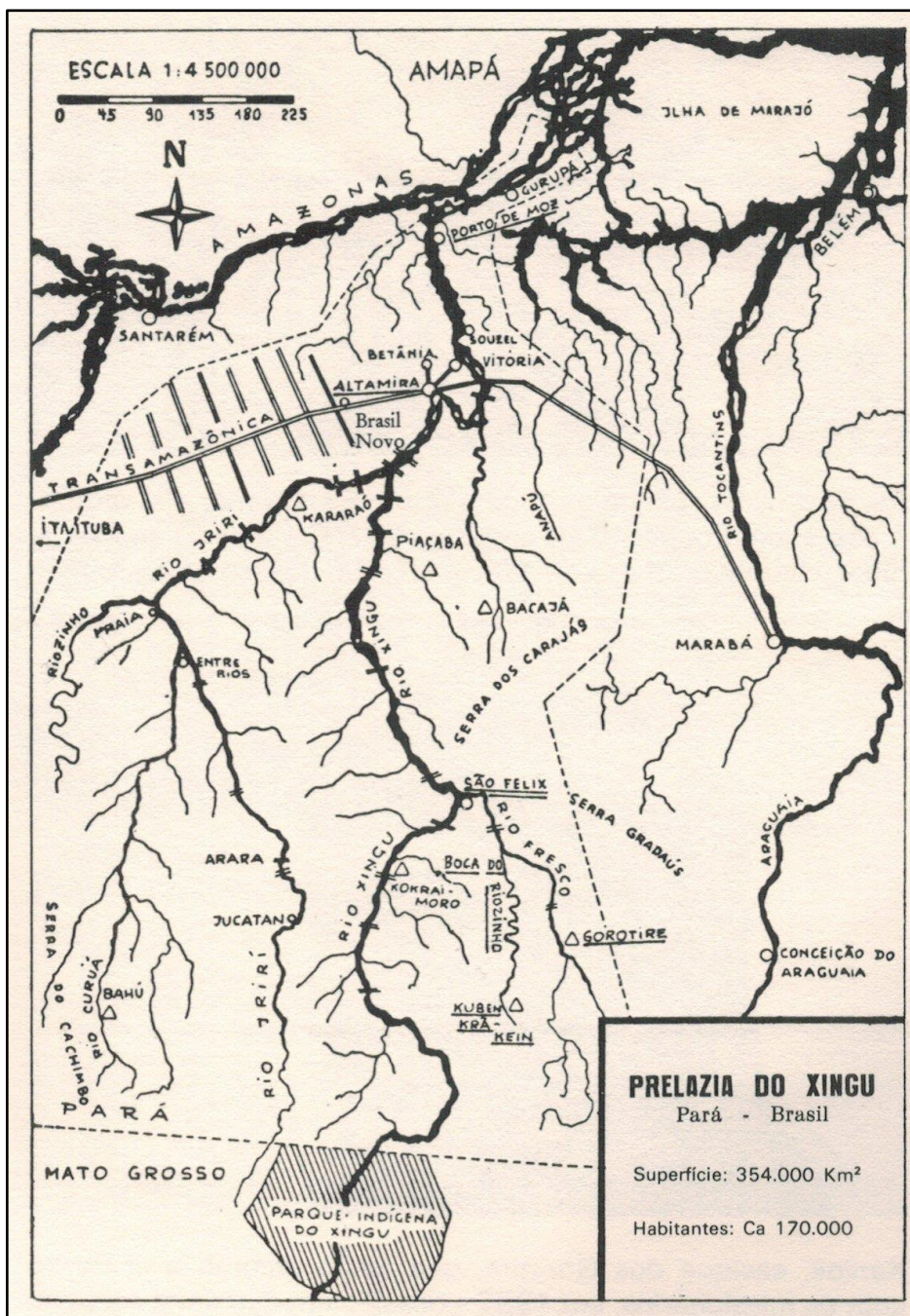


Figura 5 – Mapa do Médio Xingu.

Fonte: KRAUTLER, Eurico. *Sangue nas pedras*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1979.

Declarado como Intendente de Souzel, José Porfírio era descrito como “dominador e imperial senhor (...) feudatário da região”<sup>12</sup>. O isolamento das cidades e povoados do Médio Xingu, acessíveis somente pelos rios, proporcionou a Porfírio o monopólio das comunicações, dos transportes e do comércio, exercendo o poder de forma paternalista e autoritária. Comerciante que explorava grandes áreas de seringais e castanhais da região, José Porfírio chegou a Souzel em 1896 para suceder a seu tio materno, Agrário Cavalcante,

<sup>12</sup> Jornal *Folha do Norte*, 16/4/1904, p. 1. *apud* SILVA, César Pinto da & CUNHA, Marly Solange Carvalho da. “Os Josés na República: alguns apontamentos sobre poder, dominação e tensões sociais no interior do Estado do Pará (1889-1928)”. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, Julho de 2011.

fazendo fortuna e valendo-se de alianças familiares e políticas para ascender ao poder: teria assassinado a sua primeira esposa para se casar com Rosalinda Lemos, sobrinha do senador Antônio Lemos, de grande influência política.

Coronel Jose Porfírio era aquele homem todo poderoso. Tanto que se você tinha embarcações que viajavam pelo [Rio] Xingu (...) quando você vinha com sua embarcação, você não podia chegar e encostar no seu porto. Tinha que primeiro ir lá, encostar no Jose Porfírio, dar satisfação, dizer o que você trouxe. Se você não fizesse, você ia ser multado. Ele chegava a dizer que no Rio Iriri tudo era dele, “até os macacão do Iriri são meus.” Era assim, a história de Altamira. (...) Lá ele dava a ordem, casava, batizava, não tinha esse negócio de Juiz de Direito, Prefeito, não...<sup>13</sup>



Figura 6 – Propriedade de José Porfírio de Miranda Júnior.  
Fonte: Álbum do Estado do Pará - 1908.

Com a proclamação da República, coube aos Estados definir o uso de suas terras devolutas. No Pará foi delegado às intendências municipais as demarcações e os registros de posse das terras, virando mecanismo de barganha política e favorecendo o enriquecimento pessoal dos mandatários do poder. De forma autoritária, tais intendentes interioranos e demais seringalistas estabelecidos na região sob sua anuência passaram a exercer um controle sobre a vida de seus agregados, numa relação clientelista de dependência, que implicava num conjunto de concessões e obrigações mútuas entre moradores e patrões, em que o sistema de aviação foi uma das faces.

O início da exploração da borracha, a partir de meados do século XIX, ocasionou um grande fluxo migratório para a região, principalmente de nordestinos que, vindo para a Amazônia, aliviavam as pressões sociais de seus lugares de origem. A abertura de novas frentes produtivas no parque industrial brasileiro e mundial transformou os seringais da região num

---

<sup>13</sup> NÉ, G. A. *Gecy Alves Né*: depoimento. [26 Janeiro 2013]. Entrevistador: Carlos Eduardo Caldarelli, Elisângela Bastos Cordovil. Belém: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 89 min.

dos alvos prioritários da economia nacional. A mão de obra local era incapaz de dar conta da demanda da produção de borracha e empresas conglomeradas com os governos locais encarregaram-se de trazer grandes levas populacionais para a região, especialmente nordestinos acossados pela sucessão cíclica das secas.



Figura 7 - Souzel.  
Fonte: Álbum do Estado do Pará - 1908.

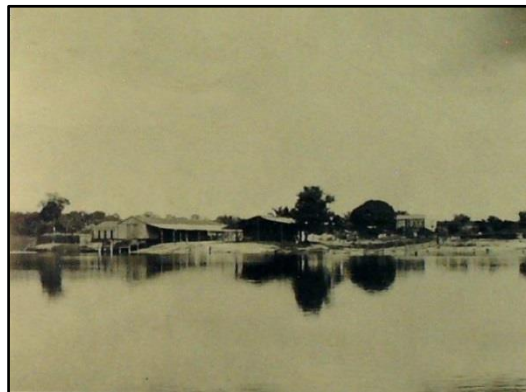


Figura 8 - Porto de Vitória do Xingu.  
Fonte: Álbum do Estado do Pará - 1908.

Os migrantes “brabos” – ou seja, inexperientes – encontraram este cenário autoritário, onde a falta de mão de obra e a dificuldade para atraí-la aumentava a exploração sobre os trabalhadores locais, impedidos de migrarem para outras áreas em busca de novos padrões ou de comercializar a castanha e a borracha com outros comerciantes que não os seus próprios padrões, sendo costumeira a prática de assassinato e as surras de “umbigo de boi”. Em 1909, quando a atividade extrativista da borracha começou a entrar em declínio, José Porfírio encomendou aos escritores Américo Campos e Lindolpho Abreu a publicação de um livro<sup>14</sup> sobre a região, no qual negava a veracidade de histórias de violência e atribuía às características naturais da floresta a má fama local. Com dificuldade para arremeter mão de obra, José Porfírio buscava divulgar o Médio Xingu como vantajoso para quem quisesse se estabelecer e trabalhar<sup>15</sup>.

Considerada a borracha de melhor qualidade do Pará, os seringais do Rio Xingu e Rio Iriri foram intensamente explorados. Estima-se que em 1910 a população do Rio Iriri era superior a mil pessoas, havendo três barracões de comércio distribuídos por suas ilhas. Apenas no seringal Praia, de Anfrísio Nunes, por exemplo, trabalhavam centenas de homens, enquanto ao longo do Rio Xingu havia colônias de sergipanos, maranhenses e outros migrantes. Ao redor destes pontos formaram-se povoados de seringueiros e caucheiros, especialmente, de forma inicial, nas margens dos rios e nas ilhas da Volta Grande.

A propriedade dos seringais, castanhais e do rebanho encontravam-se nas mãos dos padrões e envolviam áreas imensas de terra, constituindo, via de regra, grandes posses baseadas em arrendamentos de terras devolutas. Os seringueiros residiam nas beiradas e

<sup>14</sup> CAMPOS, Américo & ABREU, Lindolpho. *O município de Souzel*. Belém: [s/i], 1909.

<sup>15</sup> SILVA, César Pinto da & CUNHA, Marly Solange Carvalho da. “Os Josés na República: alguns apontamentos sobre poder, dominação e tensões sociais no interior do Estado do Pará (1889-1928)”. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, Julho de 2011.

ilhas, utilizando o rio como via de transporte e adentravam o interior da terra firme apenas para fazer suas coletas extrativistas. O declínio da exploração da borracha, no início do século XX, ocasionou um período de depressão econômica que fortaleceu outras atividades, como a coleta de castanha, a extração do óleo de babaçu, a caça e a pesca e uma pequena agricultura familiar. Os seringueiros continuaram a trabalhar nas florestas da região, mas o produto, sozinho, já não era suficiente para lhes garantir sustento, necessitando diversificar a produção, obtendo alimentos como farinha, feijão e açúcar, criando rebanhos domésticos e recorrendo à caça e à coleta, que haviam assimilado dos indígenas sobreviventes dos massacres da ocupação do território.

Um novo surto econômico e populacional surgiu ao longo da década de 1940, durante a Segunda Guerra Mundial, quando o governo brasileiro voltou a investir na borracha como parte de um acordo de cooperação com os Estados. Embora o esforço não tenha tido os resultados esperados pelas duas nações, este segundo “ciclo” da borracha trouxe milhares de novos moradores para a região, sobretudo novamente nordestinos, alistados como “soldados da borracha”. Além deste incremento populacional, a política da borracha voltou a fortalecer os padrões regionais que administravam os seringais, beneficiados com o mercado garantido e com os bons preços fixados pelo governo, além de contarem com crédito a juros baixos concedidos pelo Banco da Borracha e pelo Banco do Brasil, voltando a impor o monopólio sobre o comércio, deixando aos seringueiros o direito de plantar, residir e coletar na floresta sob o antigo sistema de aviamento.

Tanto a população nativa quanto os migrantes “brabos” mantiveram e atualizaram com o passar dos anos a cultura de uso e manejo dos recursos naturais e demais relações com a natureza e tradições locais. Embora se mantivessem, ao menos até meados do século XX, sob o domínio de padrões que regulavam as atividades comerciais, os beiradeiros do Médio Xingu possuíam uma margem de atuação que lhes permitia interagir com o ambiente com relativa liberdade. Havia áreas de uso comum em termos de caça, pesca, roçado e uso da floresta que não ameaçavam o monopólio econômico dos padrões, pois eram utilizadas sobretudo para subsistência. A produção extrativa, para os ribeirinhos, era mais um modo de vida do que uma indústria lucrativa. A colheita natural dos frutos da floresta e dos rios tinha um papel secundário, com exceção da borracha e da castanha. Havia, portanto, um espaço de acesso garantido aos beiradeiros ao longo do tempo, que usufruíam do uso e controle dos recursos naturais conforme sua disponibilidade.

Neste espaço, os rios tinham usos múltiplos: para a pesca, o banho, a navegação, a irrigação, o lazer, para as atividades cotidianas. A mata espessa das regiões às margens dos rios submetia os terrenos a um regime fluvial irregular, com um volume de água que alagava áreas imensas e dificultava o desenvolvimento da agricultura. As terras do interior, mais afastadas das margens do rio, não eram seguras para se habitar devido a grande presença de indígenas, concentrando a colonização inicial da região nas ilhas e margens dos rios. Ia-se às terras do interior apenas para se fazer a colheita dos gêneros espontâneos da floresta, em expedições em que sempre se temia a hostilidade de tribos indígenas.

Uma das atividades comuns nas praias e beiradas dos rios era a colheita de ovos de tartaruga e tracajás, assim como a caça do próprio animal. Os ovos eram utilizados tanto na

alimentação como na produção de óleo. A desova dos quelônios nas areias das praias se dá especialmente nos meses de outubro e novembro e a tarefa dos colhedores consistia apenas desenterrar e recolher o produto.

Ovo nas praias a gente tirava nas ilhas, que era mais fácil, no verão dá tartaruga e tracajá. Uma vez eu fiquei no Peterçu, nossa ilha, tio Pedro Lessa embarcou para Belém no [barco] Rouxinol e nós ficamos na ilha, só eu com a mamãe e o Zé Antônio. Ai quando amanheceu o dia, mamãe fez o café. Eu tomei uma xícara de café e falei: “mamãe, eu vou já tirar um ovo, vou tirar café com ovo de tracajá”. Sai com Zé Antônio. Quando chegou lá na praia, tudo espatifado de areia para todo lado. Eu fui lá na beira e tava o rastro da tartaruga na descida. Eu disse: “Zé Antônio, meu filho, uma tartaruga andou aqui, agora pra nós achar o rastro dessa tartaruga não vai ser fácil”. Dai eu quebrei um pedaço de pau, comecei a furucar [na areia], furucar por aquele escavacado, porque onde ela bota [os ovos], fica aquele mexido. Até que eu acertei, a areia tava frouxa, cavei. (...) Tinha cento e tantos ovos. E o Zé Antônio: “Papai, como nós vamos levar esses ovos?”. “Como? Pera lá!”. Tirei a calça, coloquei a boca aqui, enchi de ovo e fui só de cueca pra casa. Quando eu cheguei, a mamãe falou “O que é isso, meu filho?”. “É ovo de tartaruga!”. Já batemos o rango (...). A gente fura ele, espreme, bate no prato, bota uma pitadinha de sal pra batizar, bota farinha e manda pra dentro. No almoço não, certo era na hora do café. Meu pai gostava de bater na hora do almoço, botava açúcar, servia de sobremesa, né [risos]<sup>16</sup>.

A pesca era praticada por toda a população ribeirinha, que aproveitava as águas abundantes e a influência indígena nas formas de captura dos animais. A importância da pesca artesanal ultrapassa o simples ato de pescar, pois é uma expressão das origens pluriétnicas dos beiradeiros que formaram a Amazônia. Há pescadores do Médio Xingu que ainda adotam métodos de influência indígena, como a pesca com arco-e-flecha, arpão e zagaia; a conservação de pescado através do moquém (cozimento de peixe envolvido em folha de bananeira ou similar, ao calor das brasas); e o assado de peixe ou de quelônios em trempes improvisadas nas praias, comidos com farinha<sup>17</sup>.

Pescava também. Era só de flecha mesmo, você já viu o caboclo fazendo ali aquela flecha? É um arco desse tamanho, cumprido, dai vareia a corda, ai faz flecha, dai segura aqui, pega no arco, estica assim e joga a flecha lá... A gente vê, o peixe passa e a gente vê ele mesmo passando, ai a gente solta a flecha e pega ele. Pega a flecha com peixe e com tudo, já tá enfiado. Aí mata o peixe, põe na canoa. Tem que ir num casco desses, remando<sup>18</sup>. Aprendi a pescar foi é só mesmo [rindo]. Sozinha. Pescar eu já sabia, desde criança, porque é muito difícil você encontrar um beiradeiro que não sabe pescar (...). Depois que meu marido morreu e eu me ajuntei com outro é

---

<sup>16</sup> BARRADAS, M. *Manoel Barradas (Barradinha)*: depoimento. [5. Fevereiro 2011]. Entrevistador: Thiago Peixoto. Senador José Porfírio: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 45 min.

<sup>17</sup> FURTADO, Lourdes Gonçalves. “Origens pluriétnicas no cotidiano da pesca na Amazônia: contribuições para projeto de estudo pluridisciplinar”. In: *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas*. Belém, Vol. 1, nº 2, p. 159-172, maio-ago. 2006.

<sup>18</sup> XIPAYA, J. *José Xipaya (Capim)*: depoimento. [3. Fevereiro 2012]. Entrevistador: Carlos Eduardo Caldarelli. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 15 min.

que comecei a pescar. Vivi dezesseis anos com ele e ele andava pescando, eternamente pescando. Eu plantei mandioca aqui, mas daí depois nós vivia pelo rio, daí não tinha mais condição de ficar plantando mandioca. Ai todo ano aqui alaga, todo ano alagava, ai pronto, estraga a mandioca, porque apodrece. Daí só pescando e eu acho é bom, ó! De malhadeira e de tela! E eu acho é bom!<sup>19</sup>



Figura 9 – Pescadores no Rio Xingu.

Fonte: Acervo do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Nos relatos orais de beiradeiros da região explicita-se a diversidade de maneiras com que a pesca é praticada, sendo que a adoção da malhadeira, no século XX, possibilitou aos pescadores um maior poder de captura dado a facilidade do seu uso, aliado a uma maior demanda pelo pescado com a expansão das cidades da região e sua explosão demográfica.

Eu só pesco só. É na linha, minha pescaria é na linha. No verão eu ainda pesco na malhadeira também, mas é muito pouco. Minha pescaria é só linha, só no anzol, Com uma canoinha pequena. Eu tenho uma canoa de rabeta que fica parada aqui no meu setor, mas eu pego minha canoinha de remo para mim pescar nela. Eu prefiro pescar na de remo, porque se torna melhor, nela [na rabeta] eu não tenho como entrar dentro do mato. Eu pesco no mato. No verão é tudo pedra, não tem como eu sair para pescar nele, eu tenho que pescar na minha canoinha. É desse jeito... (...) Meu peixe é o tucunaré, pescada, pacu... (...) Eu tendo esse peixe aqui eu levo ele na rua para vender, eu vendo esse peixe na rua, compro minha despesa, volto pra cá e o restinho do dinheiro que sobra eu vou e guardo<sup>20</sup>. Minha morada é aqui mesmo, em cima d'água. Lá em Altamira não tenho nem um quarto para dormir, durmo na casa do meu irmão. Nasci mesmo para mariscar. Minha canoinha tá ali. (...) Dá pra viver tranquilo, vivo assim há 40 anos. O mariscador tem a vantagem que ele não arruma dinheiro não. O que ele arruma, ele gasta, ficou mariscador não vai pra frente. Já quem compra e vende vai né? Mariscador só para comer mesmo, fresquinho, né?

<sup>19</sup> VIANA, R. J. da C. & SILVA, R. S. da. *Rosineide Jozefa da Costa Viana e Raimundo Soares da Silva*: depoimento. [4. Fevereiro 2012]. Entrevistador: Carlos Eduardo Caldarelli. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 32 min.

<sup>20</sup> SILVA, J. A. C. da & SILVA, F. G. G. da. *João Alberto Campos da Silva e Francisca Graça Gomes da Silva*: depoimento. [3. Fevereiro 2012]. Entrevistador: Carlos Eduardo Caldarelli. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte.

Uma vez tive uma casinha em Altamira, mas depois eu parei, me aposentei e tiro a vida do peixe. Quem planta roça, põe empregado e vai. Para mariscador não tem vitória não, só pra comer e pra vestir<sup>21</sup>.

A par da atividade pesqueira convém lembrar a indústria naval local, intimamente relacionada com a atividade extrativista, tanto para a pesca quanto para o transporte da borracha, castanha e demais produtos da região. A aprendizagem de construção de canoas geralmente decorria da observação direta do trabalho de mestres carpinteiros. Utilizando ferramentas como a enxó, o formão, a trincha, o graminho, o martelo e o machado, os carpinteiros navais utilizavam madeira local para fazer canoas de tronco único, como os pés de louro, piquiá, amarelão, piqui e itaúba, escolhidos por suas características naturais como espessura, peso, durabilidade. Nas proximidades de Altamira e da Ilha da Fazenda construíam-se também canoas de tábuas, com a aquisição de madeiras em madeiras, com técnicas de construção distintas e um aperfeiçoamento técnico do casco. Mais recentemente, o trabalho de carpintaria naval vem perdendo mercado com a popularização das lanchas industrializadas de alumínio, as “voadeiras”, mais baratas, leves e duráveis.

A embarcação do rio mesmo é esse motorzinho de rabeta, do pescador. Rabeta é um motorzinho branco ou então um Montgomery. Eles colocam assim um rabo nele, com a palheta e aí passa em qualquer água rasa, é um cabo comprido que vai lá no motor, fica com uma distancia de uns três metros do motor lá pra trás. (...) Aqui tem também o transporte de barco com motor de centro, barco de um, duas, três até de dez toneladas. (...) A catraia é uma voadeira pequena, de vamos dizer, 9,40 m, 10 m, dai eles pegam e colocam um motor de 40, vamos dizer... (...) Esse nome de catraia vem muito da região do Amazonas, do Rio Jari. Eles dão o nome de catraia. Pra cá é poucas pessoas que conhecem a catraia, pra cá é a voadeira, é tudo voadeira<sup>22</sup>.

O maior barco que eu fiz foi de vinte toneladas, porque os rios daqui não suportam fazer mais do que isto, né? Mas, naquele tempo da borracha, né? Era para trazer borracha, castanha, né? Para trazer passageiro, borracha e castanha naquele tempo, lá do Alto, né? Ele era tipo convés, como esses outros navios ai de fora, convés de tábua com os porões para derramar a castanha, a borracha e o convés com camarote, com tudo ali dentro, cozinha, beliche e tudo. Esse foi oito meses trabalhando com seis pessoas. Mas, era vagaroso o serviço, por mais que a gente se esforçasse. Muita luta... (...) Quem comprava eram os seringalistas daqui, naquele tempo quem financiava era o Banco da Borracha, daí tinha dinheiro...<sup>23</sup>

Essa parte de voadeira chegou esse ano para cá. As voadeiras veio aí de fora. Ai agora tem uma fábrica aqui. Daqui mais uns tempo, os pessoal não vão querer gastar dinheiro com pau, depois que tem uma fábrica de voadeira que você vai ali na sombra, só de boa e não vai gastar aquela feita de dois, três anos, né? De bater de voadeira aqui num motorzinho de boa, do que bater de rabeta num sol quente, né? Vai ter que procurar a sua

---

<sup>21</sup> SANTOS, V. B. *Vicente Batista dos Santos*: depoimento. [3. Fevereiro 2012]. Entrevistador: Carlos Eduardo Caldarelli. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 19 min.

<sup>22</sup> SOARES, S. de S & SOARES, M. N. da S. *Sebastião de Souza Soares e Maria Natalina da Silva Soares*: depoimento. [10. Fevereiro 2012]. Entrevistador: Paulo Serpa. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 63 min.

<sup>23</sup> PINHEIRO, D. *Dalvino Pinheiro*: depoimento. [27. Janeiro 2011]. Entrevistador: Carlos Gimenes. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 61 min.

melhora. O cara não vai ficar no fundo do poço, tem que produzir. Nós tem que prosseguir o nosso serviço, fazer mais bonito do que nós faz<sup>24</sup>.



Figura 10 – Embarcações na orla de Altamira.  
Fonte: Acervo do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Apesar da grande importância da pesca e da caça para a alimentação dos beiradeiros, a atividade agrícola de subsistência nunca foi abandonada. Mantinha-se, em várias localidades, uma combinação de atividades: a pesca, a caça, o extrativismo, a agricultura, a pequena criação e outras atividades que compõem a história do campesinato da região, que impedem a definição burocrática dos ribeirinhos em apenas uma categoria de trabalho. Não é possível defini-los apenas como pescadores ou seringueiros, caçadores ou agricultores. Os beiradeiros são tudo isso ao mesmo tempo, eles desempenham todos esses papéis sociais de forma concomitante conforme a necessidade ou as condições ambientais do momento.

---

<sup>24</sup> SILVA, Raimundo Matias da. *Seu Dico e parentes*: depoimento. [25. Julho 2013]. Entrevistador: Carlos Eduardo Caldarelli; Carlos Gimenes, Tiago Peixoto. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 57 min.





Figura 11 – Roça de milho e arroz com tapiri.  
Fonte: Acervo do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O cultivo da roça pelo ribeirinho é uma atividade de subsistência tradicional da área da Volta Grande do Xingu, constituindo-se uma mescla das heranças culturais indígenas com os conhecimentos trazidos pelos migrantes, popularizando o cultivo de raízes como mandioca e inhame, além de arroz, milho e frutas. O plantio foi também uma estratégia de sobrevivência dos ribeirinhos seringueiros presos ao regime de trabalho exclusivo mantido pelos patrões aviadores. Os produtos cultivados supriam parcialmente os produtos alimentícios fornecidos pelos seringalistas, embora o manejo rudimentar do solo e o pouco tempo que tinham disponível no período de coleta da borracha fossem empecilhos à uma farta produção. No verão, período de estiagem de chuva compreendido entre junho a meados de dezembro, iniciava-se o processo de preparo da terra, a derrubada das matas, queimada e coivara. O plantio dava-se geralmente no período chuvoso, o inverno amazônico, sendo a colheita feita no verão seguinte.

Meu pai entrou num igarapé chamado Pacajá, varou, veio pra cabeceira e saiu aqui no Xingu. Chegou aqui no Xingu, fez roça, daí foi morar lá. (...) Nós só plantava mandioca, arroz, milho. (...). O patrão dele lá era o finado Sabá. Ele era patrão também, aviava a gente, botava para o igarapé cortar seringa, esse Sabá, tinha muita gente. (...) Naquele tempo não tinha dono, nós chegava num pedaço de terra, “ô, que terra bonita, vou fazer uma roça aqui”. Nós chamava roça, né? Aí soltava ali, brocava. Primeiro tem que fazer no facão, não era coisa de foice, brocava, depois acabava de brocar aqueles pau tudinho, cortado, tudinho. Deixava passar oito, nove dias para derrubar. Daí derrubava, fazia de machado. Derrubava em cima daquela broquinha que já tava murcha. Daí nuns vinte dias, um mês, que já tava murcha, daí botava fogo. E depois ia plantar mandioca, milho, arroz, inhame, cará, batata, essas coisas para a mulher comer e dar para os neguinhos<sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup> SILVA, Maria Rita S. R. da & SILVA, Custódio L. da. *Maria Rita Santa Rosa da Silva e Custódio Lobo da Silva: depoimento*. [21. Agosto 2013]. Entrevistador: Carlos Eduardo Caldarelli. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte.

Para os beiradeiros, a natureza se apresenta como um lugar permanente de observação, experiência, religiosidade, reprodução de saberes, sociabilidades, formação de imaginários. Da sua relação com a natureza surgem várias crenças e mitos tradicionais amazônicos, ligadas a seres sobrenaturais como o capelobo, o matita-pereira, o saci, a cobra grande, a cobra encantada, a mãe d'água, a mãe da seringueira e tantos outros:

Dizem que a madeira é viva. Tinha um homem que era casado com uma prima minha. Esse homem ele não mentia. Era um homem que se fosse contar uma história pro senhor é porque ele viu no mato. Ele viu uma moça muito bonita, cabelo cumprido. Tava dos peitos para baixo toda cortada. Então ele dizia que era a mãe da seringueira. Ela era toda cortada... quer dizer que ele contava, né? E ele não era homem de contar mentira... Só que foi só uma vez<sup>26</sup>.

Quando eu era assim, com meus dez anos, doze anos, nós morava naquela ilha ali, dai eu ouvi a Mãe d'água chamar. O pessoal diz que tem a Mãe d'água, né. Eu vi ela. Mãe d'água é uma pessoa mesmo, normal, só que o cabelo dela bate bem assim no mocotó dela. Ela anda assim, a gente vê o cabelão dela ir mexendo assim. Era seis horas da tarde, dai minha mãe disse assim: 'menina sai da água, menina, tu ainda vai ver o bicho na água'. (...) Na hora em que ela falou isso, no que eu mergulhei eu vi aquela mulherona branca passando na minha frente, eu dei um pinote dessa água que corri! "Corre, menino, que a mãe d'água vai pegar vocês"! Ai pronto, nunca mais banhamos seis horas...<sup>27</sup>

Tudo tem seus tempos de desaparecer. Ali naquele forte [Ambé], que era o barracão do Coronel José Porfírio, tinha a filha de uma tia... Naquele tempo as coisas eram ocultas demais. Essa menina engravidou. Do vento... E quando ela descansou, sozinha ela descansou, ela embalou essa criança e jogou na água. E essa criança virou uma cobra grande e essa cobra grande batizaram como Angélica. Essa cobra, em sessão espírita, o espírito dela falava que ela não queria fazer mal a ninguém, ela não queria comer ninguém, ela queria que desencantasse ela. [Ela disse:] "Vai, pega fulano de tal, meia noite, leva um litro de água benta, que eu vou colocar a cabeça em cima da pedra que é pra despejar na minha boca, que é para eu desencantar". Nunca teve quem tivesse a coragem de fazer isso. Quem é que vai ter coragem de encarar uma fera daquelas? Ela andava parecia um tambor de roda, de 220 litros. Eu vi varias vezes aí. Quando ela vinha de acolá, já colocava as varetas na água que parecia umas dez, doze... Quem é que não tinha medo? E como eu foi milhares e milhares de gente [com medo]<sup>28</sup>.

Ainda no campo do imaginário e das crenças, as festividades estavam tradicionalmente associadas aos festejos religiosos. Tais oportunidades de socialização se davam nas festas de santos, casamentos e batizados, com preponderância da religião católica ao menos até a

---

<sup>26</sup> SILVA, B. G. da. *Benedito Gonçalves da Silva*: depoimento. [26. Janeiro 2011]. Entrevistador: Thiago Peixoto. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 42 min.

<sup>27</sup> SANTOS, M. O. S. dos. *Maria Otília Severo dos Santos*: depoimento. [08 Fevereiro 2011]. Entrevistador: Renan P. P. Arnault. Vitória do Xingu: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 37 min.

<sup>28</sup> FELIPE, Manoel. *Manoel Felipe*: depoimento. [29. Janeiro 2011]. Entrevistador: Paulo Serpa. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 90 min.

década de 1980, quando surgiram as primeiras igrejas evangélicas em áreas como a Ilha da Fazenda. As festividades iniciavam com rezas seguidas de refeições, danças, brincadeiras e cantorias:

Tinha a festa de São Francisco, que era o padroeiro. Era uma festa muito grande, vinha gente de fora para passar a festa aqui. Era festa de arraial e aquela coisa toda. E quando era um junho, começava a festa de São Benedito Grande, uma semana. Levantava o mastro no sábado, ai fazia aquela noite de sábado, domingo, domingo para segunda, ai ficava a semana de oração, de Trindade, era com os instrumentos, tambor, bandeira, cheque-cheque, lambada, ai durante a semana o mestre sala, que era o comandante da folia, que tomava conta dos foliões, ia só marcando as faltas, as presepadas que os companheiros faziam e na véspera da festa iam para a pedra, ajoelhar. Dai ele determinava conforme a tua falta, conforme os teus problemas ele determinava para ti, cinco Padre-Nosso, dez Ave-Maria, vinte Ave Maria, outros pegava menos e assim por diante. Ai fazia o final da festa nesse outro final de semana, na sexta já recomeçava, sexta para sábado, sábado para domingo e domingo a noite derrubava o mastro, acabava tudo e tinha só a festa, já do final, o raspa panela<sup>29</sup>.

Eu conheci [meu marido] lá no seringal. Eu conheci ele numa festa. Lá o pessoal usava fazer aqueles festejos de santo, dai fulano de tal tem um festejo de santo tal dia (...). Ai tinha lá uma senhora que festejava São Francisco dia quatro de outubro e eu conheci ele lá numa festa. Essas festas eram assim: se juntava aquele pessoal daquela redondeza tudinho e ia para lá. (...) Aí rezavam, matavam aquelas galinha, pato, fazia muita comida, arroz, feijão, tudo eles compravam que é para não dizer que naquela festa lá faltou. Ai convidava aquele pessoal da redondeza, ia um monte de gente, aquele pessoal ia, quem sabia tocar harmônica naquele tempo tocava, quem sabia tocar violão, bater pandeiro, cantava, fazia aquela batucada e naquilo passava a noite dançando. Era assim. Eu conheci o meu marido em 1954. Tinha festa que não tinha outros instrumentos e era só batucada. Eles cantavam, batiam naqueles violão e pandeiros e a festa rolava a noite inteira. Eles rezavam e depois da reza ai tinha festa, a festa dançante. Ofereciam tudo, era tudo de graça. Faziam os bolos, os bolos eram da puba da mandioca, que faz a farinha, eram os bolos que faziam<sup>30</sup>.

---

<sup>29</sup> SILVA, L. R. da F. *Landri R. da Furtuna e Silva*: depoimento. [1. Fevereiro 2011]. Entrevistador: Renan P. P. Arnault. Senador José Porfírio: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 90 min.

<sup>30</sup> SOARES, A. M. *Antônia Macieira Soares*: depoimento. [09. Fevereiro 2011]. Entrevistador: Tiago Peixoto. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 104 min.

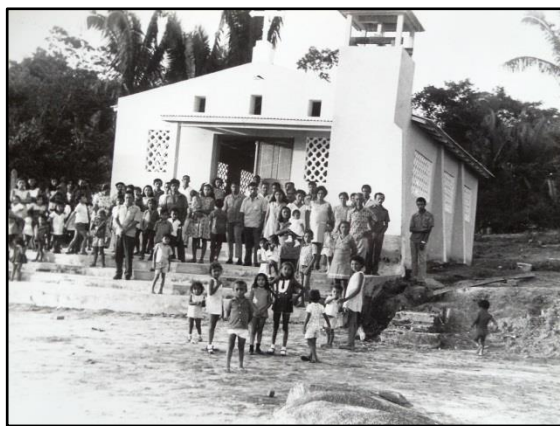


Figura 12 – Comunidade da Ilha da Fazenda em frente a capela.  
Fonte: Prelazia do Xingu.

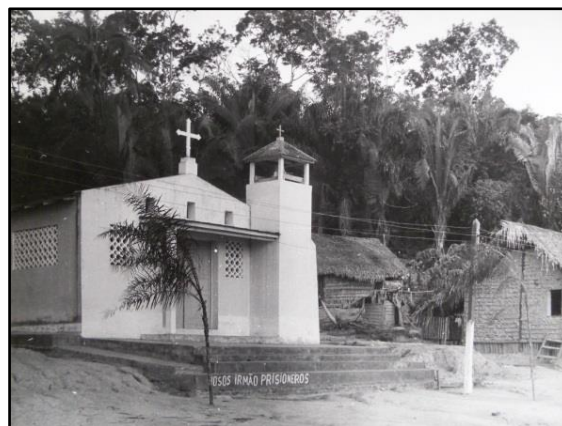


Figura 13 – Capela na Ilha da Fazenda.  
Fonte: Prelazia do Xingu.

Os materiais empregados pelos beiradeiros em suas construções também demonstram o uso dos recursos naturais disponíveis e são demonstrações da adaptação do homem ao meio ambiente. O barro, a madeira e a palha, encontrados com certa facilidade na área, foram frequentemente utilizados pelos moradores tanto em suas habitações permanentes, como as casas de enchimento, quanto nos tapiris, habitações temporárias feitas no meio da floresta ou na beira dos rios constituídas por esteios e palhas, conforme práticas indígenas, rapidamente erguidos e abandonados.

As casas eram cobertas de palha. Inclusive quando eu cheguei aqui, o Caneco é quem cobriu [minha casa] para mim, lá na esquina da [Rua] Pedro Gomes. Vinte anos ela durou. Olho de babaçu batido. Ficou bem feitinho, nem espirrava, durou vinte anos. (...) Com o olho do babaçu, a gente tira aquele olho, o olho é bem amarelinho. (...) Porque tem as palhas do babaçu, as palhas grandes. E tem o olho de babaçu, que nasce no meio. Tirava é aquele olho. Dai bate bem batido, ele fica bonito demais. Só quebrando mesmo, caboclo é profissional, fica bonito demais. (...) Quando eu cheguei nessa terra a [Rua] Primeiro de Janeiro ali se chamava Rua da Palha, porque tinha casa de palha, era só casa de palha<sup>31</sup>.

<sup>31</sup> TEIXEIRA, A. *Chico Tatu*: depoimento. [08. Outubro 2011]. Entrevistador: Carlos Eduardo Caldarelli, Tatiana Meza. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 35 min.



Figura 14 – Casas de seringueiros.  
Fonte: Prelazia do Xingu.



Figura 15 – Casa de seringueiros.  
Fonte: Prelazia do Xingu.

Conforme já mencionado, até meados do século XX as habitações eram construídas nas margens e nas ilhas do Rio Xingu e nunca na terra firme, por receio dos índios “bravos”. Morar nas ilhas e próximo ao rio era uma questão de segurança, pois constantemente os moradores sofriam ataques violentos dos indígenas da região, seja em defesa de seu território ou em represália a ataques sofridos. Esta organização social estava sujeita a sazonalidade das estações. No inverno, com a cheia dos rios e o alagamento das praias e ilhas, os seringueiros, castanheiros e pescadores se mudavam para as margens do rio. O aumento do volume de água dificultava a travessia dos indígenas nas áreas de cachoeira, diminuindo os ataques em terra firme. Já no período da seca, quando o nível d’água diminui, facilitando o cruzamento do rio, os ataques indígenas eram mais constantes e os não-índios voltavam a morar nas ilhas, em busca de maior segurança, embora o trabalho na seringas se desse tanto nas ilhas quanto em terra firme.

[Os índios] tinham medo de atravessar o rio, de ver eles atravessando e matarem afogado. Tentaram, eles tentaram algumas vezes, até eles mesmo falaram quando foram catequizados, quando pegaram eles, eles falaram, que uma vez eles, mas tinha muito cachorro lá [nas ilhas] e latiam, eles voltavam com medo dos brancos ver eles lá no rio, dai não tinham coragem de atravessar [e atacar nas ilhas]<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> PINTO, J. de S. *Josué de Souza Pinto (Cula)*: depoimento. [11. Fevereiro 2011]. Entrevistador: Thiago Peixoto. Senador José Porfírio: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 56 min.



Figura 16 – Casa de seringueiro.  
Fonte: Prelazia do Xingu.

A sazonalidade e a regência das águas são aspectos essenciais da morfologia social da população ribeirinha. A enchente e a vazante comandam não apenas o ritmo de seus trabalhos, mas também as questões cotidianas e de sobrevivência. Durante as cheias dos rios encontravam-se peixes específicos que não são pescados nos períodos de cheias, assim como atividades extrativistas dependiam dos períodos de inverno e verão. O ciclo das águas e dos rios anunciava e diferenciava as fases de trabalho, a ocupação e os afazeres, a vida cotidiana, a habitação, alimentação, locomoção e economia dos beiradeiros.

A ilha é o seguinte. A pessoa planta no começo da vazante para quando chegar o inverno ele colher. O normal da ilha é esse. Ai quando chega perto do inverno, quem tem forno já vai começando a fazer farinha, fazendo isso e aquilo outro antes das águas tomar de conta. Quando não tem casa de farinha ele caça outro lugar para fazer, uma casa do vizinho que tenha forno. (...) Isso ai é uma coisa indiscutível, a gente não pode nem falar nada, a gente tá acostumado com isso todos os anos com isso ai. (...) se [a enchente] pegar a casa eu faço um jirau mais alto, trepo minhas coisas para a água não levar<sup>33</sup>.

Tinha o tempo da Piroca. Em agosto cai as folhas, dai não dava para cortar o leite. Ai ia cuidar da roça. [A seringueira] solta a flor e sovina o leite. (...) A gente aproveitava aquele período para brocar e derribar, né, para secar. No mês de setembro a gente botava fogo para fazer as plantações. Arroz, mandioca, abóbora, que a gente chama de jerimum, né? Até nisso aí a gente tinha muita fartura, porque ele era muito trabalhador, o meu pai<sup>34</sup>.

As ocupação das margens e ilhas correspondem, assim, a uma ocupação mais antiga do Médio Xingu, sendo que as terras do interior foram ocupadas por elementos não indígenas mais tardiamente. O interior da Volta Grande do Xingu foi povoado inicialmente por índios de

<sup>33</sup> SILVA, J. A. C. da & SILVA, F. G. G. da. *João Alberto Campos da Silva e Francisca Graça Gomes da Silva*: depoimento. [03. Fevereiro 2012]. Entrevistador: Carlos Eduardo Caldarelli. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte.

<sup>34</sup> MOTA, M. de F & MOTA, M. F da. *Maria Freitas da Mota e Moacir Freitas da Mota*: depoimento. [27. Janeiro 2011]. Entrevistador: Paulo Serpa. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 84 min.

variadas etnias, como os Arara, Caiapó, Curuaia, Chipaia e Assurini, cujo nome hoje denomina parte da localidade em memória desta população. A partir de meados do século XIX intensificou-se o contato entre índios e “cristãos” e, através desta relação, vários não-índios se juntaram aos aldeamentos indígenas e mulheres indígenas casaram-se com ribeirinhos que começavam a se fixar na bacia Xingu-Iriri. Até as primeiras décadas do século XX indígenas chegaram a visitar, em diferentes oportunidades, a cidade de Altamira. No momento em que a frente seringalista ampliou-se no Médio Xingu, houve um processo de migração forçada de populações indígenas. Com a demarcação das estradas de seringa, algumas etnias foram sendo empurradas para outras regiões. Em momentos variados da história, muitos subgrupos destes indígenas foram forçados a pequenas migrações no amplo território que ocupavam, seja por ataques de outros grupos indígenas, especialmente Caiapó e Juruna, seja por perseguições de seringueiros, caçadores de pele ou colonos.

A instabilidade demográfica no interior deste território ocorreu devido à dinâmica de sua população tradicional na movimentação constante em busca de novos sítios para moradia, caça e produção agrícola, fugindo de ataques violentos. Grupos como os Chipaia e os Curuaia assimilaram-se com maior rapidez ao novo modo de vida regional, ocorrendo casamentos entre índios e “cristãos”. Os Chipaia dispersaram-se como grupo, sendo incorporados à população não-indígena local pela prestação de serviços como pilotos de barcos, pescadores, extratores de castanha, látex e caucho, mateiros, rastreadores, empregadas domésticas, lavadeiras etc., passando a residir em regiões que com o crescimento da cidade de Altamira formaram bairros como São Sebastião (“Moquiço”) e Açaizal, que aos poucos foram se descaracterizando como bairros de “caboclos”:

Quando eu cheguei aqui já tinha o Moquiço. Tinham as casas de palha, tudo palha e eram a caboclada que moravam. Daqui até lá nas Onças. (...) Lá nos Panelas e ali na universidade era a missão. Tudo era a caboclada. Venderam tudo. Formaram briga com os caboclos, daí tiraram. “Não, isso aqui é meu, isso aqui é meu”, daí os pobrezinhos lá iam saindo. Às vezes, quando não brigava, dava cinquenta centavos, um real, e eles achavam bonito o dinheiro. E eu em cima, sempre dizendo para eles, rapaz, não faz isso não<sup>35</sup>.

Com a diminuição dos conflitos interétnicos entre “cristãos” e índios e a implantação, pelo Governo Federal, dos projetos de colonização executados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), as terras do interior da Volta Grande foram loteadas e colonizadas nas décadas que se seguiram, ocasionando um esvaziamento das ilhas e margens do rio Xingu, embora ainda possua um número expressivo de “beiradeiros”. Com a definição, na década de 1970, por parte do Governo Federal, do Plano de Integração Nacional (PIN), prevendo a colonização das terras da região a partir da construção de eixos viários, notadamente a rodovia Transamazônica e a Transaurini, iniciou-se uma interiorização dos processos de ocupação. A partir da demarcação de lotes para os colonos recém chegados criou-se núcleos populacionais como a agrovila Sol Nascente, e uma

---

<sup>35</sup> TEIXEIRA, A. *Chico Tatu e Moradores: depoimento*. [28. Janeiro 2013]. Entrevistador: Paulo Serpa, Tatiana Meza. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 68 min.

mudança radical na dinâmica das populações que ocupavam estes territórios: antes orientados para o rio, a partir de então passaram a voltar sua organização social para as rodovias. Ampliou-se o desmatamento e a degradação ambiental, coivaras destruíram seringais e castanhais para o reordenamento do território e sua utilização para a agricultura e pecuária.

Diminuiu o numero de gente demais [na beirada dos rios], era habitado de ponta a ponta. Hoje tem porque houve muita invasão, esse negócio de grileiro, que entrou com fazenda, grilaram terra, fizeram tudo, grandes derrubadas, devastação, madeireiro, ai entrou os madeireiros e pronto. Foi liberado para a madeira, era o ramo. Aí quem era beiradeiro foi tirar madeira, porque ganhava um pouquinho e ficou o rio quase abandonado... Agora que tem uma meia dúzia, né, pode dizer que tem, antigamente é que era habitado. Foi até 1990, dai chegou os madeireiros, nêgo foi se espalhando, espalhou muita gente, teve muita abertura de cantos, estrada, tem muita gente que mora no centro da mata e outros assim, devastação muito grande...<sup>36</sup>

Os projetos desenvolvimentistas para a região elaborados como parte do Programa de Integração Nacional (PIN) tiveram uma inspiração militar de reocupação da área (integrar, ocupar e explorar economicamente a Amazônia), criando os instrumentos necessários para a sua política (SUDAM, BASA, INCRA, EMATER, incentivos fiscais etc.) e trazendo importantes fluxos migratórios a procura de oportunidades na agricultura, nos canteiros de obras, na exploração madeireira, no garimpo, nas cidades, agrópolis e agrovilas em expansão. Ao mesmo tempo desenvolveu-se a especulação fundiária estimulada pela pecuária, desencadeando conflitos violentos entre fazendeiros, posseiros, índios, caboclos. A defasagem entre o ritmo de crescimento das necessidades básicas (rodovias, saneamento urbano, loteamento rural, assistência técnica, médica, escolas etc.) alimentada pelos altos índices de imigração e a lenta oferta desses bens originaram sérias crises sociais e econômicas que ainda afligem a região, como, por exemplo, o aumento da violência urbana e rural; a oferta de empregos precários nas cidades que vivem principalmente do comércio, do funcionalismo público e de atividades extrativistas; e a favelização dos ambientes de várzea no entorno desses núcleos urbanos em constante crescimento.

---

<sup>36</sup> SILVA, J. N. da. *José Nunes da Silva*: depoimento. [8. Fevereiro 2012]. Entrevistador: Carlos Eduardo Caldarelli. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 40 min.





Figura 17 – Orla de Altamira, década de 1950.  
Fonte: Prelazia do Xingu.

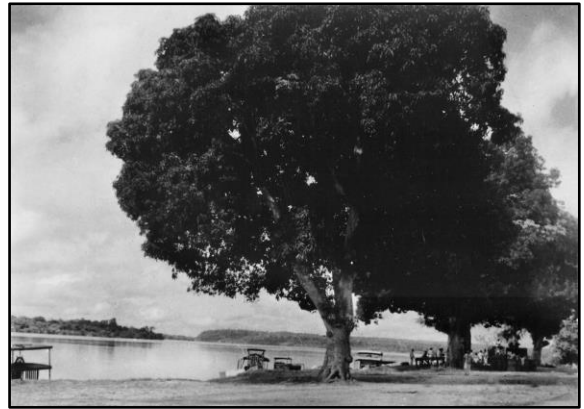


Figura 18 – Orla de Altamira, década de 1950.  
Fonte: Prelazia do Xingu.

As populações que compuseram as comunidades de ribeirinhos ao longo os processos de ocupação e exploração do Médio Xingu são habitualmente apresentadas como um tipo ideal, descritas em suas características modelares. O que se tentou apresentar aqui, no entanto, foi uma tentativa de se fugir de arquétipos preestabelecidos para expor um vasto processo histórico que remete à ocupação do território amazônico desde o período colonial. O emprego do conhecimento histórico e etnográfico apresenta-se como uma forma de se acessar os meios de vida e as sociabilidades correspondentes de tais populações de origens pluriétnicas e dinâmica interna singular. Conhecer sua história é essencial para se compreender a conformação dos *habitus*<sup>37</sup> que reproduzem as estruturas sociais herdadas ao longo do tempo. São histórias marcadas por violências e desigualdades, mas também esperança e resiliência, criatividade e harmonia que continuam a imprimir marcas nas formas de ação individual e coletiva de seus descendentes que ainda habitam as ilhas e margens do Xingu. São homens e mulheres das beiradas dos rios que foram sistematicamente relegados a segundo plano sob o signo da marginalidade por representarem formas de vivência mestiça e integrada à natureza e às suas formas de apropriação e manejo, num movimento constante para manter sua capacidade de encontrar mecanismos de sobrevivência e adaptação ao ambiente em que vivem, em meio aos processos de modernização e transformação do seu território tradicional.

---

<sup>37</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989.

## CAPÍTULO 2

### HISTÓRIAS DE SERINGUEIROS, SERINGALISTAS E SERINGAIS DO MÉDIO RIO XINGU.

Logo cedinho, quando eu saio de casa  
pego logo a estrada e começo a trabalhar.  
Pego a faquinha e risco a seringueira,  
o leite vai escorrendo, não tem hora para chegar.  
Na minha cabeça, levo a minha poronga,  
Na boroça uma manga e farinha para comer.  
(*O Seringueiro*, Demerval de Almeida, 2011)

Uma das correntes mais difundidas da historiografia tradicional amazônica retrata a região como uma selva a ser desbravada por homens destemidos, heróis da expansão da fronteira brasileira que sofreram as agruras da terra em favor da civilização do norte do país. Neste modelo historiográfico, a presença humana se justificava pelo fomento a produção e ao comércio da borracha e a ênfase de tais estudos foi o sofrimento dos homens diante da pobreza material, da exploração da mão de obra, das dificuldades impostas pelas longas distâncias, a falta de infraestrutura, os confrontos com indígenas, a pobreza material em contraste com a exuberância da natureza e a riqueza acumulada por seringalistas e casas comerciais de Belém e Manaus<sup>1</sup>.

Visão compartilhada pela literatura produzida pelo tema, em clássicos como o romance “A Selva”, do português Ferreira de Castro, baseado em suas lembranças de adolescência passada num seringal no rio Madeira e dedicado aos “anônimos desbravadores” que ele encontrou durante a sua empreitada, “gente sem crônica definitiva, que à extração da borracha entregava sua fome, a sua liberdade e a sua existência”<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> KLEIN, Daniel da Silva. “Historiografia amazônica em perspectiva: aspectos de um processo de abertura metodológica (1950-2000). In: *Revista de História da UEG*. Revista do Mestrado Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado. Universidade Estadual de Goiás, Porangatu, V.2, nº2, Jul/Dez. de 2013.

<sup>2</sup> CASTRO, Ferreira de. *A Selva*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. p.01.



Figura 1 – Seringueiro enfrenta a onça-pintada. Ilustração de Cândido Portinari para a edição de 50 anos do livro “A Selva”.  
Fonte: CASTRO, Ferreira de. *A Selva*. Lisboa: Guimarães, 1955.

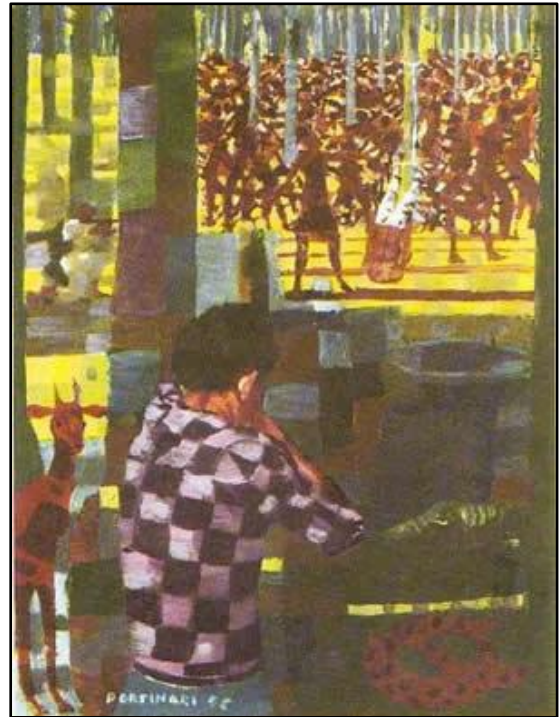


Figura 2 - Seringueiro em confronto com indígenas. Ilustração de Cândido Portinari para a edição de 50 anos do livro “A Selva”.  
Fonte: CASTRO, Ferreira de. *A Selva*. Lisboa: Guimarães, 1955.

No início do século XX, Euclides da Cunha produziu páginas que influenciaram as análises sobre a realidade dos seringais amazônicos durante as décadas seguintes. A convite do Barão de Rio Branco, o escritor partiu para a Amazônia no final de 1904 como chefe da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus, de demarcação das fronteiras entre Brasil e o Peru. O autor de “Os Sertões”, perturbado pelas dificuldades da viagem de Belém até as cabeceiras do Rio Purus, descreveu a embocadura do Purus e do Juruá, no rio Amazonas, como as “portas que levariam ao paraíso diabólico dos seringais”, que engoliam os homens que fugiam das secas do sertão nordestino, bem como os caboclos, indígenas e migrantes. Uma de suas preocupações principais foi retratar o sofrimento dos seringueiros em suas lides diárias:

A exploração da seringa, neste ponto pior que a do caucho, impõe o isolamento. Há um laivo siberiano naquele trabalho. Dostoievski sombrearia as suas páginas mais lúgubres com esta tortura: a do homem constringido a calcar durante a vida inteira a mesma estrada, de que ele é o único transeunte, trilha obscurecida, estreitíssima e circulante, que o leva, intermitentemente e desesperadamente, ao mesmo ponto de partida<sup>3</sup>.

Num espaço distante e “atrasado”, Euclides da Cunha descreveu estradas distorcidas que isolaram e degradaram nativos e migrantes, condenados a desaparecerem na imensidão da floresta. Embora a visão do escritor sobre os seringais estivesse profundamente influenciada pelas teorias positivistas da historiografia de fins do século XIX, postulando noções de

<sup>3</sup> CUNHA, Euclides da. “À margem da História” *apud* SILVA, Adriana Conceição dos Santos da & PACHECO, Alexandre. “A selva que devora o homem”. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 9, nº106, SABIN: São Paulo, julho de 2014. p.67-68

civilização e de progresso certamente ausentes no sertão amazônico do período, seus escritos são uma das principais narrativas a enfatizar a vida das “populações tradicionais”, seringueiros, descendentes de escravos, indígenas, ribeirinhos e nordestinos migrantes que partiram para a região norte do país em busca da riqueza da borracha.



Figura 3 – Extração da borracha no Pará. Fonte: Álbum do Estado do Pará – 1908.

Décadas após a passagem do escritor pela região, tais atores sociais continuaram sendo personagens de histórias de resistências, envolvidos em inúmeros conflitos pela posse e exploração da terra, quase sempre na condição de vítimas do poder econômico e político. A contínua preocupação de escritores e historiadores em registrar a vida de “homens que trabalham para escravizar-se” constituem um fértil campo de análise sobre as formas de exploração do trabalho e a vida dessas populações subalternizadas pela economia da borracha.

Embora se proliferem os estudos sobre a economia da borracha amazônica, a região do Médio Xingu, especificamente, ainda é um campo fértil e pouco explorado, à espera de um número maior de trabalhos que possam colaborar com a compreensão deste importante momento da sua economia e quais influências legou aos membros desta cadeia operatória e a vida de seus descendentes.

Datam do século XVIII as primeiras notícias, na Europa, do uso que os indígenas faziam do látex das seringueiras amazônicas. A primeira fábrica de artefatos de borracha foi instalada nos arredores de Paris em 1811 e, ao longo do século XIX, uma série de descobertas científicas e invenções tecnológicas ocasionaram mudanças políticas e aberturas comerciais

que deram início ao que ficou conhecido como “primeiro ciclo da borracha”<sup>4</sup> no Brasil, a partir do início da década de 1870, quando a goma elástica ultrapassou o cacau na lista de exportação da Amazônia.

Além da importância política e econômica, o comércio da borracha causou profundo impacto na reorganização social da região, abalada após o movimento revolucionário da Cabanagem, que em apenas cinco anos provocou a morte de cerca de 30 mil pessoas. A mão de obra nos seringais foi reforçada por importantes levas de migrantes nordestinos que ocuparam as vilas e cidades amazônicas e foram organizados pelo sistema de aviação, marcando os laços socioeconômicos da região com relações de dependência e paternalismo no setor produtivo<sup>5</sup>. A migração de nordestinos não iniciou após o movimento revolucionário – um dos líderes da Cabanagem, Eduardo Angelin Nogueira, por exemplo, era nordestino -, mas intensificou-se devido às necessidades criadas pelo decréscimo populacional e de mão de obra na região.

Segundo o historiador Ivair Ferreira Lessa, após a Cabanagem houve um grande aumento no número de famílias de migrantes, não apenas de nordestinos, como também de nortistas de outros estados e localidades que chegaram a região do rio Xingu, transpondo a Volta Grande e reabrindo a picada de terra que ligava o igarapé Tucuruí ao igarapé Ambé, entre os atuais municípios de Vitória do Xingu e Altamira, numa empreitada iniciada pelo Coronel Francisco Gayoso, em 1868, valendo-se dos serviços de escravos. Inicialmente os migrantes foram atraídos para a região do atual município de Souzel, onde o Major Leocádio de Souza, presidente dos vogais de Souzel, já se aproveitava de antigas picadas para coletar produtos extrativos naturais da região, como ucuúba, salsaparrilha, castanha, cacau bravo, entre outros<sup>6</sup>, inclusive a borracha.

---

<sup>4</sup> A noção de “ciclo”, popularizada no Brasil, sobretudo, a partir dos trabalhos de Roberto Simonsen, pressupõe uma leitura teleológica das questões econômicas, como se desde o início houvesse um caminho invariável de ascensão, seguido pelo declínio e desaparecimento, logo sobreposto pelo ciclo seguinte. Perde-se, neste modelo de análise, a complexidade dos objetos de pesquisa em noções construídas a partir de compartilhamentos estanques, que não permitem a sua interação com produtos diferentes e com a própria historicidade de sua época.

<sup>5</sup> FIGUEIREDO, Aldrin M.; RICCI, Magda & CHAMBOULEYRON, Rafael. “Os usos da terra”. In: FURTADO, Rogério (org.). *Scientific American Brasil*. São Paulo: Duetto, 2008. p.84-85.

<sup>6</sup> LESSA, Ivair Ferreira. *Município de Senador José Porfírio: ciclos econômicos, vida política e panoramas sócio-educacionais*. Belém: Meridional, 2007.p.18.

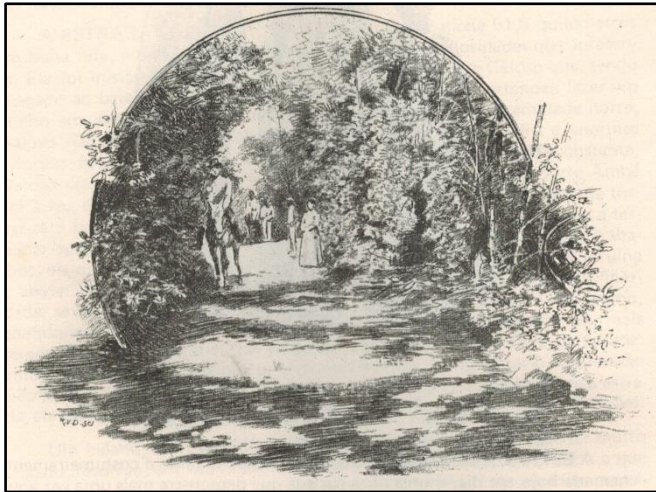


Figura 4 – Estrada entre Vitória do Xingu e Altamira, desenho de Henri Coudreau.  
Fonte: COUDREAU, Henri. *Viagem ao Xingu*. B.H.: Itatiaia, 1977.

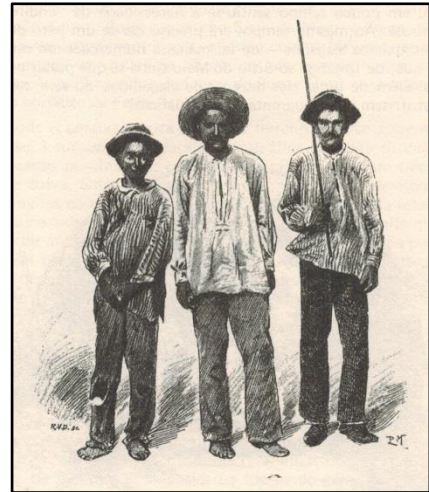


Figura 5 – Trabalhadores da estrada de Vitória do Xingu, desenho de Henri Coudreau.  
Fonte: COUDREAU, Henri. *Viagem ao Xingu*. B.H.: Itatiaia, 1977.

Segundo Fontes & Abreu, contratados por José Porfírio para escrever um livro sobre o município de Souzel como uma espécie de propaganda oficial, o Major Leocádio de Souza teria sido o pioneiro da exploração da borracha na região:

O Major Leocádio, homem de ação, muito enérgico, trabalhador e empreendedor, foi o primeiro que iniciou a exploração da borracha no alto Xingu, mandando para lá, a sua custa, um do seus filhos, João Antônio de E. Souza, como chefe de expedição de que faziam parte, entre outros, Luiz Carlos Barbosa e Severino Diniz de Souza (...) fazendo aproveitar as picadas, nas matas da grande Volta, de que se serviram os aborígenes para transitarem do alto ao baixo Xingu (...) Tornou-se presidente da Câmara de Vereadores de Souzel, em fevereiro de 1875<sup>7</sup>.

Ainda é possível localizar descendentes diretos desses migrantes que foram atraídos para a região nestas primeiras décadas de exploração da borracha. Tais descendentes guardam na memória aspectos da chegada desses trabalhadores ao Médio Xingu, em relatos marcados pelas dificuldades na rotina de trabalho dos seringueiros, profissão legada de pai para filho:

Meu pai veio do Rio Grande do Norte, da cidade de Ceará-Mirim. Veio na influência para extrair o látex, para produzir borracha, em 1912. Assim ele me passava sempre que nós conversávamos... Na época, a sangria não era com lâmina, era com machado, era o machadinho que sangrava a seringueira, uma machadinha pequena. Mas, na minha época já era lâmina, faca. Pedro de Oliveira Lemos era o patrão. (...) Cada seringueiro tem a sua residência. Ele que constrói. Construiu a barraquinha, o defumador e o patrão entregava as estradas em pique, depois eles limpavam para fazer a sua pisada mais livre para andar. Na estrada o patrão mandava um profissional chamado mateiro para ele explorar, fazer os sinais de uma árvore para a outra. Ele limpa, faz a estrada mais aberta para [os seringueiros] poderem andar mais livre, andar mais rápido, e é ali que eles fazem o seu trabalho, de maio a janeiro, que é mais enxuto. Quando é de janeiro em diante vem a safra da castanha. (...) Meu pai foi seringueiro até o

<sup>7</sup> CAMPOS, Américo & ABREU, Lindolpho. *O município de Souzel*. Belém: Livraria Escolar, 1909 *apud* MOREIRA, Edma Silva. *Tradição em tempos de modernidade: reprodução social numa comunidade varzeira do rio Xingu/PA*. Belém: EDUFPA, 2004.p.65.

dia em que Deus chamou, até o dia em que Deus convidou ele e ele aceitou...<sup>8</sup>

Na virada do século XIX para o XX, segundo o relato de Henri Coudreau (1896), o Médio Xingu passou a ser um território dominado econômica e politicamente pelo Coronel José Porfírio de Miranda Júnior, engenheiro que se tornou senador da República, homenageado postumamente pelo Governo do Estado dando seu nome ao município de Souzel.



Figura 6 – Palacete de José Porfírio de Miranda Júnior, em Vitória do Xingu.  
Fonte: Álbum do Estado do Pará - 1908.



Figura 7 – Vapor da casa A. B. de Brito & Cia., comerciante de borracha, em Souzel.  
Fonte: Álbum do Estado do Pará – 1908, p.87.

O Coronel José Porfírio dominou grandes áreas de terra onde se explorava borracha e demais produtos extrativistas, além de se tornar encarregado da direção da estrada de Vitória do Xingu ao Forte Ambé, em Altamira. Pela estrada passava boa parte da produção de látex do alto Rio Xingu e do Rio Iriri, áreas que produziam a borracha considerada de melhor qualidade da região, onde, para se prosperar, era necessário ter a bênção de José Porfírio e fazer parte da sua rede de sociabilidades:

Meu pai veio [para Altamira] à procura de trabalho, como tantos vieram. Ele chegou aqui em 1910. Fez muita amizade com o Senador Jose Porfírio de Miranda Júnior, que era o dono de tudo isso aqui. Ele era um homem relacionado e de alta confiança do Jose Porfírio de Miranda Júnior. O José Porfírio explorou o Rio Xingu. Ali no forte [Ambé], lá era a grande fortaleza dele. Ele era um homem super carrasco, ele gritava “o Rio Iriri e o Xingu é todo meu, até as guaribas, até os macacos são meus”. Ele era um homem tão respeitado que quando corria alguém daqui, corrido da polícia, que pegava [o caminho em direção a] ponte do Ambé, voltava, porque ali já era a área dele e não passava ninguém. Ele morava no Forte (...), ele era dono de toda a produção de borracha do Xingu e do iriri, ele é quem comandava tudo. Era seringa e caucho. Isso começou pelo [Coronel Francisco] Gayoso, nessas ilhas. Depois parou e entrou mesmo a fase do caucho, em alta escala, não só aqui como no Rio Jamanxim, Xingu, Iriri, a grande produção de caucho<sup>9</sup>.

<sup>8</sup> SILVA, J. N. da. *José Nunes da Silva*: depoimento. [08. Fevereiro 2012]. Entrevistador: Carlos Caldarelli. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 40 min.

<sup>9</sup> OLIVEIRA, I. D. *Inocência Dias de Oliveira*: depoimento. [1. Outubro 2012]. Entrevistador: Carlos Eduardo Caldarelli. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de

A exploração de outros produtos extrativistas – os jesuítas, por exemplo, se notabilizaram pela exploração de salsaparrilha nas imediações do Igarapé Panela - foi aos poucos perdendo espaço para a economia da borracha, embora a agricultura, a pesca e a atividade pecuária tenham coexistido em menor escala. A exploração da borracha se deu ao longo de todo o Rio Xingu, avançando em direção a sua montante, espalhando barracões e tapiris em todos os trechos do rio, povoando especialmente as ilhas, por receio aos índios “bravos” que circulavam pelo interior das matas. O caminho das cachoeiras, da Volta Grande ao Iriri, que inicialmente se constituíram um empecilho quanto à exploração dos produtos naturais, foi vencido pelos seringueiros.

O trecho entre a Volta Grande do Xingu e Piranhaquara era especialmente povoado por barracas de seringueiros. Segundo Coudreau, o arquipélago do Piranhaquara – com as ilhas da Piaçaba, do Gato, do Juari, do Frederico, dos Patos, do Belarmino, do Cucuriú, do João Facada, do Professor, do Alexandre Falcão, do Velho Amaro, da Boca Preta, entre outras - era talvez o arquipélago mais rico em borracha de todo o Xingu, com uma dúzia de ilhas estendendo-se ao longo do leito do rio, ladeadas em ambas as margens pelas serras de Piranhaquara. No entanto, todas as grandes ilhas da região eram exploradas, como a Iha dos Mucuras, do Tamanduá, dos Torins, do Balbino, da Caxinguba, a ilha Grande além do Igarapés, muitos com seringais, desaguando por detrás das ilhas e dos pedrais<sup>10</sup>.

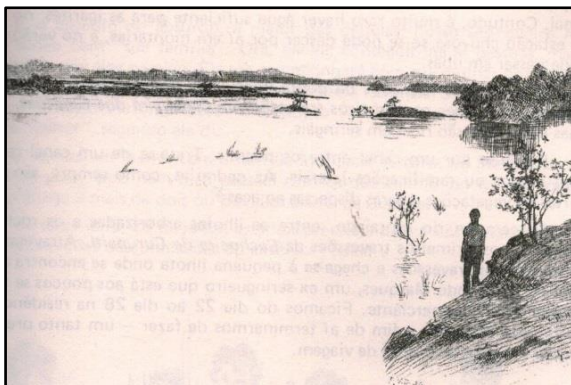


Figura 8 – Piranhaquara ao fundo, desenho de Henri Coudreau.

Fonte: COUDREAU, Henri. *Viagem ao Xingu*. B.H.: Itatiaia, 1977.

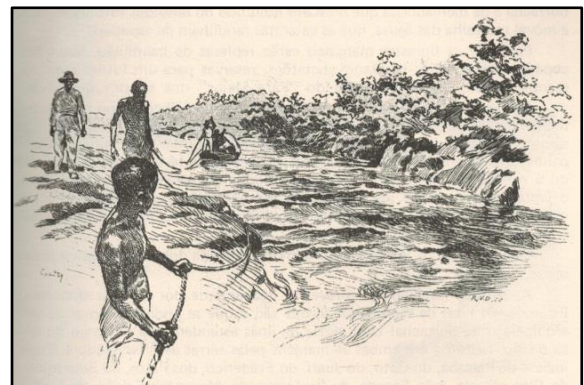


Figura 9 – Canal do Araçal, desenho de Henri Coudreau.

Fonte: COUDREAU, Henri. *Viagem ao Xingu*. B.H.: Itatiaia, 1977.

A diferença crucial entre o caucho – explorado também em outras regiões do Estado do Pará, especialmente nos municípios de Alemquer, Óbidos e nos terrenos banhados pelos rios Curuá, Cuminã, Rio Branco, Mamiá e Pixuna – e a seringa é que a extração da seiva do caucho foi predatória. Para extrair a seiva, que coagula formando uma massa elástica análoga à borracha e suscetível às mesmas aplicações, não se exigia tantos trabalhos preliminares como a seringa (colocação de estradas, limpeza de área...), além do que era necessário derrubar a árvore, ocasionando sua morte, ao contrário da seringueira, onde o

<sup>10</sup> COUDREAU, Henri. *Viagem ao Xingu*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1977.



corte era feito na árvore superficialmente, com um intervalo de tempo que possibilitava a sua regeneração até o próximo corte:

A seringa é riscada através de uma lamina. Dai embute uma tijelinha, que fica aparando. O caucho derriba a árvore. São árvores gigantescas, enormes. É derrubada para poder sangrar ela, para fazer anéis, o leite cai no chão faz aquelas placas de borracha, látex. Perde a árvore, apodrece, é abatida totalmente. Só [tem caucho] nos altos rios, é do médio rio pra cima que tem caucho, no Iriri também<sup>11</sup>.

[Caucho] é uma madeira grossona. Ela dá o leite. Derruba aquela madeira e, quando ela cai, ela é uma madeira pesada, não tem pau que aguarde ela. É uma madeira mesmo pesada. Dai vão limpar aquela madeira todinha, cava um buraco, faz aquele tanque embaixo para o leite cair ali e coalhar. Ai eles vão cortar, com facão e marreta, golpeia ela todinha e deixa lá. Depois o leite cai naquele buraco e coalha. É menos trabalho porque derruba, mas a seringa tem que defumar e o caucho não. Essa história do caucho, eu já vi muito livro que fizeram aqui e cadê o caucho que não sai? O Pará foi funcionado por caucho. Aqui em Altamira não tem, mas os patrão daqui colhia de lá e traziam para cá. No Assurini tem. Bacajá tem muito caucheiro lá dentro<sup>12</sup>.



Figura 10 – Derrubada do caucho na Amazônia, 1910.  
Fonte: "Viagem ao Tocantins", Deodoro de Mendonça, 1926. Acervo IBGE..

Em pouco tempo, o caucho desapareceu da região, já que não havia o replantio ou qualquer tipo de cuidado para sua preservação, devido à abundância de seringueiras que produziam látex de qualidade superior. Já com a exploração da seringa, os seringalistas necessitavam garantir a conservação do seu território e de seus trabalhadores, dando origem a vilarejos nas beiradas e ilhas dos rios, sede dos seringais.

<sup>11</sup> OLIVEIRA, I. D. *Inocência Dias de Oliveira*: depoimento. [01. Outubro 2012]. Entrevistador: Carlos Eduardo Caldarelli. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 104 min.

<sup>12</sup> Depoimento de Manoel Moreira. MOREIRA, M; MOREIRA, T. de S. & SALES, A; P. *Manoel Moreira, Teodora de Souza Moreira e Aldo Pereira Sales*: depoimento. [02. Dezembro 2013]. Entrevistador: Tiago Peixoto, Rúbia de Almeida. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 75 min.

Poucas pessoas sabem disso, o caucho era uma borracha como se fosse uma balata. Só que a balata é dura como uma pedra e o caucho não. E tem outra coisa, o caucho você derrubava a árvore, aí você ia sangrar ele todinho, fazia aquelas bicas, tal, derramava ali no chão. Depois você tinha que tirar aquela borracha, ia lavar, tirar a terra que pudesse ter, ia fazer uma prensa, imprensar e fazer aquelas prancha de um metro, um metro e vinte, chegava a pesar até duzentos quilos uma péla daquela. Dai depois acabou, de tanto que derrubaram o caucho acabou. Dai veio a borracha, a borracha veio substituir o caucho. (...) Do Rio Tucuruí tinha uma estrada que saía em Altamira. O avô [da minha esposa] montou uma tropa de animais porque era assim: a embarcação ia até Vitória [do Xingu]. Carro só existia um ou dois caminhões e só. Isso é muito, muito antigo, na década de 1920 para 1930, por ai assim. Tinha um barracão na beira do Rio Tucuruí, se você for em Vitória [do Xingu] vai ver um rio bonito, subiam o Rio Tucuruí a remo, porque não tinha motor. Lá em cima tinha um barracão, um depósito, nós chamávamos barracão, onde iam depositando a mercadoria, e ele [o avô da minha esposa] ia levando tudo em costa de animal para Altamira. Nesta época a estrada era muito difícil, quase não tinha. Aquela estrada quem fez - que a estrada quem faz é quem paga - era o José Porfírio, Coronel José Porfírio. Tanto que quando você ia de Vitória [do Xingu] para Altamira você tinha que pagar 400 réis de pedágio. E tinha direito de tomar água lá em Ponte Nova. E de lá, se você tivesse uma garrafa você levava, ou então você só ia beber água em Altamira, 46 quilômetros. Meu pai, meus irmãos, meu avô, todos pagavam<sup>13</sup>.

Com a ascensão econômica e política de Altamira em detrimento a Souzel, se alterou o eixo de colonização, de reorganização social, do comércio e dos investimentos em infraestrutura pública, ainda que incipientes. A partir do início do século XX, houve um pequeno surto de desenvolvimento urbano no vilarejo de Altamira proporcionado pela influência do líder político local, José Porfírio, patrocinado pela economia da borracha:

A casa onde eu nasci ainda está em pé, fica nessa rua aqui, [Rua] Primeiro de Janeiro. Tem a Câmara [de Vereadores], uma casa bem ao lado e tem a casa em que eu nasci. São três janelão e uma porta. Meus pais eram de Belém. Eles se casaram e vieram morar para cá [em Altamira], em 1919. Eu nasci em seguida, em 1920. Meu pai era contabilista e professor público. Altamira era uma vila, nessa época tudo mundo vinha para cá. Altamira era patrimônio de Souzel. Dai quando trocaram isso, botaram no nome do velho Cel. José Porfírio, que foi o homem que desbravou toda essa coisa aqui. Vinham para cá trabalhar em borracha. (...) Isso foi desbravado por nordestino. Chegaram e não conseguiram subir [a Volta Grande do Xingu]. (...) Tinha que chegar no pé da cachoeira, encostava a lancha, estendia um guincho, um cabo de arame, para bater para puxar [a embarcação para cima]. Tirava toda a carga da embarcação, deixava o casco. Quando chegava lá em cima [da cachoeira] tornava a carregar [a carga do barco] e era essa luta. (...) Vitória [do Xingu] era o porto marítimo de Altamira. (...) Cada seringalista tinha uma tropa de burro para fazer o transporte, era uma tropa para trazer mercadoria (...). O navio aportava lá no Baixo Xingu, lá embaixo. Depois é que passou a ser na vila de Vitória [do Xingu]. Passou a atracar lá [em Vitória do Xingu], fizeram casa, fizeram barraco, tudo direitinho. Tinham batelões que viajavam pelos igarapés que nos levavam lá pra baixo, [no Baixo Xingu], eu cheguei a viajar quando era garoto. O navio deixava no Baixo Xingu e vinha [subindo] pelos igarapés nos batelões.

---

<sup>13</sup> NÉ, G. A. *Gecy Alves Né: depoimento*. [26 Janeiro 2013]. Entrevistador: Carlos Caldarelli, Elisângela Bastos Cordovil. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 89 min.

Depois foi que eles colocaram tudo, quando o [José Porfírio] arrumou a estrada, fez trapiche...<sup>14</sup>

Por se tratar de um amplo território, na tentativa de maximizar os lucros e povoar a região, o Coronel José Porfírio passou a distribuir entre seus apadrinhados extensões de terra para a exploração da borracha. Não se sabe exatamente os termos em que ocorria esse apadrinhamento, mas sendo José Porfírio proprietário da estrada<sup>15</sup> que escoava grande parte da produção, exercendo controle de portos, meios de transporte, casas comerciais e, em suas palavras, até das “guaribas e dos macacos do Xingu”, tal prática só trouxe ganhos para si e para seus agraciados. Um exemplo desta prática é a exploração da ilha do Capitão Merêncio, nordestino atraído para a região por José Porfírio:

O que eu sei é que ele, [o Capitão Merêncio] veio a convite do Coronel José Porfírio do Ceará. Ele aceitou o convite do coronel a propósito de desbravar o Xingu. Naquela época o ouro do Brasil era o extrativismo, era a castanha e a borracha. Então ele veio, aceitou o convite, se instalou na margem direita do Rio Xingu, na região de Belo Monte e lá começou as atividades extrativistas. Essa região foi toda desbravada por nordestinos, deve ter trazido algumas famílias com ele. Ele trabalhava com umas cinquenta, setenta famílias na época, tudo extraindo, na época do látex, o látex; na época da castanha, a castanha do Pará. A época do látex era a época do verão, que chove menos, porque na época que chove mais, que é da época de janeiro até junho. Como os seringais se localizam na parte mais baixa, eles ficam submersos, alaga. Uns tentavam cortar de canoa, mas não dava certo, não compensava. Daí ele desviava esse povo para a castanha e, por último, tinha a maçaranduba, que era feito umas borrachas, também dava leite da maçaranduba, quando tinha mercado, não era muito comercializado na época. Era uma árvore nobre aqui da Amazônia, inclusive hoje é proibido por lei a extração. É um corte também, mas é um corte maior, é uma faca de um porte maior que faz o corte onde é extraído o leite. Meu avô se instalou na margem para dominar aquela parte baixa do Rio Xingu, após o trecho encachoeirado. E o Coronel José Porfírio ficou aqui no Alto Xingu, que pegava do trecho encachoeirado em direção ao [Rio] Iriri, Rio Novo, esses outros seringais aqui pra cima. A parte do meu avô, Capitão Merêncio, era de Belo Monte para baixo, mas com os mesmos propósitos, extração do extrativismo. No início do século XX, 1905, 1910, inclusive acho que ele deve ter nascido no fim do século XIX, 1884, porque se ele morreu com 40 anos e meu pai nasceu em 1915... (...) Nesse tempo esses homens eram o prefeito, o juiz, o delegado, eles faziam tudo, tinham poder para isso tudo. (...) Daí ele comercializava toda a produção lá com os patrões que eu acho que eram da capital [Belém] e o coronel aqui também<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> FREITAS, A. Del de *Áureo Del de Freitas* depoimento. [26. Novembro 2013]. Entrevistador: Carlos Eduardo Caldarelli, Tiago Peixoto. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 58 min.

<sup>15</sup> Havia também uma estrada pública, porém, mais antiga, mal conservada e de acesso mais difícil, segundo o relato de Henri Coudreau (1896). COUDREAU, Henri. *Viagem ao Xingu*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1977.

<sup>16</sup> SILVA, E. M. da. *Edilson Merêncio da Silva*: depoimento. [8 Dezembro 2012]. Entrevistador: Tiago Peixoto, Carlos Eduardo Caldarelli, Carlos Gimenes. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 23 min.

No início do século XX, ainda com poucas embarcações de grande porte circulando pelos rios locais, o transporte da borracha era feito diretamente na água, com as pélas de borracha presas por cipó:

A borracha vinha por dentro da água, linguada, aqueles pretão com um sistema que se chamava voga. Tinha um sistema assim para remar. (...) Aquelas linguadas de borracha com tantas toneladas vinham descendo, é imbiricica e linguada, é aqueles blocos de borracha atracada com cipó, aquelas coisas enormes, péla de borracha que dá cem quilos, noventa quilos, depende do tamanho que o produtor fazia. É flutuante, o caucho é flutuante. Vinha quatro barcos de voga, cinco, seis homens naquela linguada descendo essas cachoeiras vindo até aqui em altamira. Não tinha nada com barco. O pessoal vinha em cima, traíam até fogão em cima, vinham pelo rio fazendo a boia. Era uma caixa cheia de barro, feito um fogão ali que eles faziam a boia, em cima do lastro de borracha. Eram toneladas que vinham, não era uma ou duas linguadas que vinham, eram toneladas, grande quantidade de gente, vinha tudo amarrado (...) com cipó, tirado do beiradão. Amarrava aquilo fortemente, era forte, descia as cachoeiras tudo e não arrebetava. (...) Podia fazer o que quisesse ali em cima que aquilo não afundava, dormiam ali em cima, podia fazer o que quisesse.



Figura 11 – Carregamento de borracha sendo transportado pelo rio.  
Fonte: Museu da Universidade Federal do Ceará.

O apogeu dessa economia durou até meados da década de 1920, quando a produção de borracha do sudoeste asiático, organizada por ingleses com sementes de seringueiras levadas da Amazônia, superou a produção brasileira, então líder no comércio mundial. Calcula-se que, em 1925, o produto nacional era responsável por apenas 5% do abastecimento mundial<sup>17</sup>. Ao contrário da produção asiática, plantada de forma ordenada, disseminada em grandes plantações, a borracha da Amazônia propagava-se nativa. Os seringueiros não a cultivavam, apenas iam extraí-la, em estradas abertas conforme as seringueiras apareciam naturalmente pelas matas, num trabalho que os submetiam às dificuldades do ambiente e aos perigos da floresta, como animais selvagens e indígenas bravios.

Nunca houve a interrupção da exploração da borracha na região, apenas o encolhimento da economia e a diminuição dos lucros, que raramente chegavam aos seringueiros. Parte dos trabalhadores atraídos pela borracha migrou para as cidades mais próximas, verificando-se

---

<sup>17</sup> FIGUEIREDO, Aldrin M.; RICCI, Magda & CHAMBOULEYRON, Rafael. “Os usos da terra”. In: FURTADO, Rogério (org.). *Scientific American Brasil*. São Paulo: Duetto, 2008. p.85.

também a criação de povoados. Uma pequena parcela retornou aos seus locais de origem e outros tantos continuaram no trabalho na seringa, dividindo seu tempo com o extrativismo, a pecuária, a agricultura de subsistência e a pesca nos beiradões, atividades que nunca deixaram de praticar.

Com a tomada dos seringais do sudoeste asiático pelos japoneses, durante a Segunda Guerra Mundial, o látex brasileiro voltou a ganhar forças no mercado, sendo considerado essencial para os esforços bélicos das forças aliadas, sobretudo dos Estados Unidos, que passou a desenvolver programas junto ao governo brasileiro de incentivo a produção nacional. Os seringalistas passaram a receber financiamento para suas atividades, com compra garantida para sua produção, fazendo os antigos seringais da região voltarem a receber um grande número de pessoas para um trabalho que exigia uma mão-de-obra em número mais elevado do que aquela disponível nas pequenas cidades e vilarejos locais.

Embora o esforço de guerra tenha decepcionado em relação a quantidade de borracha produzida, este novo incremento na produção serviu para fortalecer os padrões regionais que se beneficiaram do mercado garantido, do bom preço fixado pelo governo e dos financiamentos a juros baixo fornecidos pelo banco da Amazônia e pelo Banco do Brasil. A riqueza, no entanto, fiou concentrada entre os padrões e as casas comerciais que aviavam o sistema, deixando aos seringueiros apenas o direito de plantar e coletar na floresta.

Para suprir a carência de mão-de-obra nos seringais, o governo brasileiro recrutou e enviou para a Amazônia, entre 1942 a 1945, mais de cinquenta mil trabalhadores chamados de “soldados da borracha”, termo cunhado para designar os migrantes que se alistaram para a empreitada, atraídos pela propaganda oficial ou coagidos a aceitarem o alistamento para os seringais. Deste contingente, parte significativa morreu acometida por moléstias contraídas na selva ou no percurso até ela. Outros tantos foram assassinados por jagunços, animais selvagens e no confronto com índios.

(...) quando eles [os soldados da borracha] chegaram aqui, não tinham conhecimento e o que pegou mais ele foi doença, malária, naquele tempo era o impaludismo. Eles não sabiam trabalhar, ai iam aprendendo com os nativos daqui, ai então chegavam no seringal e no outro dia já adoecia, porque não se dava com o clima de lá. porque quem é de fora, não se dá com o clima aqui do Pará. Isso os mais fracos, já outros não, tinha os mais fortes. Esses mais fortes resistiram às doenças, aprenderam e foram trabalhar no seringal, juntamente com os nativos daqui, que já sabiam como era trabalhar no seringal. Mas, muitos sofreram, muitos morreram aqui no Estado do Pará. O sofrimento deles foi prolongado, então quando uma doença assim é prolongada, a gente sofre demais. (...) Eles tinham uma música muito engraçada que eles cantavam, que falava “o seu Getúlio que confiou em nós, mandou para o Amazonas como arigó”, porque eles eram arigó, não sabiam de nada, né?<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> Depoimento de Moacir Freitas da Mota. In: MOTA, M. de F & MOTA, M. F da. *Maria Freitas da Mota e Moacir Freitas da Mota: depoimento*. [27. Janeiro 2011]. Entrevistador: Paulo Serpa. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 84 min.



Figura 12 – Soldados da borracha partindo de Fortaleza (CE).

Fonte: Coleção Jean Pierre Chabloz. Museu da Universidade Federal do Ceará.



Figura 13 – Soldados da borracha partindo de Fortaleza (CE).

Fonte: Coleção Jean Pierre Chabloz. Museu da Universidade Federal do Ceará.



Figura 14 – Soldados da borracha partindo de Fortaleza (CE).

Fonte: Coleção Jean Pierre Chabloz. Museu da Universidade Federal do Ceará.



Figura 15 – Soldados da borracha esperando o embarque em navios que os levariam aos seringais da Amazônia.

Fonte: Coleção Jean Pierre Chabloz. Museu da Universidade Federal do Ceará.

A propaganda oficial para o alistamento incluía promessas de enriquecimento, alimentação, o pagamento de um soldo por dia trabalhado, assistência médica, a divisão de lucros pela borracha comercializada, entre outros compromissos nunca cumpridos. O serviço de recrutamento era coordenado pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), que recrutou, sobretudo, nordestinos flagelados fugidos da seca, que embarcavam nos navios do Lloyd Brasileiro no porto de Fortaleza para os seringais da Amazônia.

Cada seringalista ia a Belém buscar uma turma de gente. Dai levava. O sujeito ia buscar deizão, uns traziam vinte, uns traziam trinta, conforme o tanto do seringal dele, o tamanho. Aí ia colocando [nas estradas de seringa]. Era o soldado da borracha, chamado. (...) Tinha deles que vinham com família, o governo pagava ainda para vir. Vinha com família, vinha com tudo. Chegava aqui e passava direito para o igarapé. Caboclo matou muito, coitados. Não tinham prática de nada, queria ir para a mata sem arma, vinha caboclo, queria brigar com caboclo, daí é só morrer. No igarapé desse [seringalista] Sabá, que era patrão de meu pai, morreu muita gente, de caboclo, por causa disso. Botava o pobre lá sem arma, soldado da borracha e ia só morrer. Quando eles vinham de fora, tinha deles que não passavam aqui nem uma semana, voltavam... Aqueles que eram solteiros, que a gente nem sabia se era solteiro, se era casado, tudo era solteiro e

arranjava mulher... Mulher, sabe como é, quando vê esse pessoal de fora assim, é mesmo que macaco por banana, daqui a pouco tava junto com um, namorando com outro, mas demorava pouco, eles não queriam eles aqui [na cidade] não, porque bebiam cachaça e começava a fazer bagunça...tudo ia para a mata, logo a lancha pegava aí é ó...pra mata! Depois se acostumou. Os que não voltaram ou morreram, virou tudo paraense...<sup>19</sup>

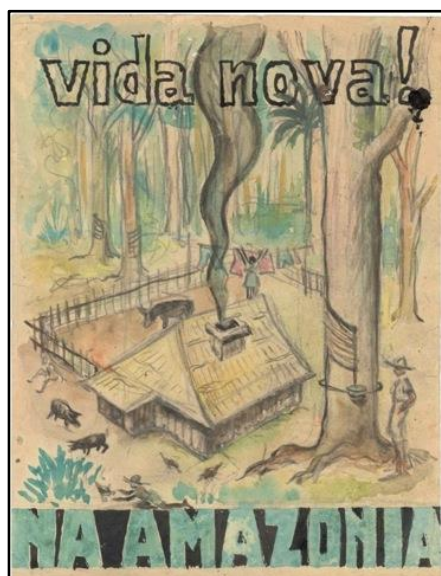


Figura 16 – “Vida nova na Amazônia”.

Fonte: Coleção Jean Pierre Chabloz. Museu da Universidade Federal do Ceará.

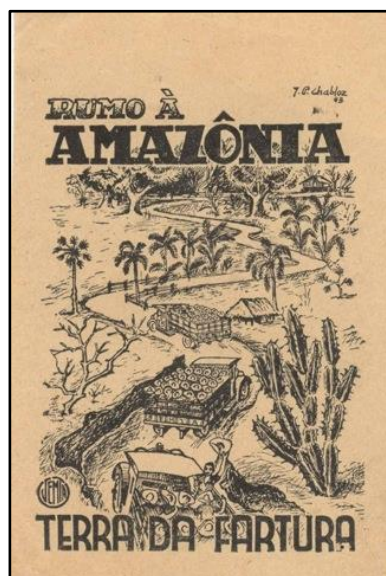


Figura 17 – “Rumo à Amazônia, terra de fartura”.

Fonte: Coleção Jean Pierre Chabloz. Museu da Universidade Federal do Ceará



Figura 18 – “Mais borracha para a vitória”.  
Fonte: Coleção Jean Pierre Chabloz. Museu da Universidade Federal do Ceará.

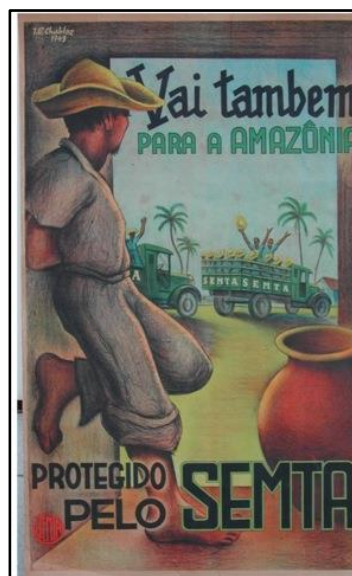


Figura 19 – “Vai também para a Amazônia protegido pelo SEMTA”.  
Fonte: Coleção Jean Pierre Chabloz. Museu da Universidade Federal do Ceará.

<sup>19</sup> Depoimento de Custódio Lobo da Silva. In: SILVA, Maria Rita S. R. da & SILVA, Custódio L. da. Maria Rita Santa Rosa da Silva e Custódio Lobo da Silva: depoimento. [21. Agosto 2013]. Entrevistador: Carlos Eduardo Caldarelli. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte.

Cada recrutado recebia um kit de viagem com mochila, uniforme, chapéu, rede e utensílios para alimentação, como prato e talheres. Recebiam também uma cápsula de cianureto, que lhes possibilitava o suicídio em caso de ataques de submarinos alemães no trajeto entre Fortaleza a Belém.

Eu me lembro desse tempo em que chegou esses arigó, eu era pequena e o pessoal de fora se chamava arigó, quando chegavam assim se dizia: “eita, chegou um monte de arigó no barracão de fulano de tal”. (...) O que eu lembro é que esse pessoal que veio de fora, não lembro de nenhum que tenha vindo com família nesse tempo. Depois de casada tinha gente, às vezes com família. [Meu marido foi soldado da borracha], ele contava que vieram num navio bem grande, diz que esse navio, quando eles chegaram numa baía, eles viajaram do Ceará pra cá, para Belém de navio, diz que era um navio muito grande, ai ele contava história dizendo que tinha tudo dentro desse navio, tinha até parece campo de futebol, eu não sei. Só sei que era navio bem grande. Isso foi em 1943. Dai ele disse que quando ele chegou num determinado lugar, vinha um submarino, porque eles atacavam pra cá, eles sabiam que vinham esse pessoal trabalhar pra cá, (...) esses soldados da borracha. Eles atacavam o navio para querer botar no fundo. Tinha um submarino que andava por debaixo da água, não era? (...) [Meu marido] disse que teve uma noite que eles ficaram apavorados com aquele submarino, porque eles viam uma luz, parece que ele tem uma luz assim e vem, porque no navio também sabia quando tinha um submarino. Era assim, ele disse que era um perigo medonho quando eles vinham viajando. Ele disse que o pai dele chorou muito quando ele entrou num caminhão lá que ele veio. O pai dele se agarrou com ele chorando, pedindo para ele ficar, porque ele sabia que o perigo tava à frente. Além de vir para esse lugar cortar seringa que eles sabiam que tinha muito índio que matavam os seringueiros, ainda tinha mais esse problema dos submarinos que atacavam os navios quando vinham. [De Belém para Altamira] ele veio de barco, de lá para cá, mas só que parece que de lá pra cá não tinha submarino, parece que esse perigo era só no mar<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> SOARES, A. M. *Antônia Macieira Soares*: depoimento. [9. Fevereiro 2011]. Entrevistador: Tiago Peixoto. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 104 min.





Figura 20 – Cartaz do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (S.E.M.T.A.).

Fonte: Coleção Jean Pierre Chabloz. Museu da Universidade Federal do Ceará.



Figura 21 – Equipamento de viagem fornecido pelo S.M.T.A. aos “soldados da borracha”.

Fonte: Coleção Jean Pierre Chabloz. Museu da Universidade Federal do Ceará.

Os soldados da borracha que vieram para o Médio Xingu inexperientes com o trabalho de extração da borracha e num ambiente totalmente diferente daquele que estavam acostumados no nordeste brasileiro, encontraram nos seringueiros locais os professores para sua nova profissão e aclimatação na região.

Quando eles chegaram não sabiam de nada, né? Dai os patrão pegaram aqueles que já estavam acostumados a cortar, né? Dai eles pegavam dois, três e colocava aqui. Dai nós ia, eu que fazia o serviço, nós ia ensinar eles. Ensinar a cortar, rapar, tigelar, defumar, fazer defumador e até mariscar, pescar pra eles ou matar um bicho, porque eles não sabiam, (...) então nós tudo foi professor deles. Tinha deles que era mais burro do que burro mesmo [risos]. Tinha deles que cortava de qualquer forma, quando era para defumar era a mesma luta, tu joga a borracha para cá, ia, mas se molhava todo de leite, até quando os bicho aprendiam<sup>21</sup>.

Seringais como o de Anfrísio Nunes, possivelmente o maior da região, abrigaram centenas de famílias, com três casas de comércio (barracões) distribuídos nas localidades de São Francisco, foz do Rio Curuá e Ilha de Santa Júlia. O trabalho de colocar uma estrada para ser percorrida por um seringueiro cabia aos seringalistas, que contratavam mateiros especializados em andar pelas matas demarcando as seringueiras a serem exploradas.

[Os seringueiros] moravam na beira do rio, ribeirinhos. Tinha dele que passava uma hora até chegar a estrada de seringa. Mas, tinha deles que saía da porta de casa também, é relativo. Tinha uma profissão que hoje está extinta que se chamava mateiro. Mateiro é aquele que saía na mata. Se aqui era uma seringueira, o toqueiro ficava aqui e o mateiro saía procurando outra seringueira. Ai ele batia [no tronco da seringueira] e o outro respondia

<sup>21</sup> SILVA, B. G. da. *Benedito Gonçalves da Silva*: depoimento. [26. Janeiro 2011]. Entrevistador: Thiago Peixoto. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 42 min.

daqui e ia fazendo a picada, era o mateiro e o toqueiro. Isso pago pelo seringalista, era obrigação dele fornecer a estrada e tudo<sup>22</sup>.

As trilhas de exploração de seringa eram demarcadas conforme a localização natural das árvores espalhadas em meio à floresta, o que obrigava o seringueiro a fazer longas caminhadas, quase sempre solitárias, munidos com sua faca de sangrar seringa, as tigelas que ia pendurando nas árvores, e uma espingarda para se defender de animais selvagens ou, principalmente, dos ataques de índios. Cabia ao próprio seringueiro fazer a limpeza de sua trilha entre uma seringueira à outra. Tal trilha, a que chamavam de “estrada”, permitia ter acesso a mais de uma centena de árvores que deveriam ser exploradas em apenas um dia de trabalho.

Na borracha o seringueiro tinha que levantar às quatro horas da manhã. Se ele não saísse quatro, cinco da manhã, ele perdia o dia. Sete horas da manhã já tinha que estar cortando, senão não adiantava mais. É o seguinte: começava as seis, daí seis, sete, oito, daí meio dia parava de cortar, porque o vento começa a bater e o leite quase não circula, não se espalha naquele risco que ele deu, daí não escorre mais o leite. Eles usavam uma lamparina, chamada porongo, tipo um farol na cabeça e cortava no escuro. Ao meio dia ele começava a recolher o leite. Passava o dedo na tigela para recolher no balde. Riscava umas 200, 250 árvores por dia, depende da seringa. Tinha seringa que era muito grossa, então eles faziam cinco, seis riscos na mesma seringueira. Tiravam umas quinze, vinte latas de dois litros de leite por dia<sup>23</sup>.

Cada seringueiro possuía, em média, duas estradas para serem alternadas entre os dias de trabalho, permitindo a regeneração da árvore e não ocasionando o seu esgotamento. O trabalho pesado, a insegurança, as más condições do ambiente, a má alimentação e o pouco descanso contribuíam para diminuir a expectativa de vida dos seringueiros, que, no entanto, possuíam o conhecimento de como explorar os recursos da floresta de forma sustentável.

Mas, todo dia você tem que botar duas estradas, um dia sim, outro dia não. Um dia você vai para uma e, no outro dia, você vai para outra. Não pode cortar todo dia a mesma estrada, porque se cortar todo dia, disabilita o leite. Aquelas [seringueiras] leiteiras, que dava grande produção, você tinha que cavar o chão, escorar para tapar a cissura, que era para o leite não debilitar. Caiu [no chão], bateu na terra, ele talhou. Dai no outro dia você chega lá e puxa a ripa do sarnambi. Dai corta por baixo daquele corte, outro [corte], daí torna a enganchar [a tigela] e assim sucessivamente. É rotina. Toda seringueira boa tem que ser bem tratada, se não ela seca o leite. No primeiro corte de seringa que eu alcancei, o meu pai usava machadinho, um machadinho deste tamanhinho, sangrava hoje para cortar depois de amanhã. Você saía lá em cima [do tronco da seringueira], da altura dessa parede, dava um ponto de casca. Dai outro dia mais embaixo, no outro dia mais embaixo, para o leite descer e cair tudo naquele lugar só. Dai você

---

<sup>22</sup> GAMA, B. *Benedito Gama*: depoimento. [29. Janeiro 2013]. Entrevistador: Carlos Eduardo Caldarelli. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 51 min.

<sup>23</sup> CRUZ, A. A. da. *Afonso Alves da Cruz*: depoimento. [27. Setembro 2011]. Entrevistador: Paulo Serpa. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 108 min.

engancha a tigela lá embaixo e vai cortar lá em cima. Voava só aquele cavaquinho assim. Por que você vê muita seringueira carocuda? É o corte do machadinho, que tirava a casca todinha e na faca não tira, porque ela, [a seringueira], tem um vidro, se passar daquele vidro pra madeira, sai água, o leite dá fraquinho... Tem que cortar por cima do vidro, que é para dar o leite puro, o leite total. (...) É madeira fraca a seringa<sup>24</sup>.

O látex recolhido nas estradas era levado para a residência dos seringueiros, onde era defumado e convertido em bolas, as chamadas “pelas” de borracha. O defumador era precário, construído pelos próprios trabalhadores com madeira e palhas recolhidas nas matas. A fumaça forte e constante causava problemas de saúde, especialmente nos pulmões e nos olhos, num trabalho que pouco se alterou entre aquele realizado no final do século XIX e o das décadas seguintes:

Eu alcancei meu pai ainda defumando a seringa. Aquilo ali era uma luta muito grande. Você fazia uma fornalha na terra, você fazia uma cova na terra, ai pegava naquele barro mole, preparava ele como quem vai fazer tijolo e fazia tipo um forno com uma boca, lá embaixo daquele buraco, fechado aqui em cima com uma boca. E fazia um tapiri em cima, porque pode vir chuva, sol, e [o fogo] não pegar. [O seringueiro] ficava ali na quentura do fogo. E ele tocava fogo naquilo ali. Tinha duas varas, uma lá e outra aqui para ele colocar o pau da borracha para defumar, ficar rodando naquela fumaça. Tocava fogo, era [a palha do] cavaco, aqui para nós [em Vitória do Xingu] não tinha o babaçu, lá pra cima, nas bandas de Vila Nova, tinha o babaçu, mas pra cá, no baixo mesmo era na base do cavaco, de madeira. Tocava fogo lá, fazia o fogo, pegava aquela fumaça e você ficava ali defumando, defumava ate três horas da tarde, duas e meia, conforme a quantidade do leite. Dai você ia fazendo aqueles blocos de cinquenta quilos, sessenta quilos, para entregar a borracha defumada<sup>25</sup>.

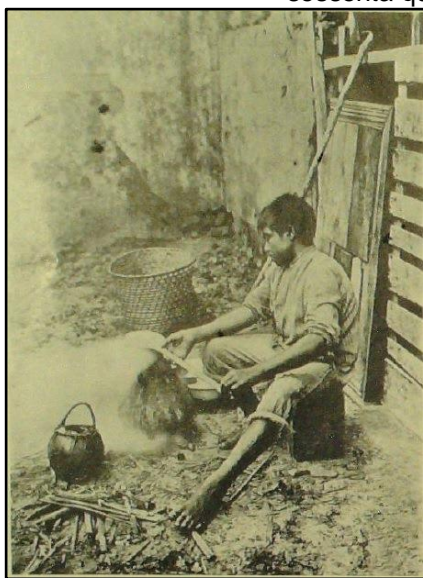


Figura 22 – Seringueiro defumando a



Figura 23 – Seringueiro defumando a borracha no início

<sup>24</sup> FELIPE, Manoel. *Manoel Felipe*: depoimento. [29. Janeiro 2011]. Entrevistador: Paulo Serpa. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 90 min.

<sup>25</sup> SILVA, L R. da F. *Landri R. da Furtuna e Silva*: depoimento. [5. Fevereiro 2011]. Entrevistador: Renan P. P. Arnault. Senador José Porfírio: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 90 min.

### borracha no início do século XX.

Fonte: Álbum do Estado do Pará – 1908.

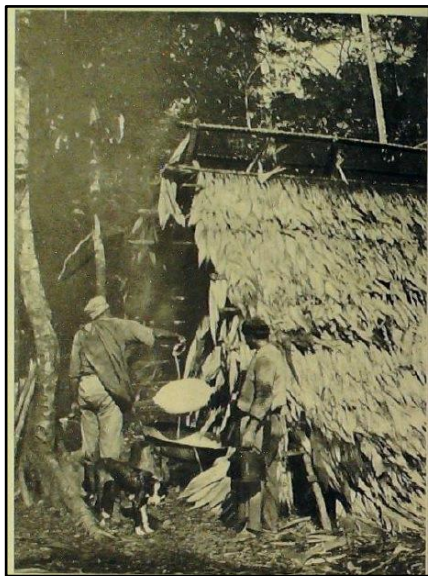


Figura 24 – Trabalho de defumação de borracha num tapiri no Pará.  
Fonte: Álbum do Estado do Pará – 1908.

### do século XX.

Fonte: Álbum do Estado do Pará – 1908.



Figura 25 – Trabalho de defumação de borracha num tapiri na Amazônia.  
Fonte: Acervo da Biblioteca do Congresso, Washington, EUA.

Os seringueiros entregavam as pélas de borracha nas casas comerciais dos seringalistas, os “barracões”, geralmente localizados na sede do seringal. Ao entregar a borracha nos barracões, o administrador tomava nota do total recebido e concedia ao seringueiro um crédito a ser gasto com os produtos à venda no interior da casa comercial, uma espécie rústica de armazém onde os trabalhadores se abasteciam com o material básico para sua subsistência, panos para roupas, armas e munições, farinha, alimentos enlatados, instrumentos de trabalho, charque, lamparinas, querosene, cachaça, rede, sabão, bolachas, entre outros.

Os patrão quando subiam para esses alto, tu sabes quanta quantidade de munição ele dava para quem tinha rifle? Dava não, vendia. Cinco bala para cada um. Fósforo para acender fogo? Uma caixa de 15 em 15 dias para cada seringueiro. Era essa situação no começo da vida aqui no rio Xingu. Ele não dava nada, tudo era comprado. Açúcar, café, pano velho, meia grossa, mas tudo era na base do borrador. Se você tinha borrador, você poupava. Se não tinha, ele lhe roubava. Você comprava um quilo de açúcar e quando você ia acertar a conta com ele, tava dois [na caderneta]. Você não podia opinar contra isso, você não tinha borrador para provar. Todo seringalista era ladrão. E o intermediário dele era muito mais. O roubo não vem de agora não, o roubo já vem de muito tempo anterior...<sup>26</sup>

Como os preços cobrados nos barracões eram exorbitantes e o preço pago pela borracha era baixo, os seringueiros custavam a ter crédito e muitos ficavam presos por dívidas com

<sup>26</sup> FELIPE, Manoel. *Manoel Felipe: depoimento*. [29. Janeiro 2011]. Entrevistador: Paulo Serpa. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 90 min.

os seringalistas. Nas palavras de Euclides da Cunha, o trabalho de seringueiro incorporava essa grande contradição: “é um homem que trabalha para escravizar a si mesmo”<sup>27</sup>. Este sistema de troca comercial, onde o seringueiro não era remunerado diretamente e nem possuía um vínculo empregatício com o seu patrão de borracha, ganhando apenas um crédito a ser gasto nos barracões, era conhecido como “aviamento”.

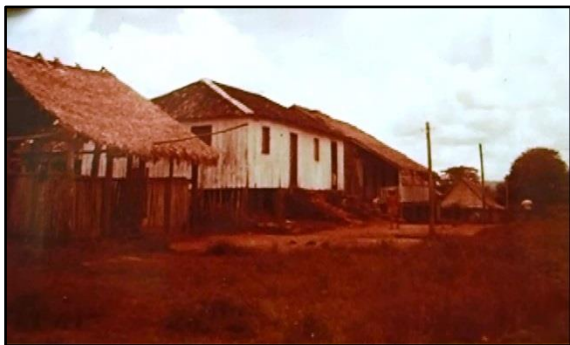


Figura 26 – Barracão do Seringal Praia, de Anfrísio e Frizan Nunes.  
Fonte: Acervo de Vicença Nunes.



Figura 27 – Borracha do Seringal Praia, de Frizan Nunes.  
Fonte: Acervo de Vicença Nunes.

O sistema de aviamento remonta ao início da colonização da Amazônia. Essa operação de crédito sem dinheiro foi uma herança do século XVIII, quando o uso de moeda no Grão-Pará não era corrente e esse sistema de crédito era utilizado pelas empresas coletoras de drogas do sertão. Os trabalhadores entregavam peles, carnes, temperos e recebiam em troca mercadorias para sua subsistência<sup>28</sup>. Como as coletas de drogas do sertão eram incipientes no vale amazônico, o aviamento também era muito restrito, situação que se alterou com a expansão da economia da borracha.

Era tudo na caderneta (...) todo mundo tinha uma caderneta. Eu chegava lá para comprar, eu quero dois quilos de açúcar, dois quilos de feijão, isso e aquilo outro, tomava nota de tudinho, pesava e me entregava. Dai ia para um tal de livrão deste tamanho, que era o conta-corrente. “Sebastião deve tanto, Sebastião tal dia comprou tanto, tal dia comprou tanto” Quando chegava no fim do ano era só [fazer as contas], não tinha o negócio de computador, ia na caneta mesmo, fazia as contas de todo mundo no fim do ano, quanto você tinha comprado, quanto você tinha gasto e quanto você tinha de saldo. Eu entregava a borracha por quinzena, toda vida vinha ali. (...) Toda vida eu tive mais medo de conta do que de bala. Eu não gostava de dever, não<sup>29</sup>.

Como o crédito fornecido aos seringueiros dependia do volume de borracha que era produzido pelos mesmos, para manter o seu crédito nos barracões os trabalhadores mantinham uma rotina de trabalho incessante, que, por vezes, o impedia de manter uma

<sup>27</sup> CUNHA, Euclides. *À margem da história*. São Paulo, [s.n],1976. p.27.

<sup>28</sup> SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História econômica da Amazônia: 1820-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980. p.156.

<sup>29</sup> SILVA, S.R. *Sebastião Rodrigues da Silva: depoimento*. [03 Dezembro 2012]. Entrevistador: Carlos Gimenes. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 69 min.

roça ou buscar uma alternativa de subsistência viável. O aviamento era, portanto, uma prática secular, adaptada às hierarquias sociais amazônicas do ciclo da borracha, um sistema produtivo que garantia aos patrões o controle da economia regional<sup>30</sup>, enquanto os seringueiros eram mantidos na penúria.

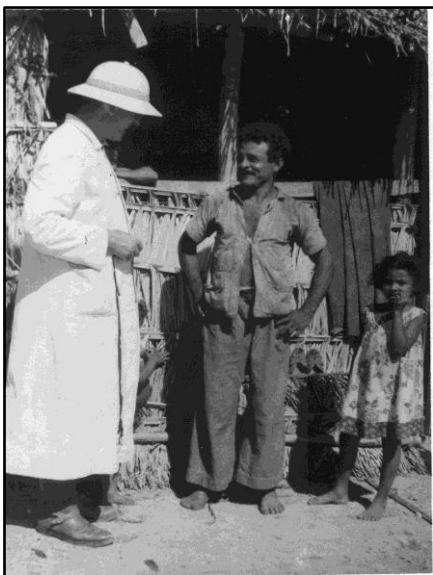


Figura 28 – Seringueiro sendo visitado em sua residência por missionário da Congregação do Santíssimo Sangue, Altamira, 29/6/1951.  
Fonte: Acervo do IBGE.



Figura 29 – Seringueiro do Rio Xingu.  
Fonte: Acervo da Prelazia do Xingu.

O aviamento criava laços de fidelidade entre o patrão e os seringueiros. Não raro, ainda é possível encontrar antigos seringueiros que guardam na lembrança uma imagem positiva de seus patrões, por lhe concederem crédito nos barracões. O bom patrão era aquele que zelava pelo seringueiro ao lhe conceder crédito fácil com elevado tempo de giro e assistência em caso de perigo, de u atendimento farmacológico básico à revides em caso de ataque de índios. Trabalhos acadêmicos, como o da historiadora Bárbara Weinsten, demonstram que houve casos, na Amazônia, onde alguns patrões lucravam mais com as vendas no barracão do que com a própria borracha<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup> KLEIN, Daniel da Silva. “Historiografia amazônica em perspectiva: aspectos de um processo de abertura metodológica (1950-2000). In: *Revista de História da UEG*. Revista do Mestrado Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado. Universidade Estadual de Goiás, Porangatu, V.2, nº2, Jul/Dez. de 2013.

<sup>31</sup> WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920*. São Paulo: Hucitec, 1993.

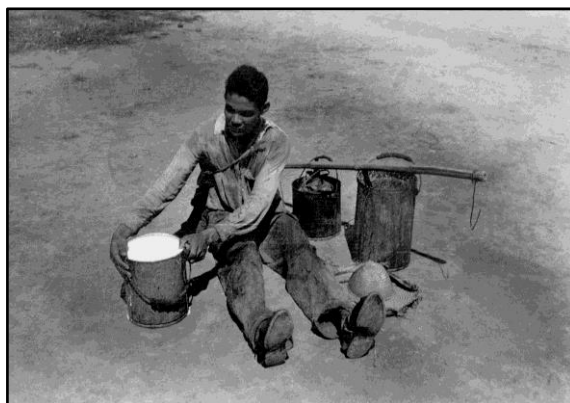


Figura 30 – Seringueiro carregando o balde de látex.  
Fonte: Acervo do IBGE.

Alguns valores morais eram especialmente estimados por seringueiros e seringalistas, como a fidelidade entre trabalhadores e patrões, o que incluía uma relação comercial monopolista. Havia uma moralidade especial presa a códigos de conduta, onde o seringueiro só poderia entregar a borracha produzida para o seu patrão. Cada patrão aviava os seus próprios seringueiros e só poderiam aceitar a borracha de seus aviados. Comprar borracha de seringueiros aviados por outros patrões era considerado uma falta grave e caso de polícia, embora não tenha impedido os casos de desvios. Muitos seringueiros esforçavam-se para extrair o maior número possível de borracha, pois manter crédito no barracão era motivo de orgulho. Mesmo aqueles que conseguiam manter um saldo na caderneta dos aviadores, raramente viam a cor do dinheiro. Era preferível manter o crédito no barracão para novas compras ou para compras emergenciais e ser considerado um seringueiro produtivo e confiável. Já aqueles seringueiros que não conseguiam tirar saldo nos barracões se sentiam oprimidos socialmente pela fama de mau pagador, tornavam-se malvistas pelos patrões, considerados preguiçosos, indolentes:

Os índios Xipaia cortavam seringa, havia aqui no Iriri, mas, às vezes, eles não pagavam a conta e ficava por isso mesmo. Já o seringueiro não. Já vi muito seringueiro que não pagava a conta, daí o patrão desprezava ele. Ele não comprava mais nada do patrão, enquanto não acertasse a conta. Quem rendia pouco, o patrão vendia pouco. Era escravidão. Um dia eu viajei aqui e eu vi. O patrão oferecia por quilo. Ele aviava mais em maio, junho. Mas, de agosto para frente, ele aviava menos, já iam diminuindo as mercadorias. Eles [os seringueiros] passavam fome. Eles faziam pouca roça, porque se fosse fazer roça, não cortava seringa. Aí quando era mês de agosto eles não cortavam, porque a seringa caía a folha, daí ela não dava leite. Daí eles iam colocar roça, mas uma roça muito pequena. O patrão só aviava quando eles estavam cortando, se colocar roça não cortava. Eu vi um senhor que teve problema na vista, catarata, morreu cego porque o patrão disse que era muita despesa mandar ele para Belém<sup>32</sup>.

Mesmo após o fim da Segunda Guerra Mundial essa situação pouco se alterou. Algumas vezes se levantaram para denunciar a exploração inerente ao sistema de aviação, como

---

<sup>32</sup> CRUZ, A. A. da. *Afonso Alves da Cruz*: depoimento. [27. Setembro 2011]. Entrevistador: Paulo Serpa. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 108 min.

Eurico Kräutler, padre que chegou à região do Xingu em 1931 e, posteriormente, se tornou bispo da sua Prelazia, em Altamira. Ao escrever sobre a relação entre seringalistas e seringueiros, Kräutler afirmou:

No Xingu existem duas classes sociais: o patrão, também chamado seringalista, e o seringueiro, que é o colhedor da borracha. O primeiro quer ficar rico; o segundo quer apenas sobreviver. O seringueiro almeja poder se livrar da carga de suas permanentes dívidas, pagar ao patrão e sair o quanto antes daquele turbilhão de miséria e crimes! Mas, infelizmente fica preso cada vez mais no emaranhado das dívidas. Não há, no Brasil, indivíduo em pior situação do que o seringueiro. O patrão tem que viver bem, mesmo que seus trabalhadores pereçam. Os filhos do patrão tem que estudar na capital, mesmo que os filhos dos seringueiros morram de anemia. Os filhos do patrão tem que usar bons sapatos, mesmo que os pés descalços dos seringueiros e de seus filhos sejam carcomidos pelas pulgas-de-areia!<sup>33</sup>

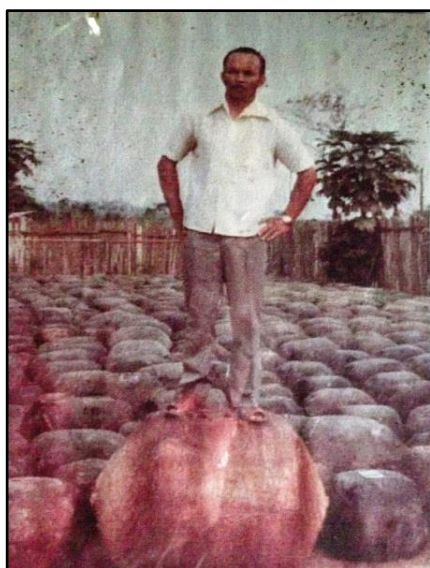


Figura 31 – Seringalista Zeca Nunes, Altamira.  
Fonte: Acervo de José Nunes da Silva.



Figura 32 – Seringalista Zeca Nunes, Altamira.  
Fonte: Acervo de José Nunes da Silva.

Após os seringueiros entregarem as pélas de borracha nos barracões, elas eram transportadas para serem entregues ao banco financiador da operação, que recebiam o pagamento em borracha. A partir de 1942, com o início da nova política nacional de incentivo da exploração da borracha, começaram a se instalar pela Amazônia uma rede de agências bancárias do Banco de Crédito da Borracha, com vista a garantir o aumento da produtividade das atividades. Os recursos financeiros não eram destinados aos seringueiros e sim ao seringalista, de modo que o surgimento das instituições financeiras não acarretou numa grande mudança nos processos produtivos ou nas relações de produção, mas fortaleceram a subordinação dos produtores diretos – os seringueiros – aos empresários do sistema extrativo – os seringalistas.

As áreas [de cada seringal] eram limitadas de um igarapé a outro, uma área de dois, três quilômetros, cinco, dez, toda arrendada do Estado. (...) O maior patrão que teve aqui foi o Frizan [Nunes, filho de Anfrísio Nunes]. Parece

<sup>33</sup> KRÄUTLER, Eurico. *Sangue nas pedras*. São Paulo: Paulinas, 1979. p. 47-48.



que no barracão dele tinha seiscentas pessoas (...) que faziam até 130 toneladas de borracha. Moravam na mata, com as famílias. O banco financiava o patrão e o patrão fazia o aviamento para o empregado. O banco fazia o financiamento conforme a produção de borracha. Conforme o patrão diminuía a produção, diminuía o financiamento. Todo ano o banco financiava. O patrão ficava no seringal mesmo. Mas, tinha patrão que quando tinha um bom gerente não ia, o gerente ficava lá comandando o seringal<sup>34</sup>.

O sistema de financiamento bancária permaneceu mesmo após o fim da Segunda Guerra Mundial, embora a economia da borracha só tenha diminuído a cada década que passava. Muito dos seringalistas surgidos após a Segunda Guerra começaram como empregado dos grandes seringalistas mais antigos na região. Foi o caso, por exemplo, de Benedito Gama, do Seringal São Jorge, que iniciou como empregado de Anfrísio Nunes; e de Áureo Freitas, do Seringal Yucatan, que trabalhava para o seringalista Antônio Meireles e depois se casou com a filha do seringalista Manoel Cavalcanti Umbuzeiro, dois tradicionais patrões da região. Os seringalistas escolhiam uma região que ainda não estava sendo explorada, solicitavam ao Estado o arrendamento da área e recorriam aos bancos para conseguirem o financiamento do sistema de produção. Com o dinheiro construía barracões, compravam lanchas para o transporte do material e aviavam os trabalhadores.

Assim como os seringueiros pagavam o seu aviamento com borracha, os seringalistas pagavam o seu financiamento com a borracha entregue pelos seringueiros. Com o seringal hipotecado ao banco, os seringalistas ficavam obrigados, por contrato, a só comercializarem a sua produção com o banco que lhe financiou, geralmente o Banco da Amazônia ou o Banco do Brasil. Nesta operação, a moeda corrente passava das mãos dos bancos para a dos seringalistas, que a repassavam para as casas comerciais, que lhes vendia as mercadorias a serem aviadas aos trabalhadores. O valor do financiamento – da onde os seringalistas retinham o seu lucro – dependia diretamente da quantidade de borracha produzida pelos seringueiros.

Todos nós, [seringalistas] íamos lá [no banco] fazer um empréstimo para produzir a mercadoria. Vendia a mercadoria [ao banco], tornava a voltar lá para pedir um novo empréstimo. Pagava [o empréstimo] com a mercadoria. todo ano a gente fazia isso. Eu pagava o banco com borracha, a minha produção eu entregava para ele, pagava o meu empréstimo passado e eles faziam um novo empréstimo. Sobrava dinheiro, eu tinha o lucro disso. Desse dinheiro que o banco nos dava, nós é que aviava o seringueiro. E no fim do ano o seringueiro nos pagava também com a borracha. Era uma loja lá em cima conosco, eles iam no barracão e lá eles encontravam todas as mercadorias para trabalhar. [As mercadorias do barracão] eu levava de Belém, todo ano, e nós abastecíamos o seringal. Nós comprávamos em Belém, no J. Fonseca, levava [para o seringal], abastecia nosso barracão. Com essa mercadoria nós abastecíamos os seringueiros. E o seringueiro nos pagava com borracha<sup>35</sup>.

---

<sup>34</sup> CRUZ, A. A. da. *Afonso Alves da Cruz*: depoimento. [27. Setembro 2011]. Entrevistador: Paulo Serpa. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 108 min.

<sup>35</sup> FREITAS, A. Del de *Áureo Del de Freitas* depoimento. [06. Dezembro 2013]. Entrevistador: Carlos Eduardo Caldarelli, Tiago Peixoto. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao

No ato da entrega da borracha ao banco, as pélas eram fiscalizadas e classificadas conforme a sua qualidade, o que determinava o valor a ser pago por elas:

Quando vendiam a borracha aqui em Altamira, o banco fazia uma fiscalização na borracha. Tinha muito seringueiro que colocava pedra, essas coisas, na borracha. Dai foram descobertos. Um bocado de seringueiro foram presos. Botavam para pesar mais. Depois o banco classificou a borracha em primeira, segunda e terceira, dai que se acabou mesmo. A primeira era aquela bem defumada, não tinha água, porque tinha uns [seringueiros] que colocavam água no leite. Aquela que tinha água no leite era de segunda, aquela que tinha muito bagaço, areia, essas coisas, era chamada de terceira. Eram três qualidades<sup>36</sup>.



Figura 33 – Fiscalização de péla de borracha defumada. Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

A partir da década de 1960, ao invés da borracha defumada, os seringueiros passaram a entregar o leite puro, chamado de látex, também vendido de acordo com o grau de pureza medido por um lactômetro. O leite era misturado com amoníaco, o que impedia a sua coagulação e passou a ser comercializado com indústrias como a Copala, de Belém, fundada em 1951, operando no processamento do látex da seringa para a produção de borracha:

Látex era o leite puro que você entregava e era vendido pelo grau, tinha um aparelho (...) um lactômetro (...) em que você colocava dentro da lata do látex para ver o grau. Ali ia de vinte a quarenta e cinco aquele leite. Conforme a grossura ia subindo o numero. Leite de vinte era muito fino, leite de vinte cinco, vai subindo, (...) quarenta e cinco ai tá um leite bom. Só era até quarenta e cinco que media. Tinha um ingrediente chamado amoníaco, que já vinha de lá, diretamente da empresa que comprava o látex, que era a Copala, (...), de Belém. [A Copala] distribuía aquele amoníaco para o patrão e o patrão colocava um litro de amoníaco para vinte litros de leite. (...) Dali a uma quinzena a gente levava oito latas, dez latas [de vinte litros] pro patrão. Eles colocavam nuns tambores de duzentos litros que já vinham de lá, vinha da empresa e embarcava aqui [no porto de Vitória do Xingu]. Vinha de mês em mês de Belém, um barco que chamava Rouxinol, conheci barco

---

Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 58 min.

<sup>36</sup> CRUZ, A. A. da. *Afonso Alves da Cruz*: depoimento. [27. Setembro 2011]. Entrevistador: Paulo Serpa. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 108 min.

chamado Rouxinol, Cruzeiro, Primeiro de Maio, Buda, barcos que levavam o látex daqui [do porto de Vitória do Xingu]<sup>37</sup>.

Nas décadas seguintes, ao invés da defumação ou da mistura do leite com amoníaco, a produção passou a se passar a ser entregue na forma de borracha coalhada:

Quando foi já depois, nos anos 80, (...) eles já largaram o látex e já passaram para a borracha coalhada. Já era mais fácil, você fazer um buraco na terra, tirava o leite que trazia e derrubava lá dentro e ele coalhava. De lá você tirava, botava numa prensa, feita manual mesmo, para escorrer a água e vendia aquela borracha assim. E tinha o derivado, que era o sarnambi, o leite seco que ficava pelas seringueiras, pelas tigelas, pelo chão. o camarada tirava aquele leite seco e vendia junto para o patrão, junto com o látex, com a borracha. Aquilo ali servia para ir pras fabricas pneumáticas, de fazer pneu, essas coisas. (...) Tinha outra borracha que tirava ai também, chamava-se massaranduba. Era uma borracha pedra, tipo pedra, endurecia ficava tipo pedra. o sujeito tirava o leite, cozinhava. Quando ela ficava mole você fazia dela o que quisesse. Dai deixava lá e lá endurecia. (...) Geralmente você arrumava um fundo de tambor, desses de duzentos litros, dessa altura, fazia o fogo mesmo, uma labareda de fogo, botava aquela lata lá e jogava o leite lá dentro e ia cozinhando, você botava o leite ali até coalhar. Ai coalhava, ficava aquele visgo né? Dai você pegava de lá, embolava num pau e corria para água, aquilo ali era na beira da água, era na beira do igarapé que você fazia aquele serviço, porque aquilo dali era muito quente, né? Sujeito embolava num pau, às vezes quando um não dava conta um companheiro vinha e ajudava, dai jogava dentro da água. Dai o sujeito entrava na agua e o sujeito ia tirar ela, porque dentro da água o camarada dá para pegar, né? Ele vai esticando e vai fazendo a bola, faz aqueles cordões e vai embolando, fazer umas placas, uns blocos grandes que desse para o camarada carregar. [O preço dela] não era tão bom<sup>38</sup>.

Cada seringalista possuía o seu porto na cidade de Altamira, que era para onde a borracha produzida na extensão de terra que lhe foi arrendada para exploração era levada.

O Porto Seis é no Rio Xingu. O [Porto] Ambé é lá para frente, naquela volta grande que o rio faz assim. Tem o igarapé Altamira mais em cima e o Ambé mais embaixo. Então os portos eram assim: o senhor tinha a sua embarcação, aqui era o [porto do] seu Meireles, ali era o [porto do] seu Anfrísio Nunes, aqui era o [porto do] doutor Manoel Umbuzeiro, outro era o [porto do] seu Zeca e cada qual tinha o seu porto e sua embarcação<sup>39</sup>.

Segundo antigos seringalistas do Médio Xingu, a extração da borracha entrou em declínio com o fim dos empréstimos bancários facilitados. O derradeiro suspiro da economia da borracha na região amazônica foi na década de 1980, com o retorno dos financiamentos

---

<sup>37</sup> SILVA, L R. da F. *Landri R. da Furtuna e Silva*: depoimento. [05. Fevereiro 2011]. Entrevistador: Renan P. P. Arnault. Senador José Porfírio: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 90 min.

<sup>38</sup> SILVA, L R. da F. *Landri R. da Furtuna e Silva*: depoimento. [05. Fevereiro 2011]. Entrevistador: Renan P. P. Arnault. Senador José Porfírio: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 90 min.

<sup>39</sup> NÉ, G. A. *Gecy Alves Né*: depoimento. [26 Janeiro 2013]. Entrevistador: Carlos Caldarelli, Elisângela Bastos Cordovil. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 89 min.

feito pelo Banco da Amazônia, mas que não resistiu às sucessivas mudanças da política econômica nacional, entrando a atividade na década de 1990 em total decadência:

(...) eu comecei [como seringalista] em 1961 e até 1994 ainda tava produzindo alguma coisa. Eu abandonei o seringal porque o banco me abandonou, o governo me abandonou. Quem quiser jogar praga num cara aqui diga: “Tomara que tu sejas seringalista!”. Eu construí uma estrutura, eu montei uma escola no seringal, eu construí um armazém de alvenaria, eu construí uma casa coberta de Brasilit, que era casa residencial, nem terminei! Construí uma pista de avião, andei em Belém, na aeronáutica para homologar. [Eu pedia dinheiro emprestado para o banco], em 1962 saiu o primeiro financiamento, eu fiz um projeto e foi aprovado. Depois chegou uma carta do Banco da Amazônia me chamando a comparecer na agência. A tarde eu fui lá falar com o gerente, ele mandou entrar e disse “olha, Sr. Benedito, o senhor pediu um financiamento de 50 mil, mas o banco achou por bem lhe adiantar 24 mil”. Eu disse “tá bom, tá ótimo”. Quando a gente vai subir uma escada a gente põe o pé no primeiro degrau, né? (...) Eu comprei tudo, de óleo a sabão. Eu fornecia, dava nota, tudo, com preço, no fim do ano eles me traziam a produção. (...) Era uma conta corrente. Teve um dia que um camarada queira ir viajar a Marabá e não tinha documento, viajou com uma conta corrente dessas. O delegado olhou e disse “pode ir, você não é vagabundo, não”. (...) Eu cansei de pagar [empréstimo do banco] antecipado, pagava antecipado. Eu vendia borracha para o Jesus Medeiros e vendi borracha para a Tigre. (...) Eu vendia para as empresas autorizadas a comprar. (...) fazia a guia de procedência aqui, dizia o barco que ia viajar, (...) às vezes até ainda davam um dinheiro antes de classificar a borracha, que ela era classificada em primeira e segunda, com relação a qualidade. Mas eu sempre pesava aqui, mesmo sem ter o comprador. Chegava no banco fazia a guia de procedência...<sup>40</sup>

Os financiamentos bancários eram exclusivamente para manter a atividade do seringal, conforme ela acontecia há décadas. Por muitos anos não houve uma política pública de modernização da economia da borracha ou do plantio e otimização da sua exploração:

Quando eu pedi um empréstimo [ao banco] para plantar seringa no seringal, porque no seringal a seringa é assim, espaçosa, são sessenta, oitenta metros de distância [entre as seringueiras]. Quando eu queria fazer um plantio, de vinte em vinte metros uma seringueira. Quer dizer, era mais fácil para o próprio seringueiro e tudo isso. Aí o presidente [do banco] disse, “olha, o senhor quer crédito para plantar, nó não temos um crédito exclusivo para plantar seringa no seringal, isso é um absurdo”. Eu disse “não, isso não é absurdo, porque são Paulo fez isso! Se vocês não me derem esse crédito eu vou abandonar isso, não vou perder meu tempo lá”<sup>41</sup>.

Apenas com a fundação da Superintendência da Borracha (SUDHEVEA), em 1967, passaram a surgir iniciativas públicas preocupadas com a gerência da heveicultura no país. Seus principais programas de estímulo ao cultivo (Probor I, II e III) visavam, no conjunto,

---

<sup>40</sup> GAMA, B. *Benedito Gama*: depoimento. [29. Janeiro 2013]. Entrevistador: Carlos Eduardo Caldarelli. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 51 min.

<sup>41</sup> FREITAS, A. Del de *Áureo Del de Freitas* depoimento. [6. Dezembro 2013]. Entrevistador: Carlos Eduardo Caldarelli, Tiago Peixoto. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 58 min.

atingir a meta de 400 mil hectares de seringueiras plantadas. A Superintendência foi extinta em 1989 sem ter conseguido atingir esta meta<sup>42</sup>.

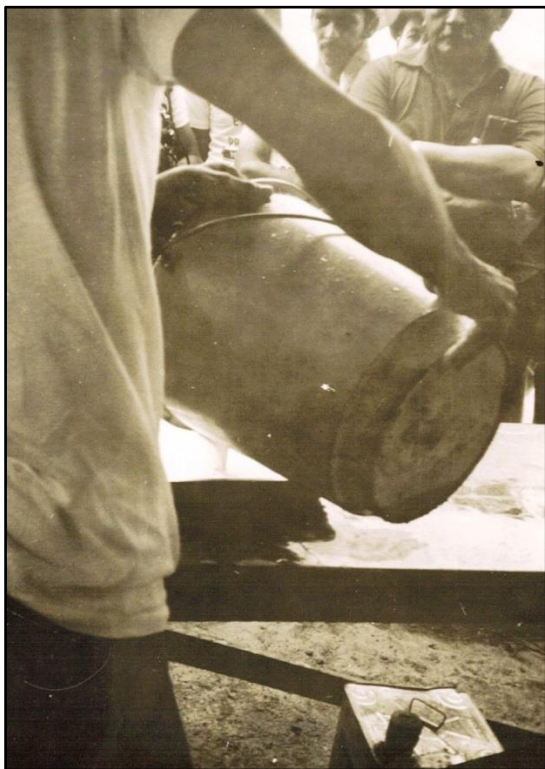


Figura 34 – Seringalista Frizan Nunes (de braços cruzados), recebendo orientações técnicas sobre o processamento do látex, década de 1980, Altamira.

Fonte: Acervo do EMATER/Altamira.



Figura 35 – Técnico do EMATER orientando sobre enxertia em seringal.

Fonte: Acervo do EMATER/Altamira.

Durante todos esses anos de exploração da borracha os seringueiros permaneceram dependentes das atividades dos seringalistas. Quando um patrão morria, esses laços eram rompidos e a borracha poderia ser comercializada com qualquer outro seringalista, ao menos até o surgimento de um novo patrão, que arrendava o território a ser explorado e, por consequência, os seringueiros que lá viviam e trabalhavam:

Eu não me lembro do tempo em que [o patrão Basílio Gama, do Seringal Praia Grande] morreu. Quando ele morreu deixou o seringal [na ilha da fazenda], daí ficou a freguesia. Como ele devia ao banco, porque esses seringalistas tudo deviam, fizeram o seguinte, chamaram todos nós [seringueiros] e disseram, “você agora corte a seringa de você e vendam para quem você quiserem, porque aqui agora não tem patrão, só vai funcionar quando tiver um que compre e pague a dívida do finado e tomar conta do seringal”. Daí apareceu esse Luiz Né, que naquele tempo eram ricos, pagou a conta do finado no banco e tomou conta do seringal. Daí nós era de lá mesmo e daí ficamos. (...) Eu pensei que esses seringalistas eram ricos. Eles tinham as coisas porque eram tudo financiados, os bancos financiavam por causa da borracha. Porque nós, seringueiros, ninguém queria saber se eu devia ou não, interessa é que eu tinha que fazer a borracha. No dia certo lá tinha a borracha para pesar, grande. Daí ia lá no barracão, pegava o que queria e era isso. O patrão

<sup>42</sup> SOUZA, Marcelo Ângelo de. *Superintendência da Borracha: um estudo institucional*. Trabalho de Conclusão de Curso (Engenharia Florestal): UFRRJ: Seropédica, 2010.

também tinha isso, ele era pegado pelo pé pelos bancos. Se no fim do ano ele não desse aquela porcentagem, tantas toneladas de borracha, ele não ia ser financiado, daí o pessoal saía dele, porque não ia ficar se ele não tinha mercadoria, daí ia para outro<sup>43</sup>.

As dificuldades de financiamento; o enfraquecimento de políticas públicas de incentivo a exploração da borracha e de instituições como a SUDHEVEA (Superintendência da Borracha); a abertura de novos campos de trabalho e produção na região oferecendo outras oportunidades de sustento à mão-de-obra antes presa ao aviamento; o incremento da exploração da pecuária; e, o grande desmatamento da região que se intensificou a partir das décadas de 1970 e 1980 foram fatores que, em conjunto, decretaram o fim da indústria da borracha da forma como se conhecia.

Naquela época não se falava tanto no desmatamento. Porque quando você pegava o Rio Xingu e seus afluentes, tinham as colocações. (...) A colocação era formada por três grandes estradas e cada estrada era composta numa média por 200 seringueiras. Cada dia um seringueiro explorava uma daquelas estradas. Por isso era colocação, era onde a família se situava. Com isso se evitava o desmatamento. O meio de vida estava exatamente na manutenção da floresta, a permanência dos seringais, dos castanhais, era o que dava a sobrevivência para essas famílias, para os ribeirinhos, para os seringueiros, os castanheiros. Com a ausência da Sudhevea, que foi exatamente em 1986, acabaram os incentivos do governo para a exploração dos seringais. Você pode prestar a atenção, a partir de então os grandes desmatamentos aconteceram<sup>44</sup>.

Ainda há, na região do Médio Xingu, alguns poucos seringueiros que prosseguem com as suas atividades, associadas a outras formas de subsistência, como a caça, a pesca e uma pequena agricultura. É o caso de José Acosta, da Ilha Grande (Altamira), nascido em 1935, no Paraná, seringueiro desde 1970, que atualmente vende uma pequena quantidade de sarnambi para um comprador que comercializa o produto no Estado da Bahia. Zé Paraná, como é mais conhecido, foi um dos poucos trabalhadores da borracha que não tinham patrão, pois explorava uma ilha que não fazia parte dos territórios arrendados pelos seringalistas. O seringueiro recolhia a borracha, defumava e levava o produto para ser vendido ao patrão que lhe pagasse mais, sem ser aviado.

Poucos não tinham patrão. O patrão vendia a mercadoria muito cara. Quando terminava o ano, não sobrava [saldo]. O patrão comia tudo. O Zeca Nunes era comprador [de borracha], o Hamor Firma tinha o comprador, o Milico, eles financiava mercadoria [para os seringueiros], mas o preço não compensava, trabalhava um ano e não sobrava nada. O coitado do seringueiro só tinha mesmo um ou duas camisas. O povo aqui foi sofrido. [Quem trabalhava sem patrão] ainda sobrava um pouco. [Esses seringueiros com patrão] ninguém percebia isso, aqui é um lugar em que

---

<sup>43</sup> Depoimento de Manoel Moreira. MOREIRA, M; MOREIRA, T. de S. & SALES, A; P. *Manoel Moreira, Teodora de Souza Moreira e Aldo Pereira Sales*: depoimento. [29. Janeiro 2013]. Entrevistador: Tiago Peixoto, Rúbia de Almeida. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 75 min.

<sup>44</sup> BARILLE, D. *Dino Getúlio Barille Filho*: depoimento. [28. novembro 2011]. Entrevistador: Carlos Eduardo Caldarelli. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 95 min.

tudo era analfabeto. Eu conheço seringueiro que não conhecia dinheiro, não sabia o que era dinheiro. Seringueiros daqui não conheciam dinheiro. Até mil novecentos e setenta e poucos, não conheciam dinheiro porque só trocavam. Não conheciam preço de balança. Poderiam colocar uma balança com uma lata de leite Ninho cheia de pedra, uma borracha que dava trinta quilos, passava por oito, dez. [O seringueiro] saldava nada, nada. A borracha nunca falhou, mas depois chegou uma época que fracassava. (...) Depois apareceu aquele Silvano, em Altamira, ele era bom patrão, ele não aviava, ele comprava o produto na hora, daí melhorou. Daí depois caiu o preço da borracha e a gente passou a trabalhar fazendo farinha, carvão, botava diária para os outros, apareceu o povo da Transamazônica, apareceu serviço...<sup>45</sup>



Figura 36 – Zé Paraná trabalhando na seringa, 2013.  
Fonte: Acervo Scientia Consultoria Científica.

Ao longo das décadas em que se manteve em atividade, a economia da borracha configurou um conjunto de vínculos consensuais, nem sempre em harmonia de interesses, entre os habitantes do Médio Xingu, profundamente marcados pela importância desta atividade na região. Seringueiros, seringalistas, indígenas, arigós, marreteiros, atravessadores, todos tiveram suas relações sociais atravessadas por uma constante tensão que se tornou elemento constitutivo de sua sociabilidade, na forma de uma “violência costumeira”<sup>46</sup> presente nas interações cotidianas de trabalho, vizinhança, lazer e códigos de conduta.

A violência do trabalho nas estradas de seringa, que consumiu a saúde dos trabalhadores, cativos por uma espécie de escravidão por dívidas, morando em ilhas por temerem ataques da população indígena; as disputas territoriais contra esses indígenas, vítimas de uma política pública ausente e deficitária para a manutenção de seus direitos e seu modo de vida, sujeitos à exploração, aculturação e morte; os projetos de desenvolvimento e exploração econômica que não levaram em consideração as populações tradicionais; as

---

<sup>45</sup> ACOSTA, J. *José Acosta (Zé Paraná): depoimento*. [28. Novembro 2013]. Entrevistador: Carlos Eduardo Caldarelli, Tiago Peixoto. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 54 min.

<sup>46</sup> LOHN, Reinaldo L. “Antônio Cândido e os parceiros: para além do dualismo”. In: *Revista Esboços*, Florianópolis: PPGH/UFSC, nº 15, 2007. p.41.

promessas de assistência nunca concretizada por parte dos sucessivos governos; a pressão por uma alta produção de borracha para a manutenção dos seringais atrelados aos bancos por financiamentos; a difícil adaptação ao meio ambiente, com milhares de vidas podadas pelas doenças, pela desnutrição, pela escassez de meios alternativos de vida; todas essas adversidades uniram realidades diferentes, entrelaçaram contraditoriamente estes diversos atores sociais numa condição de mútuo reconhecimento e reciprocidade dos valores sociais vigentes, transformando a vida e o tempo passado nos seringais num misto de passado idílico e saudoso para uns, mas também cruel e desigual para outros tantos.



## CAPÍTULO 4

### REGATÕES: OS MERCADORES DAS ÁGUAS.

As relações estabelecidas entre o homem amazônico e o curso das águas são mais do que um símbolo da sua adaptação ao meio ambiente. Elas trazem consigo as diferentes formas de vivências contraditórias e as mais variadas sociabilidades que podem ser encontradas em importantes parcelas de sua população. A região do Médio Xingu é entrecortada por rios e centenas de igarapés, sendo que esses caminhos de águas, essas estradas líquidas, permitiram as primeiras expedições de não indígenas pela região, proporcionando o início de um processo de exploração e ocupação dependente do transporte fluvial. A extensa gama de matérias-primas disponíveis para a fabricação de embarcações, a necessidade de comunicação, trocas comerciais, as explorações de novo territórios para o trabalho e residência fortaleceram as interrelações forjadas a partir de uma cultura humana desenvolvida nos beiradões, nas ilhas, nas margens, por sobre as águas.

Em termos econômicos, a relação de essencialidade da vida amazônica com seus rios ficou exposta com clareza em análises do período áureo da exploração da borracha, quando, desse o século XIX, a comercialização do produto extraído das seringas ocasionou grandes investimentos na navegação a vapor e o surgimento de companhias de navegação que adentraram pelos rios da Amazônia paraense:

A Companhia [de Navegação] começou a operar com três navios pequenos, dos quais o *Marajó* gastava 22 dias na viagem Belém-Manaus-Belém, o que significava uma velocidade sete vezes maior que a das embarcações. A receita total da Companhia triplicou em apenas quatro anos, o que a levou a ampliar a frota para dez paquetes. A receita continuou em ascensão; a média anual de 1863 a 1867 representou o décuplo do que foram em 1853. A demanda se intensificou a tal ponto que a Companhia não pôde continuar a atendê-la sozinha. Surgiram, assim, a Companhia Fluvial Paraense e a Companhia Fluvial do Alto-Amazonas<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História econômica da Amazônia: 1820-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980. p.55, apud MARTINS, Marco Aurélio de Carvalho. *O caminho das águas na Amazônia: itinerário da tecnologia naval amazônica e sua proteção jurídica como patrimônio imaterial*. Dissertação de Mestrado (Direito Ambiental). Manaus: UEA, 2007.

Tais navios de longo curso ficavam restritos aos grandes rios, mais largos e profundos, que pouco se alteravam com a sazonalidade das águas referente aos períodos de chuva e de seca, como o Amazonas, o Madeira, o Negro e o Purús. A navegação em estreitos, paranás (canais laterais ao curso principal), furos (braço de rios) e igarapés (caminhos de canoa) ficava restrito à embarcações de menor calibre, como as montarias (pequena embarcação a remo), a ubá e a igarité (embarcações maiores), a chatinha, a gaiola ou vaticano (vários tipos de navios fluviais)<sup>2</sup>.

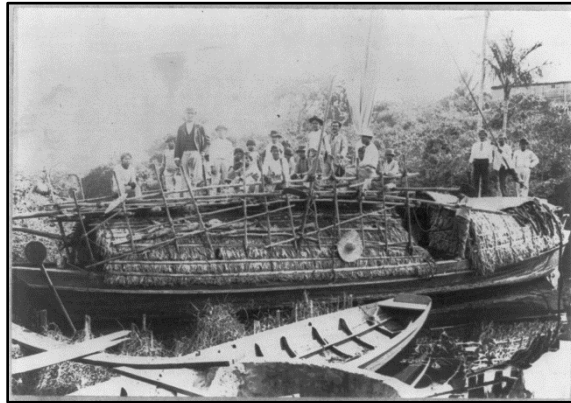


Figura 1 – Embarcação para o carregamento de borracha na Amazônia.  
Fonte: Biblioteca do Congresso Washington (EUA).

Entre essas embarcações locais, os regatões destacam-se por sua importância e longevidade. A denominação “regatão” pode caracterizar tanto a embarcação quanto o barqueiro, numa amálgama entre o homem, o barco, o rio e sua função social. Os regatões, segundo definição de Moacir M. F. Silva, são pequenos navios e barcos menores, pertencentes a firmas comerciais ou a indivíduos e que viajam demoradamente, penetrando pelos meandros fluviais, parando, não só nos portos de lenha dos ribeirinhos, mas também nos barracões dos seringais, comprando produto da região e vendendo mercadorias diversas<sup>3</sup>, com operações comerciais que podem utilizar tanto moeda corrente quanto o escambo, a troca por produtos extrativistas.

O regatão, barco e homem, surgiu da adaptação das oportunidades de especulação comercial ao meio físico amazônico, tão marcado por suas variações sazonais. Penetrando em áreas de floresta espessa, em regiões onde os ribeirinhos tinham dificuldade para estabelecer contato e comunicação com outros centros, o regatão viu no meio e nas organizações sociais vigentes o propulsor das singularidades do seu comércio, se adaptando à instabilidade do mercado consumidor local.

---

<sup>2</sup> SILVA, Moacir M. F. “Transportes na Amazônia”. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, Julho/Setembro de 1942.p.83.

<sup>3</sup> Idem. p.85.



Figura 2 – Regatão. Desenho de Perci Lau.

Fonte: SENAC. *O comércio e suas profissões: imagens (Brasil 1500-1946)*. Rio de Janeiro, 1983, p.24.

O regatão foi também um dos atores de definição do território do Médio Xingu, onde a população ribeirinha apresentava-se organizada em núcleos familiares isolados, com indivíduos deslocando-se por uma área que poderia chegar até trinta, quarenta quilômetros de distância de suas residências para trabalhar em estradas de seringa ou para atingir áreas de castanheiras. Havia ainda o caso de mulheres e crianças que moravam nas vilas, ilhas e nos barracões de seringais, enquanto o homem permanecia fora, trabalhando nas matas e rios distantes coletando produtos extrativistas como salsaparrilha, coco de babaçu, açaí, timbó, castanha.

Tais produtos - ainda que produzidos em quantidade menor do que a borracha – somados à produção de uma pequena pecuária e agricultura, mais a caça e a pesca, formavam, num primeiro momento, a ampla gama de mercadorias a serem negociadas pelos beiradeiros com os regatões que penetravam pelas capilaridades fluviais desta extensa área.

Embora seja difícil definir uma data precisa para a origem desta atividade comercial, sabe-se que os regatões se destacaram no soerguimento da economia paraense após o fim da Cabanagem (1835-1840), revolta popular que abalou tanto a vida social quanto as atividades comerciais no campo e nas cidades. Transformando as embarcações em armazéns flutuantes, os regatões ofereciam aos ribeirinhos tecidos, bebidas, ferragens, cereais, paneiros, remédios, armamento, munições e uma infinidade de produtos, tornando-se uma alternativa ao monopólio dos barracões que aviavam os beiradeiros<sup>4</sup>.

No século XIX os regatões também eram associados ao contrabando de manufaturas, ao comércio clandestino como medidores das trocas dos produtos extrativistas, acobertavam escravos fugidos e soldados desertores escondidos pelas matas, mantinham relações de trabalho, comércio e de endividamento com comunidades quilombolas e indígenas.

---

<sup>4</sup> LOPES, Siméia de Nazaré. *O comércio interno no Pará oitocentista: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840-1855*. Dissertação de Mestrado (Planejamento do Desenvolvimento). Belém: UFPA, 2002.

Há vários relatos que apontam os regatões como exploradores de comunidades indígenas. O geólogo suíço Jean Louis Rodolph Agassiz reproduziu em seu relato de viagem ao Brasil (1865-1866) a opinião corrente sobre as relações dos regatões com os indígenas:

Esses vendedores são muito conhecidos por todas as margens do Amazonas e seus tributários; são, segundo se diz, de mais completa má-fé no seu comércio com os índios, e estes não deixam de cair ingenuamente em todos os seus contos. Num relatório do Dr. Adolfo de Barros (...) lê-se (...) a seguintes frases: “Atualmente, quem vai ao encontro do índio nas profundezas da floresta virgem, nos extremos desses rios sem fim? Ninguém, a não ser o regatão, menos bárbaro sem dúvida que o índio, porém mais corrompido. Esse sabe bem onde encontra-lo; encontra-o e, sob pretexto de negociar com ele, deprava-o e desonra-o!”<sup>5</sup>.

O regatão era visto como um agente propulsor do alcoolismo, da prostituição, da venda de indígenas como escravos e da venda de mulheres como se fossem mercadoria para seringueiros e ribeirinhos<sup>6</sup>. Três décadas depois da expedição de Agassiz, o discurso oficial sobre a relação dos indígenas com os regatões continuou o mesmo, a julgar pela Mensagem apresentada pelo Governador do Pará, Lauro Sodré, ao congresso estadual, reproduzindo fala de Araújo Brusque:

O homem das selvas continua errante nas desertas matas, que abundam nesta província. Por toda parte penetra o homem civilizado, nas margens dos rios inabitados, ali encontra os traços não apagados dessa população que vagueia sem futuro! (...) O regatão, o formidável cancro, que corrói as artérias naturais do comércio lícito das povoações centrais, desviando delas a concorrência dos incautos consumidores, não contente com os fabulosos lucros, que assim aufer, transpõe audaz enormes distâncias e lá penetra também na choça do índio<sup>7</sup>.

As atividades comerciais dos regatões, como não eram regulamentadas, não eram registradas pelo fisco. A partir da década de 1840 o governo decidiu controlar as embarcações e seus tripulantes por meio da cobrança de impostos<sup>8</sup>. Em 1859, a taxa a ser paga por canoa empregada no comércio de regatão era de 15\$000<sup>9</sup>. Apenas um ano depois, em 1860, o valor a ser pago aumentou para 75\$000. A título de comparação, lojas de tecido, de livros, ferragens, chapéus, botequins, padarias, açougue e fábrica de licores pagavam de imposto, no mesmo ano de 1860, 15\$000<sup>10</sup>. Além do imposto praticado como uma licença de operação havia também os impostos

---

<sup>5</sup> AGASSIZ, J. L. R. *Viagem o Brasil 1865-1866*. Brasília: Senado Federal, 2000. p.299.

<sup>6</sup> CALDENHOF, Satya Bottin Loeb. *Reserva extrativista do Rio Unini: conflitos e estratégias socioambientais no rio Negro/AM*. Dissertação de Mestrado (Sociedade e Cultura na Amazônia). Manaus: UFAM, 2009. p.31.

<sup>7</sup> *Mensagem dirigida pelo Sr. Governador Dr. Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em 07 de Abril de 1895*. Belém: Diário Oficial, 1895. p.42. Acervo da Biblioteca Nacional (RJ).

<sup>8</sup> LOPES, Siméia de Nazaré. *O comércio interno no Pará oitocentista: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840-1855*. Dissertação de Mestrado (Planejamento do Desenvolvimento). Belém: UFPA, 2002.

<sup>9</sup> *Jornal Gazeta Oficial*, Belém, 29/12/1859. p.1. Acervo da Biblioteca Nacional(RJ).

<sup>10</sup> *Jornal Gazeta Oficial*, Belém, 04/1/1860. p.1. Acervo da Biblioteca Nacional(RJ).

sobre a venda de alguns itens específicos, como bebidas alcóolicas, querosene e tecidos<sup>11</sup>.

No entanto, por atuarem numa grande extensão territorial – ligavam províncias vizinhas, como Pará e Amazonas, além de mais distantes, como Goiás e Mato Grosso - e por navegarem por caminhos fluviais pouco conhecidos, os regatões facilmente desviavam dos postos de fiscalização.

Apesar das irregularidades, havia o reconhecimento por parte das autoridades públicas do importante papel exercido pelos regatões para o abastecimento das comunidades mais distantes e, ao fim do século XIX, o regatão se consolidou como um importante intermediário subordinado às grandes casas comerciais, recolhendo os produtos extrativistas produzidos pelos ribeirinhos, levando-os até os portos onde paravam os grandes vapores das companhias de navegação<sup>12</sup>.

Cabe ressaltar que parte do discurso negativo em torno dos regatões pode ter sido influenciado por aqueles que mais se sentiam prejudicados por suas atividades, os seringalistas que perderam parte do que era produzido em seus domínios para o mercado das águas.

Os seringueiros mantidos em penúria pelo sistema de aviamento nas margens remotas dos rios viam no regatão uma alternativa ao comércio com os patrões e ao endividamento nos barracões. A borracha utilizada para as trocas com o regatão era fruto dos desvios de parte da produção que deveria ser repassada aos patrões, num comércio clandestino que era combatido pelos seringalistas<sup>13</sup>. Embora os barqueiros praticassem preços igualmente altos, sua presença instituiu a concorrência comercial na floresta, corroendo o monopólio do aviador e interferindo nas relações estabelecidas.

O trabalho do regatão atingia diretamente as principais variáveis do sistema de aviamento, um dos pilares dos grandes lucros auferidos pelos seringalistas: a relação socialmente coercitiva de sujeição dos trabalhadores ao dono do seringal; a ausência de liberdade nas relações de trocas entre seringueiros e seringalista; a inexistência de moeda física nas operações, mesmo quando havia saldo em favor dos seringueiros; a dívida como instrumento de acumulação capitalista e de retenção de mão de obra; e, a ideologia condenatória quando se tratava da fuga ou desvio de produção do seringal<sup>14</sup>.

---

<sup>11</sup> Jornal *A Reação*, Belém, nº125, 1889. p.3. Acervo da Biblioteca Nacional(RJ).

<sup>12</sup> LOPES, Siméia de Nazaré. *O comércio interno no Pará oitocentista: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840-1855*. Dissertação de Mestrado (Planejamento do Desenvolvimento). Belém: UFPA, 2002.

<sup>13</sup> SILVA, César Pinto da & CUNHA, Marly Solange Carvalho da. “Os Josés na República: alguns apontamentos sobre poder, dominação e tensões sociais no interior do Estado do Pará (1889-1928)”. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, Julho de 2011. p.10.

<sup>14</sup> PEREIRA, Marcelo Souza. “Servidão humana na selva: o aviamento e o barracão no seringal da Amazônia”. In: *Revista Somanlu*. Revista de estudos Amazônicos. Ano 12, nº1, jan./jun. 2012. p.238.

Em Souzel, domínio do seringalista José Porfírio de Miranda Júnior, de grande influência política e econômica, chegou a ser estabelecido a aplicação de multas a regatões que por lá circulassem<sup>15</sup>, panorama que só se modificou nas primeiras décadas do século XX, após uma grande queda na economia da borracha devido a concorrência do produto asiático no mercado internacional.

Especialmente partir da década de 1960, com o enfraquecimento dos antigos seringalistas locais por uma somavariada de motivos, desde às dificuldades de obtenção de financiamentos à uma maior oferta de mão de obra na região, proliferaram-se seringueiros que trabalhavam sem patrão, negociando sua produção diretamente com os regatões:

Rapaz, eu não vivia a custa do patrão não, eu não esperava a custa do patrão. Eu ia num lugar qualquer aí da mata, que não tinha esse negócio, eu fazia a minha casa, abria minha estrada, botava em pique, roçava e eu ia trabalhar naquela [estrada]... Eu não tinha patrão, se passasse um regatão eu vendia para ele, se o patrão viesse, eu vendia para ele. Mas, se fosse o patrão, o patrão roçava, mandava roçar, tinha o mateiro para colocar as estradas e a turma para roçar, os fregueses iam só fazer o defumador, daí não tinha o direito de vender para ninguém, porque tinha ajuda do patrão, né. Mas aqueles que não tinham, moravam por essas ilhas aí. As ilhas não eram arrendadas, de primeiro eram só as terras, as ilhas eram livres. Dai você morava numa ilha daquelas, você cortava, vendia para quem você quisesse (...). Hoje em dia para você achar uns homens para ter coragem de trabalhar assim, sozinho, enfrentar a vida é difícil, só enfrenta se tiver uns dois, três ou se tiver um calço. Naqueles tempos você via pai de família com um monte de filho pequeno entrar na mata, e botava estrada eles mesmo, e limpava, e ele cortava e com isso sustentava a família. Era assim, desse jeito...<sup>16</sup>.

Além de alternativa ao barracão dos patrões, o regatão tinha a seu favor o fato de navegar pela região também no inverno, estação das chuvas, quando era mais fácil navegar pelos rios e igarapés. Neste período, por motivos naturais, os seringueiros não cortavam seringa, atividade praticada no verão. Nestes cinco ou seis meses em que não trabalhavam com a borracha, os seringueiros regateavam os demais produtos que coletavam e produziam, sobretudo, nos castanhais nativos.

A castanha dava demais, perto do rio. Quando tinha [castanhal] mais longe, a gente fazia acerto, saía, acampava e depois que acabava de tirar [a castanha] ia levando a concha até chegar à beira do rio. A castanha dá tanto na beira do rio quanto pro centro [da mata]. Tinha índio [na mata], mas era mais fraco, era juruna, eles quase não

---

<sup>15</sup> CAMPOS, Américo & ABREU, Lindolpho. *O município de Souzel*. Belém: Livraria Escolar, 1909 *apud* SILVA, César Pinto da & CUNHA, Marly Solange Carvalho da. "Os Josés na República: alguns apontamentos sobre poder, dominação e tensões sociais no interior do Estado do Pará (1889-1928)". In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, Julho de 2011. p.10.

<sup>16</sup> SILVA, S.R. *Sebastião Rodrigues da Silva: depoimento*. [03 Dezembro 2012]. Entrevistador: Carlos Gimenes. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 69 min.

perseguiam a gente. O negócio é que eram danados para jogar pedra nas casas da gente. Eram medonhos para jogar as pedras de noite. Não podia sair, saía um instantinho só, já tava a mulher nos gritos: “olha, tão jogando pedra!” Dai os filhos revezavam, ficavam em casa para vigiar. Porque a castanha era pesada, não dava para trabalhar todo dia, ia num dia, dai outro ficava, dai naquela variação o outro aproveitava. Porque a família era grande, uns buscavam, outros ficavam, toda vida minha família foi grande. Tinha vez que a gente saía de casa, ia e voltava, ia e voltava, dai [o castanhal] ia ficando mais longe, ficando mais longe, dai quando ficava mais longe a gente fazia acampamento, dai dormia, ia de dormida. Dai tirava [castanha] de mais longe e ia até lá depositar [a coleta do dia] onde a gente tava [acampado]. Dai quando se acabava [a coleta] é que pegava de lá [do acampamento a castanha] para trazer pro rio. [O acampamento] era uma casinha coberta de palha de inajá, só mesmo que desse para parar a chuva, dai a gente se aquietava, não queria fazer parede, nem nada, só fazia cobrir mesmo. Dai onde não tinha inajá botava de palha de banana braba, baracinho, só cobertura. Todo mundo vazia suas casinhas, todo mundo ia trabalhar alegre e satisfeito. Eu e Domingos Bento teosm mais ou menos a mesma idade. Nós era tropeiro, carregando castanha do castanheiro para o dono do castanhal, dentro do barracão, nas costas do animal<sup>17</sup>.

A castanha era comercializada no mesmo sistema em que vigorava a borracha, com base no sistema de aviamento. Como não produziam borracha no inverno, os seringueiros entregavam a castanha nos barracões e lá se aviavam de gêneros diversos. A produção era vendida pelos barracões, que a entregava aos empresários de Belém, onde beneficiavam a castanha.

No entanto, como no castanhal, ao contrário do seringal, a abertura dos piques de castanha cabia ao próprio trabalhador, isso permitia uma maior autonomia tanto na produção quanto em sua venda posterior, quando novamente aparecia a figura do regatão. A abertura dos piques era de fundamental importância, pois a limpeza do terreno sob as árvores era uma atividade que precedia a colheita, quando os frutos – os “ourißos”, espécie de cocos onde as castanhas se encontram no interior - eram recolhidos diretamente do solo. Não havia, assim, uma obrigação moral em comercializar a castanha com os patrões, embora muitos o fizessem, como forma de abater suas dívidas nos barracões.

Nasci no Rio Iriri. Me criei no Iriri e, depois, vim embora para Altamira. A minha família, meu pai cortava seringa e no inverno cortava castanha. Morava na nossa colocação, num pé do morro lá. Nesse tempo tinha patrão, era o Jorge Miranda. O pessoal que andava regateando para lá, o finado Zé Maria Caratinga, a gente vendia a castanha, comprava as coisas para nós, mas nós era muito pobre, meu pai sozinho para trabalhar não dava conta de comprar despesa muito cara, ai a gente ia pro mato, quebrar castanha pra comprar nossos calçados e nossa roupa. Ele comprava era o rancho, porque

---

<sup>17</sup> Depoimento de Raimundo Matias da SILVA. In: SILVA, Raimundo Matias da. *Seu Dico e parentes*: depoimento. [25. Julho 2013]. Entrevistador: Carlos Eduardo Caldarelli; Carlos Gimenes, Tiago Peixoto. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 57 min.

só ele para lutar, meus irmãos eram pequenos, daí a gente vivia nessa luta até quando eu sai de casa, me casei. A borracha vendia para o patrão<sup>18</sup>.

No entanto, com o gradual enfraquecimento dos patrões locais, o comércio de borracha passou a ser feito também pelos regatões, tanto na forma de contrabando, quanto como um comércio livre. Muitos seringueiros preferiam vender a borracha para o regatão, ainda que clandestinamente, para fugir do sistema de aviamento.

Os trabalhadores ribeirinhos controlavam o meio de produção e o produto da sua mão-de-obra, estando geralmente fora do alcance da vigilância dos patrões. Os seringalistas não se apropriavam automaticamente da produção, eles esperavam que os seringueiros defumassem a borracha e a entregassem no barracão, atraindo-os com o aviamento e prendendo-os com a dívida e com a coerção pelos códigos morais e de conduta.

O regatão ganhou espaço pagando à vista por produtos extrativos ou agrícolas, “introduzindo o dinheiro na economia interiorana e aumentando a liberdade de compra e venda do produtor”<sup>19</sup>. Ao desviar a entrega da produção, os regatões assumiram um papel na resistência cabocla contra o sistema tradicional, embora ele também sujeitasse os ribeirinhos a preços abusivos.

Vendia borracha para o regatão, no meu tempo eram o Jorge Gomes e o Antônio Lacerda, eram os dois, um trabalhava na parte de baixo [do Rio Xingu], outro na parte de cima. Eu vendia [a borracha], mas era barato demais, se eu levasse para Altamira era melhor o preço, eles [no regatão] pagavam mais barato. [Mas,] para ir a Altamira só ia de canoa, de remo, um dia de viagem daqui a até lá, chegava com as mãos toda estocada de tanto remar. A gente encostava a noite numa praia dessas e ia dormir, de manhãzinha vinha embora. Patrão não deixava levar para Altamira, mas eu levava escondido, ele não deixava não. A gente ia de noite. Fui uma vez com meu cunhado, perdemos o remo, mas no outro dia achamos. Daí fumo embora pra Altamira<sup>20</sup>.

A implantação dos programas de desenvolvimento regional por parte do governo federal – como a SPVEA e a SUDAM<sup>21</sup> - foi outro fator importante para o declínio do

---

<sup>18</sup> Depoimento de Francisca Graça Gomes da Silva. In: SILVA, J. A. C. da & SILVA, F. G. G. da. *João Alberto Campos da Silva e Francisca Graça Gomes da Silva: depoimento*. [03. Fevereiro 2012]. Entrevistador: Carlos Caldarelli. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte.

<sup>19</sup> ARAMBURU, Mikel. “Aviamento, modernidade e pós-modernidade no interior Amazônico”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, ano 9, n.25, 1994. p.2-3.

<sup>20</sup> SILVA, A.M. *Antônio Marinho da Silva: depoimento*. [03. Dezembro 2012]. Entrevistador: Carlos Gimenes, Tiago Peixoto. Brasil Novo: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 50 min.

<sup>21</sup> SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, criada em 1953 por Getúlio Vargas; e, substituída em 1966 pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).



sistema de aviação e a expansão gradual de novas relações comerciais na região<sup>22</sup>. Com a desintegração do sistema comercial tradicional, o mercado ficou livre para a atuação dos regatões.

Quando acabou o patrão, entrou o regatão. (...) Nós vendia para ele, compravam as coisas e pegava no dinheiro, né? Eles iam entregar [nossa produção] em Altamira. Ele trazia [de lá] farinha, açúcar, arroz, sabão, trazia tudo ai pra cima num reboque. Nos primeiros tempos era a remo, dai passou a motorzinho, era lancha. (...) Quando [a gente] não tinha roça comprava de tudo, farinha, açúcar, café, arroz... Peixe era do rio, com isso a gente não gastava. Dai quando botou a roça nós vendia farinha, vendia arroz, galinha, porco, era assim... Quando acabou o regatão a gente vendia em Altamira, vendia a farinha, banana<sup>23</sup>.

O mundo do trabalho no Médio Xingu durante a década de 1960 também viu o crescimento do comércio de peles de animais, especialmente da onça-pintada e do gato maraca. Tal atividade, altamente lucrativa quando comparada aos lucros obtidos nos seringais e castanhais pelos trabalhadores ribeirinhos, também foi intermediada pelos regatões, que exerciam o papel de atravessadores: compravam, a dinheiro, a pele dos caçadores e a revendiam nos grandes centros.

Quando acabou a seringa nós fumo pro negócio de gato, já ouviu falar que tinha a pele de gato? A gente matava o gato e tirava a pele para vender, né? Ai acabou a seringa, todo mundo era regatão, ai nós fomos pegar gato. Eu fui, peguei gato, vendia, ariranha, onça, tudo nós matava para vender. Dai depois o governo cortou. Fui gateiro. Nós vendia a pele para o regatão. Tinha regatão demais, era assim, nós vendia, entregava a pele e vinha o dinheiro, era assim... A vida era danada... Ganhei muito dinheiro, dinheiro, dinheiro, dinheiro. O regatão carregava dinheiro era em lata de bolacha. [De regatão] tinha o Zeca Nunes, Zeca Nunes também foi gateiro e seringueiro, botou um lugar chamado [Seringal] Belo Horizonte. (...) Era Cicero Maia, tinha o Mário Branco, já morreu, Júlio Rezende, Petrônio, Galvão, tinha tanto regatão, que era demais. Pro [rio] Xingu...<sup>24</sup>.

Além das relações comerciais, o dia a dia do trabalho num barco de regatão deixou várias lembranças em quem um dia exerceu a profissão. Fixaram-se na memória destes trabalhadores especialmente os esforços e as dificuldades que se enfrentavam por sobre as águas, vencendo cachoeiras em trechos de difícil navegação:

Era uma barcozinho assim de três toneladas, era um motor a óleo (...), [o motor] era no meio do barco, um motorzinho oito, a óleo. Nós subia [o rio Xingu] fazendo força, batendo nas costas, batendo

---

<sup>22</sup> McGRATH, David. "Parceiros no crime: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional". In: *Novos Cadernos NAEA*. Vol.2, nº2, dezembro de 1999. p.69.

<sup>23</sup> SANTOS, V. B. *Vicente Batista dos Santos*: depoimento. [03. Fevereiro 2012]. Entrevistador: Carlos Caldarelli. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 19 min.

<sup>24</sup> ARAÚJO, F. C. *Francisco Coutinho de Araújo Munduruçu (Chico Bibiano)*: depoimento. [27. Novembro 2013]. Entrevistador: Carlos Eduardo Caldarelli, Felipe Matos. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 53 min.

catraca, vencendo as cachoeiras no verão todo, era uma luta danada. (...) A gente tirava a carga todinha [do barco] nas cachoeiras, tinha um lugar chamado Camaleão. A gente tirava a carga todinha nas costas, tirava saca de açúcar, era tudo. Ai quando o barquinho tava seco, nós ia puxar [o barco] no cabo, com o motor funcionando e a negada puxando [o barco], até quando passava por cima [das cachoeiras], sequinho. [Não tirava o barco da água], só quando era canoinha. O barco a gente puxava no cabo. Tinha dia em que passava um dia na cachoeira, lutando, carregando aquela carga. (...) tinha uma cachoeira chamada Espelho, a gente tirava a mercadoria todinha e passava o dia inteiro para tirar o barco [daquela cachoeira]. Ai tinha que pegar um peixe para comer, dai carregava o barco, enlonava bem e subia o rio no motor até chegar no outro dia na casa do gateiro. Ai lá ia vender a mercadoria para o gateiro, recebia a pele, ia ate São Félix do Xingu e voltava. Aquilo era muito regatão, era para lá e para cá<sup>25</sup>.

Um dos perigos habituais aos quais os regatões estavam expostos eram o alagamento das embarcações. Embora raramente causasse acidentes com morte, o prejuízo material era grande, pois nos casos de alagamento, geralmente grande parte da mercadoria era perdida nas águas:

Eu alaguei umas duas vezes, mas a gente não perdeu a embarcação não, a gente tirava [a embarcação do fundo do rio]. A mercadoria ia embora, cada vez que molhava ia-se embora. Mas, também nunca morreu ninguém. Quando alagava assim a embarcação todo mundo saia nadando. Alagou porque furava, bateu numa cachoeira, numa pedra, furava. Nesse tempo vinha carregado de castanha, vinha castanha nas balsas, nas lanchas, viajava noite e dia, parecia um vagalume. Eu já sofri na minha vida<sup>26</sup>.

Assim como os seringueiros, os regatões também sofreram com ataques de grupos indígenas da região. Por proteção, durante a noite, quando encostavam o barco para dormir, buscavam amarrá-los em ilhas e não nas margens dos rios, medida que nem sempre era eficiente na prevenção de ataques:

E para nós dormir no rancho era um perigo, eles iam para as ilhas atacar o barco. Caiapó. Nadava mais do que ariranha. Ninguém ia dormir na terra não, era nas ilhas, ficava com rifle. Era atacado por mutum e na hora de dormir tinha que dormir separado, se não o índio ia e ó, tum, matava. (...) Eu nunca fui atacado não, mas muitos colegas meus já foram. Os índios queriam tomar a mercadoria. Tomar a mercadoria que o regatão levava para vender, açúcar... Eles roubavam só a mercadoria. Açúcar, café, sabão, óleo, essas coisas de comida, a pele não interessava. Era só para apanhar o que era do regatão<sup>27</sup>.

---

<sup>25</sup> ARAÚJO, F. C. *Francisco Coutinho de Araújo Mundurucu (Chico Bibiano)*: depoimento. [27. Novembro 2013]. Entrevistador: Carlos Eduardo Caldarelli, Felipe Matos. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 53 min.

<sup>26</sup> Idem.

<sup>27</sup> Ibidem.

Um regatão, portanto, nunca trabalhava sozinho no interior da lancha, sendo necessário um grupo de trabalhadores obra para dar conta das tarefas de sobrepôr as cachoeiras, carregar e descarregar as mercadorias, pilotar, negociar, fazer a manutenção e a segurança do barco.

Trabalhavam numa lancha de regatão umas seis pessoas, para carregar e descarregar [a mercadoria]. Quando chegava aqui [em Altamira] tinha os carregadores, carregavam num caminhão. Tinha o caminhão do Seu Maciel que carregava, o Assad Curi, carregava para Vitória [do Xingu] a castanha. Chegava aqui descarregava no armazém. Era o ano todo, essa luta. Janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho, seis meses carregando para cima e para baixo. Quando chegava o verão, daí parava [com a castanha]. Ai o regatão ia comprar pele de gato. Era uma luta danada e a gente ganhava deste tamanhinho, um dinheirinho. E a praga, o pium e a muriçoca? Eu tô contando a coisa porque foi desse jeito... Já sofri demais, mas não foi só eu não. Nós, gente da minha infância, já sofreu demais. Agora não, a vida agora tá tranquila...<sup>28</sup>

Tais armazéns flutuantes ainda cruzam nos dias atuais as águas da região do Médio Xingu e em muitos casos continuam se constituindo num dos únicos vínculos de comunidades ribeirinhas com os centros urbanos. Muitas comunidades mais afastadas, ainda sofrem com o desabastecimento de produtos básicos, especialmente no inverno:

O Zeca Costa e o Sabá da Natália [por exemplo, são dois regatões], eles trazem a mercadoria, depois deixa um pouco aqui [na Praia do Frizan, no Rio Iriri], um outro ali, outro acolá, pra gente trocar em produção para eles, castanha, farinha, só não compra mais borracha, borracha quem compra é a firma do ISA [Instituto Sócio Ambiental]. É a castanha, é o ouro, é o dinheiro, qualquer produção que aparece, tendo criação ele compra, é milho, toda coisa que a reserva [extrativista do Riozinho do Anfrísio] oferece. Mas ele tá trabalhando aqui porque ele foi aceito pela comunidade da reserva, foi feito reunião e eles apoiaram, porque não tinha uma pessoa que desse uma assistência de mercadoria, o povo passava muita necessidade por falta de mercadoria, na época de inverno ainda mais. Ai ele tá há uns dois anos nessa luta já, trabalhando com nós. O Sabá da Natália era filho daqui, nascido e criado aqui (...), mas ele nunca deixou de estar aqui, passa o verão todinho viajando, vendendo, comprando, inverno e verão, no inverno ele tá aqui com nós, no inverno ele tem castanha. Quando é de verão ele vai para o [rio] Curuá, existe umas balsas por lá, passa o verão por lá, mas ele sempre dá uma assistência aqui quando passa por nós. E é assim a luta de trabalho nosso por aqui. (...) Eu trabalho para o [regatão] Zeca Costa, faz dois anos que eu trabalho nesse barco, esse barquinho que tem aí é dele, que ele deixou para eu viajar, dar assistência no Riozinho [do Anfrísio] e no [rio] Iriri. Nesses trechos, ele é quem fornece a mercadoria, o representante dele sou eu aqui. [Navego] todo o Riozinho do Anfrísio trocando por produção e trazendo a produção para ele e ele fornecendo a mercadoria. Aceita dinheiro e toda a produção que a reserva oferece ele compra, só não a borracha, porque já tem um contrato com a firma do ISA [Instituto Sócio

---

<sup>28</sup> Ibidem.

Ambiental], eles arrumaram um comprador. Compra copaíba, compra o breu, compra a andiroba, toda a coisa que a reserva oferece<sup>29</sup>.

A atividade de regatão já foi considerada um “mal necessário”, um explorador econômico dentro de um sistema de interações sociais marcadas pelas características territoriais, um atravessador que explorava indígenas, ribeirinhos, a população pobre da várzea amazônica roubando lucro de seringalistas e comerciantes locais, um representante dos agentes comerciais urbanos que consolidava problemas sociais através de suas trocas desiguais. Por outro lado, muitos o consideram um pioneiro, que levava oportunidade de negócios a produtores isolados na floresta, uma força inovadora que quebrou relações comerciais sustentadas pelo sistema de aviamento, facilitando a penetração de relações comerciais modernas, inclusive com o uso de moeda corrente, não se atendo apenas ao tradicional escambo<sup>30</sup>.

Para além do simples dualismo de interpretações, os regatões exploraram, promoveram integração social, interações espaciais, foram um estímulo à autonomia das populações caboclas ao mesmo tempo em que promoveram sua dependência, pois como agentes do comércio, os regatões acabavam determinando inclusive os produtos a serem cultivados e/ou o seu valor de troca. Nas relações mercantis simbolizada nos regatões, se enxerga a complexidade da organização social e econômica dos ribeirinhos do Médio Xingu, se tornando um símbolo dos paradoxos amazônicos que não permitem interpretações singelas.

---

<sup>29</sup> BATISTA, A. *Antônio Batista (Cacheado)*: depoimento. [23. Abril 2014]. Entrevistador: Tiago Peixoto, Elicelma Brandão. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 23 min.

<sup>30</sup> McGRATH, David. “Parceiros no crime: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional”. In: *Novos Cadernos NAEA*. Vol.2, nº2, dezembro de 1999.

## CAPÍTULO 5

### LIBERDADE NA PELE: GATEIROS E O COMÉRCIO DE “PELES DE FANTASIA”.

*“Rapaz, sabe quem veio tirar o seringueiro da faixa preta? Foi a onça e o gato”.*

(Manoel Felipe<sup>1</sup>)

As condições de vida material dos seringueiros no interior as florestas do Médio Xingu até meados do século XX abarcavam uma infinidade de tarefas simultâneas necessárias para possibilitar sua sobrevivência nas ilhas, margens e interior das matas. Ao corte da seringa e aos processos de trabalho dela decorrente (como a colheita e a defumação), somava-se a coleta de castanha no inverno e de outros produtos naturais, como o açai, a copaíba e o babaçu; a pesca; o cultivo da roça; e, a caça.

Todos esses processos de afazeres e de produção de meio de vida resultavam numa ampla jornada de trabalho que mantinha uma economia incapaz de livrá-los do sistema de aviamento, mas reduziam, ainda que de forma tímida suas dívidas nos barracões dos seringalistas. Da limpeza da estrada de seringa, em meados de junho, à extração da borracha até a chegada das chuvas, por volta de dezembro, o calendário de trabalho do grande número de seringueiros que habitavam a região era definido por sua apreensão da natureza. Quando percebiam que a seringa e o roçado, devido a sazonalidade da produção, o não mais iriam garantir a sua sobrevivência, os trabalhadores partiam para outras atividades, outras formas de trabalho.

Embora extenuantes e muitas vezes sujeitas às mais variadas formas de violência, essas relações de trabalho e de sobrevivência na floresta proporcionaram aos ribeirinhos um grande conhecimento sobre a geografia, a fauna e a flora da região como fruto de sua experiência vivida diariamente no ambiente. O seu calendário era o do fabrico da borracha, a sazonalidade, o relógio da natureza, a subida e descida das águas, a precipitação

---

<sup>1</sup> FELIPE, Manoel. *Manoel Felipe*: depoimento. [29. Janeiro 2011]. Entrevistador: Paulo Serpa. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 90 min.

pluviométrica, a floração das árvores, as épocas das colheitas, o dos peixes nos rios e a habilidade de se adaptar utilizando os materiais naturais oferecidos pelo meio.

Nessa relação íntima com a natureza, a caça para alimentação era comum e a oferta de animais selvagens abundante nas matas. Especialmente os homens, mas também muitas mulheres estavam habituados a manejarem armas e a munição era comercializada nos barracões e pelos regatões. Poucos seringueiros se aventuravam a andar pelas estradas de seringa sem um rifle nas costas, acreditando estarem assim mais seguros contra ataques de indígenas muitas vezes interessados em ataca-los justamente para roubar-lhes as armas. Já a caça não era esporte, mas necessidade. Há relatos de comercialização de carne nos barracões, especialmente embutidos ou carne “embarricada”, mas compra-la para consumo diário seria extremamente oneroso aos seringueiros, já reféns de suas dívidas com os patrões ao se aviarem com outros artigos de necessidade, como sal, açúcar, café, querosene, tecidos e munições.

Durante a segunda metade da década de 1960, enquanto a tradicional economia da borracha se mantinha cada vez mais em declínio e os regatões se proliferaram sob as águas, uma parte significativa de seringueiros, mariscadores, roceiros e demais habitantes dos beiradões foram despertados por uma nova possibilidade de garantia de sobrevivência: a comercialização de pele de animais, atividade em que poderiam unir a prática do manejo com as armas e a experiência de caça adquirida por uma vida vivida em meio à floresta, utilizando seus recursos.

A procura por peles de animais silvestres deu início a uma desenfreada ação que uniu a ação de comerciantes atravessadores – sobretudo regatões, mas não apenas eles – à necessidade dos “gateiros” – homens que se embrenhavam nas matas em busca da pele e do couro de animais – em encontrar uma alternativa ao sistema de aviamento.

Segundo dados do Banco da Amazônia, em 1963, a caça de animais silvestres em território amazônico em busca de peles e couros correspondia às seguintes porcentagens em relação ao total da produção nacional: ariranha (38%), capivara (41%), gato do mato (12%), porco do mato (56%), veado (53%), jacaré (62%), lagarto (0,1%)<sup>2</sup>.

Num primeiro momento, entre aqueles animais mais visados no Médio Xingu estavam os animais que rendiam a chamada “pele seca”:

Tinha a pele seca, que o pessoal trabalhava para comercializar a pele seca. Se o senhor quer perguntar o que é a pele seca, eu lhe digo: é a pele do catitu, do porco catitu, do porcão e do veado. Eram essas peles, porque tem a fantasia também, veio depois, o comercio em alta escala aqui na região da amazonia toda veio, né. Depois de tudo isso. Pele do gato, ariranha e da onça. Mas no começo era a pele do catitu, trocava a pele seca por açúcar, fazendinha, sabão, querosene, sal, essas coisas. Pouco valor, naquele tempo tudo era de graça, só trocava, não se via dinheiro. Ai cada um era dono de si, cada um que produzia [a pele seca] vendia para quem queria, [o

---

<sup>2</sup> PENTEADO, Antônio da Rocha. “O homem e o equilíbrio ecológico regional na Amazônia Brasileira”. In: *Revista Brasileira de Cultura*. Ano V, nº17, julho/setembro, 1973. p.99.

patrão] não se intervia nisso, não. Se alguém comprava mercadoria para pagar com pele, o patrão negociava a pele com o regatão, se chamava regatão aquele que levava as mercadorias no batelãozinho empurrado a vara e a remo. No tempo da fantasia já tinha os patrãozão, muito depois<sup>3</sup>.

O apelo comercial da “pele de fantasia, especialmente do gato maracajá e das onças pintada e preta sobrepujou a procura por animais de “pele seca”. Os “gatos do mato” se tornaram os mais procurados porque geravam maior rentabilidade - suas peles eram mais caras – e eram abundantes na região. São comuns os relatos de encontros fortuitos entre os moradores da região com gatos do mato e onças pintadas ou pretas. Devido ao seu porte e agressividade, estas últimas eram mais temidas, sobretudo por mulheres e crianças:

Eu tinha medo demais de onça. Uma vez eu vinha na estrada, eu cortava [seringa] com meu irmão. Naquele tempo eu era moça, vivia dentro de casa, [mas] antes de casar eu cortava [seringa] também, eu fui seringueira. Meu irmão passou na frente, foi embora e eu fiquei. Quando eu vi um barulhinho, lá vinha aquele bicho assim preto com um rabão. E eu aqui me abaixei devagarzinho e corri “Mano! Vem!”. Dai eu escutei o estrupelo do bicho correr e eu olhei para ver se era no meu rumo, mas não era não, era noutro. Ah, eu tive medo nesse dia...<sup>4</sup>

Onça tinha muito. Eu lembro de uma vez em que nós fomos pescar de noite lá no rio. Não é que tinha duas onça atrás de nós? E nós corremos tanto, meu amigo, com medo dessas onças, nós só com as mãos, pescando, tarrafeando, de tarrafa na praia para pegar curimatá. Nós corremos para dentro do barco, empurramos pro meio do rio. No outro dia nós fomos ver, as onças tinham ficado raspando o chão onde nós tinha fugido delas. Tinha muita onça naquela época. Muita onça. O rio era a trezentos metros da nossa casa para a beira do rio. A minha mãe foi para a beira do rio, chegou lá e levou a minha irmã. A minha mãe começou a banhar lá, lavando uma roupa, de cabeça baixa. Quando a minha mãe levanta a vista, a onça vai pulando na minha irmã. A minha mãe correu feito doida, pulou na frente da onça e agarrou a minha irmã para a onça não comer. Ela não atacou, a onça saiu correndo e a minha mãe saiu correndo também. A minha mãe saiu tão doida que saiu correndo só de calcinha, com a minha irmã debaixo do braço... Muita onça, você ia lá onde nós morava [Morro do Gado, em Altamira], quando era de tarde você ia e a onça tinha andado no seu rastro. Muita onça, muita onça naquela época, onça pintada, onça preta. [A onça] não atacava a casa não, só rodava a casa, nas praias que a gente ia. A gente ia arrancar ovo de tracajá e as onças gostavam dessa época do verão, de agosto. Agosto era o mês do ovo da tracajá, dai a onça gostava, porque elas iam de noite comer tracajá, roçava para comer os ovos tudinho...<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> OLIVEIRA, I. D. *Inocência Dias de Oliveira*: depoimento. [01. Outubro 2012]. Entrevistador: Carlos Eduardo Caldarelli. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 104 min.

<sup>4</sup> Depoimento de Maria Rita Santa Rosa da Silva. SILVA, Maria Rita S. R. da & SILVA, Custódio L. da. *Maria Rita Santa Rosa da Silva e Custódio Lobo da Silva*: depoimento. [21. Agosto 2013]. Entrevistador: Carlos Eduardo Caldarelli. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte.

<sup>5</sup> SOBRINHO, M. F. *Iris Célia Brandão Araújo*: depoimento. [06. Fevereiro 2012]. Entrevistador: Carlos Caldarelli. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 36 min.

Segundo levantamento do Departamento Estadual de Estatísticas do Estado do Pará, a produção de peles de animais em Altamira, em 1968, foi de 36.843 quilos, gerando uma renda bruta de 506.400 cruzeiros. Essas peles eram de ariranha, jibóia, jacaré, jacuraru, lontra, jacuruxi, queixada, veado, peludo, gato maracajá, jaguatirica e as onças<sup>6</sup>.



Figura 1 – Ariranha (*Pteronura brasiliensis*). Foto de Daniel Kantek.  
Fonte: ICMBIO.



Figura 2 – Jacuraru (*Tupinambis teguixim*). Foto de Emir Bemerguy Filho.  
Fonte: Acervo de Emir Bemerguy Filho.



Figura 3 – Jacuruxi (*Dracaena guianensis*). Foto: Kurazo Okada.  
Fonte: Revista Ciência Hoje.



Figura 4 – Queixada (*Tayassu pecari*). Foto: Dante Andres Meller.  
Fonte: Acervo de Dante Andres Meller.

Apesar desse variado leque de opções, a caça dos felinos – gatos e onças - para a obtenção de peles tornou-se uma das principais atividades dos beiradeiros da região. A caça mobilizou grande número de “gateiros” que se embrenhavam por meses nas matas, abandonando o seu trabalho costumeiro na seringa, nos castanhais e em outras frentes de trabalho. As peles obtidas eram comercializadas com os intermediários já estabelecidos na área em outras atividades, como os regatões e demais comerciantes de seringa, castanha e ouro.

Nas décadas de 1960 e 1970, a atividade de gateiro possibilitou ganhos maiores, superiores inclusive à garimpagem. No imaginário local, esse período anterior à atuação de fiscalização e proibição da caça de animais pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Retornáveis) foi uma época áurea, em que os ribeirinhos conseguiram -

<sup>6</sup> Jornal “O Globo”, Rio de Janeiro, 18 de Maio de 1971, Ed. Matutina, página 3.



muitos pela primeira vez - recursos financeiros para a aquisição de bens materiais e a troca do produto de seu trabalho por moeda corrente.

Rapaz, sabe quem veio tirar o seringueiro da faixa preta? Foi a onça e o gato. Se lembra daquele tempo de pele a fantasia? Todo seringueiro largou o patrão para fazer alçapão para pegar o gato, pegar onça. Se pegasse uma onça tava no saldo. Não era mais do patrão, era outro comprador para entrar naquela intermediação para comprar a pele. O patrão ficava de lado, se não o patrão roubava muito mais ainda... Dai [os seringueiros que se tornaram gateiros] foram se afastando dos primeiros patrões dele, se afastando e deixando eles de lado, tanto que os patrões ficaram tudo pobre, já o intermediário ficou rico, muitos ficou rico. Sabe quanto chegou a dar a pele de uma onça? Seis mil cruzeiro. Seis mil cruzeiro a pele de um gato maracajá-açu. Como não iriam se alimpar? Todo mundo se alimpou<sup>7</sup>.



Figura 5 – Seringueiro enfrenta a onça-pintada. Ilustração de Cândido Portinari para a edição de 50 anos do livro “A Selva”.  
Fonte: CASTRO, Ferreira de. *A Selva*. Lisboa: Guimarães, 1955.

Com o mercado de “peles de fantasia” em ascensão e a economia da borracha em queda, houve casos de seringalistas que deixaram a borracha de lado para atuarem como gateiros e intermediadores da venda de peles e couros:

Vou te falar de um cara que enricou nem tanto como seringalista, mas com pele de fantasia: Zeca Nunes. Zeca Nunes ganhou toda a riqueza que ele jogou fora foi na pele de fantasia, porque ele contrabandeava de um, de outro, vendia por seis mil cruzeiro, cinco mil cruzeiro. A segunda classe de um couro dava dois mil e quinhentos. Aqueles que estavam furado de chumbo, com peladura. Aquilo ali era muito bem classificado para cada um poder passar a perna um no outro. Pele de gato, onça, ariranha, venderam tanta pele que quase veio a dar extinção. Quando veio esse IBAMA, tava muito além... Você andava por essas palhas, Bacajá, você não via um pé de onça na areia. Matavam tudinho...<sup>8</sup>

<sup>7</sup> FELIPE, Manoel. *Manoel Felipe*: depoimento. [29. Janeiro 2011]. Entrevistador: Paulo Serpa. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 90 min.

<sup>8</sup> FELIPE, Manoel. *Manoel Felipe*: depoimento. [29. Janeiro 2011]. Entrevistador: Paulo Serpa. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação,

Dai de gato eram uns patrão assim...esses Milico ai foram um dos grandes patrão. Milico, Sebastião, Lourenço, teve o João Duzentos, chamavam João Duzentos, era um cara bom para comprar pele, que chamavam pele do gato. Tinha aquele Valter Torres, o irmão dele, o Valadares. Tudo foram compradores. Agora, eles eram comprador, regatão. Já era diferente [do patrão da seringa], não tinha mais aquele negócio de barracão. (...) Zeca Nunes também comprou muita pele. Tinha o Antenor Caetano, ai tinha o Aciolino, rapaz, teve tanto comprador que não da nem para dizer, tinha muito mesmo, podia vender para quem quisesse, era liberado na época, era liberado<sup>9</sup>.

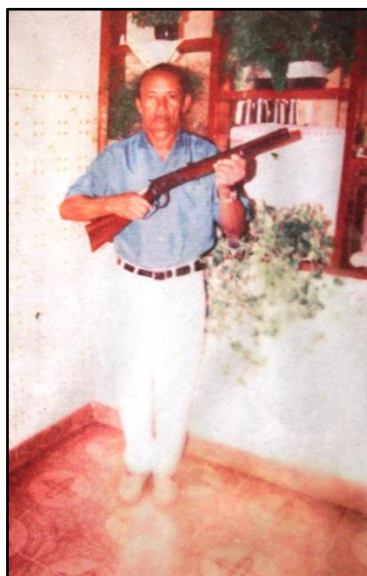


Figura 6 – Zeca Nunes, seringalista e negociador de peles de gato em Altamira.  
Fonte: Acervo de José Nunes da Silva.

A época da “pele de fantasia” associada a presença dos regatões e demais atravessadores constituiu no período em que os trabalhadores afrouxaram as amarras impostas pelo sistema de aviamento, conquistando uma maior autonomia social.

Quando surgiu o negócio do gato foi quando libertou o rio para todo mundo. Antes do gato eu só tinha direito de vender o que era meu para o patrão. Se não fosse para o patrão não podia vender, se eu vendesse ele me expulsava. O patrão expulsava, não queria mais não. Ele queria aquela pessoa certa, que trabalhasse com ele, tudo era passado por ele, tudo era ele quem mandava fazer, né? Então a gente tinha o direito de vender tudo era para ele mesmo, né? Porque tudo era ele quem mandava fazer, eram as estradas, os piques de castanha, tudo era por ele, então a gente também não podia vender para outro. E quando chegou a época do gato, não. Entrou a época do regatão, entrava todo mundo para comprar o couro do gato. Comprava o couro do gato e vendia o que levavam. Ai os patrão desgostaram e afrouxaram também. Dai esse regatão aí já comprava gato, já comprava castanha, já comprava borracha, já comprava tudo. Depois que liberou, ai entrava muita gente [como regatao]. Os patrão ficaram tudo calado, não pode mais falar nada, porque o pessoal invadiram mesmo...

---

Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 90 min.

<sup>9</sup> SILVA, L. de O. da. *Leodegário Oliveira da Silva (Bago): depoimento*. [25. Março 2013]. Entrevistador: Carlos Eduardo Caldarelli. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 65 min.

Sabe que quando invade assim, não tem jeito. Na hora que libertou o gato, para qualquer uma pessoa você podia vender. Na hora que chegou o gato eu não quis mais mexer com seringa, fui mexer com o gato que era o que dava resultado mesmo. Eu abandonei a seringa, não quis mais...<sup>10</sup>

O preço pago por pele variava pelo tipo de animal abatido e pela qualidade de seu couro ou pele. Havia, no mínimo, três qualidades de pele e couro, que variavam conforme o seu estado de conservação:

Bom era [atirar] na cabeça [do animal], porque o couro não podia ter nenhum buraco. Tinha que tirar o couro dele sem fazer um buraco, não podia arranhar para tirar aquele pele, tinha que ser sã. Se ele tivesse uma arranhadura, já não era de primeira, era segunda. Tinha primeira, tinha segunda e tinha a terceira [qualidade]. A terceira era quando tinha mais pelo arrancado. Na arapuca que a gente fazia, se passasse dois dias, você chegava e [o animal] tava pelado, dele estar rodando [dentro da arapuca]<sup>11</sup>.

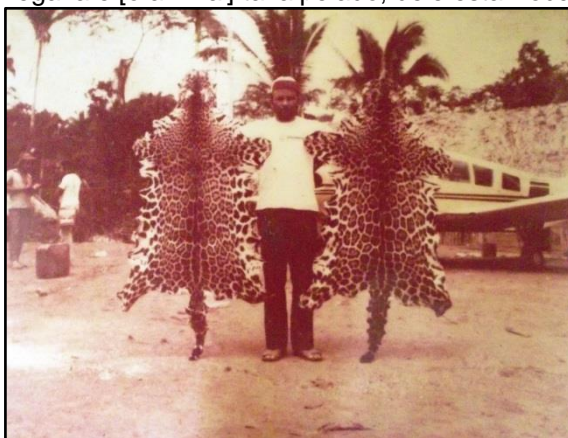


Figura 7 – Zeca Nunes com peles de onça pintada, Altamira.  
Fonte: Acervo de José Nunes da Silva.

Embora o sistema de aviamento continuasse a existir, a obtenção de dinheiro na venda das peles era facilitada pela atuação dos regatões:

Os patrão, na época que foi o gato, os patrão abandonaram tudo, abandonaram o seringal, era só o regatão, que era o pessoal aqui de Altamira que levava e trazia. Os patrão foram abandonando, uns foram morrendo, ai foi acabando. [O regatão] levava dinheiro, no tempo do gato correu o dinheiro. Pagava em dinheiro e o camarada comprava o que queria, comprava o que quisesse dele mesmo [o regatão] ou de outro. O senhor era um regatão, chegava e comprava a minha produção, me pagava. Ai você ia embora e aquele outro [regatão] vinha, chegava, encostava e a mercadoria que me interessava eu comprava daquele. Se quisesse tinha [também escambo com o regatão], você comprava assim um objeto de valor que tinha que comprar, dai negociava em couro de gato<sup>12</sup>.

<sup>10</sup> SILVA, D. C. da. *Domingos Correia da Silva*: depoimento. [30. Junho 2012]. Entrevistador: Carlos Eduardo Caldarelli. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 62 min.

<sup>11</sup> SILVA, D. C. da. *Domingos Correia da Silva*: depoimento. [30. Junho 2012]. Entrevistador: Carlos Eduardo Caldarelli. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 62 min.

<sup>12</sup> SILVA, D. C. da. *Domingos Correia da Silva*: depoimento. [30. Junho 2012]. Entrevistador: Carlos Eduardo Caldarelli. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de

Apesar do temor de entrar na mata e enfrentar os animais selvagens, a compensação financeira foi decisiva para que muitos abandonassem suas frentes tradicionais de trabalho e se dedicassem ao comércio de pele.

Ah, sem comparação! Era sem comparação. Porque a seringa é o seguinte, a gente trabalhava o verão todinho, quando era no fim do ano, às vezes, quando o patrão pagavam a gente, nós ainda ficava devendo. Tá entendendo como é? Voce trabaloa o inverno todinho na castanha, tirando castanha, vendendo para o patrão, quando terminava a safra da castanhas dava para pagar o que comia. Quer dizer que a gente trabalhava só por comer. A gente não tinha direito de pegar dinheiro, nem na rua [centro da cidade de Altamira] eu passava, era mais de cinco anos sem vir na rua. Ai quando chegou o gato, não, todo mundo pegou dinheiro, todo mundo teve as coisas, tudo eles levavam para vender e a gente comprava. A gente de vez em quando tava na cidade, porque tinha dinheiro para vir pra cidade. Ai as coisa melhorou. No tempo do gato ainda ficou gente cortando seringa. Tem gente de todo jeito, né? Digamos, eu me dou num serviço, já o senhor não se dá, né? Aqueles que não se davam para caçar o gato, ficavam cortando seringa, que era o apelo que tinha, o gato, a borracha e a castanha. Se o cara não fizesse a borracha não tinha como comprar nada. Se ele não fosse para o mato atrás do gato ele não tinha como comprar nada, ai tinha que se rebolar<sup>13</sup>.

Meu cunhado chegou para nós caçar gato e eu disse “rapaz, mas eu tô empregado aqui[no seringal]”. Ele falou “isso ai não dá mais nada não”. Dai eu fui mais ele. (...) Gato maracajá, onça pintada... Eu vendia a pele, só a pele. Dava um dinheiro bom, pois o pessoal abandonou a seringa... O cabra sofria também, ó. Um dia nós fomos daqui. Era eu, ele [meu irmão], Antônio Alves, Floriano, Luís, filho do Antônio Alves, e o finado Artur. Fomos num igarapé aqui, o Igarapé das Laje, fomos de canoa. Rapaz, fazemos parece que uns oito dia de canoa para dentro do igarapé. Dai abandonamos a canoa, ninguém aguenta mais não, todo dia gelado com os pés dentro d’água. Dai saímos na frente eu, o Floriano e os outros tudo atrás levando as mercadorias. Ficamos dez dias, matemos oito gatos<sup>14</sup>.

Tinha um tempo em que a pele que dava mais dinheiro era a pele de maracajá, né, couro de maracajá, e couro de onça mesmo, aquela onça pintada, eles comprava. Não era muito fácil, era meio difícil, quando o caboco ouvia o estouro de uma onça ficava era com medo. Agora [o gato] maracajá não, maracajá era mais fácil. Maracajá tinha um tempo eles faziam tipo uma gaiola assim no mato, botava uma comida lá e ele arriava e ficava preso. Agora a onça era diferente, não pegava não, só se matasse com bala<sup>15</sup>.

---

Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 62 min.

<sup>13</sup> SILVA, D. C. da. *Domingos Correia da Silva*: depoimento. [30. Junho 2012]. Entrevistador: Carlos Eduardo Caldarelli. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 62 min.

<sup>14</sup> SILVA, A.M. *Antônio Marinho da Silva*: depoimento. [03. Dezembro 2012]. Entrevistador: Carlos Gimenes, Tiago Peixoto. Brasil Novo: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 50 min.

<sup>15</sup> BARRADAS, M. *Manoel Barradas (Barradinha)*: depoimento. [05. Fevereiro 2011]. Entrevistador: Thiago Peixoto. Senador José Porfírio: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 45 min.

A possibilidade de enriquecimento rápido ampliou o movimento migratório entre as regiões, mas, ao contrário do movimento gerado pela economia da seringa, a migração na época do gato foi basicamente intrarregional, apesar de também aparecerem no Médio Xingu gateiros de outros estados, principalmente do Maranhão, em pequena quantidade.

Não veio muita gente de fora. Veio um pessoal do Maranhão, veio um bocado de gente do Maranhão para caçar gato, o resto era pessoal daqui mesmo. É que a caçada de gato teve para todo canto. Era para a banda de Marabá, foi para um bocado de canto. Não foi só para o [Rio] Iriri não. Tudo quanto foi rio deu gente caçando. Todo canto. Aqui mesmo em Altamira, nesse Pacajá aí, teve muita gente ai nesse Pacajá. Caçada de gato chamou a atenção de muita gente<sup>16</sup>.

Embora houvesse grupos que se reuniam para entrar na mata, geralmente o trabalho de gateiro era realizado individualmente ou, no máximo, em duplas e trios, que ingressavam na floresta por dias e de lá só saíam com algumas dezenas de pele.

Eu tinha um revolver e duas espingardas, uma caixa de cartucho e duas caixa de bala. Eu era melhor de revolver do que de espingarda. Ai um quilo de sal, um quilo de farinha, tinha vez que levava açúcar, tinha vez que não levava, botava numa mochila nas costas e ia ganhar o mato. Quando eu via um macaco eu matava, fazia um alçapão, botava ele, uma arapuca, sabe? Armadilha para pegar ele [o gato maracajá]. Fazia quatro [alçapões] num dia. Às vezes no outro dia eu vinha e já tinha dois [gatos presos], aí eu já tava com dez cruzeiro, era cinco [cruzeiros] cada um. Ai de repente eu fazia as contas e pensava: para eu fazer cinco, dez [cruzeiros] cortando seringa levava dias. E no gato não, era de repente. Ai no gato não tinha o negócio de patrão, tinha patrão que queria comprar, o gato vende para quem chegar na hora, ai passava o regatão, vendia, ai comprava um troco de mercadoria, botava em casa e já ia pro mato de novo<sup>17</sup>.

Cabe ressaltar que embora elementos estruturantes do sistema de aviamento haviam se enfraquecido pelo intenso comércio de peles, pela atuação dos regatões e pelo arrefecimento da economia da borracha, houve resistência em se superar esse modelo secular de produção por parte de antigos patrões. Houve casos de seringalistas que tentaram readequar a lógica do aviamento às transformações impostas pelos novos tempos buscando aviar gateiros como quem aviava seringueiros. Foi o caso de Gecy Alves Né, filho de seringalista que montou um grupo de caçadores de peles que trabalhavam para ele sob o sistema de aviamento:

Foi em 1967 que eu comecei. Formei uma equipe de homens com muito sacrifício, dai parti para cima, fui trabalhar, não ganhei dinheiro, mas fui segurando, segurando, dai conseguir comprar uma casa lá em Altamira... (...) Em dois, três anos coloquei uma capinha nas costas. Dinheiro não ganhei, mas independência eu arrumei. Eu falei, "pai, não adianta mais trabalhar com borracha, porque surgiu esse serviço de couro de gato e o

---

<sup>16</sup> SILVA, D. C. da. *Domingos Correia da Silva*: depoimento. [30. Junho 2012]. Entrevistador: Carlos Eduardo Caldarelli. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 62 min.

<sup>17</sup> SILVA, S.R. *Sebastião Rodrigues da Silva*: depoimento. [3 Dezembro 2012]. Entrevistador: Carlos Gimenes. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 69 min.

peçoal tá todo mundo largando e trabalhando no couro de gato, ninguém quer mais cortar borracha e o senhor vai fazer o que?”. Porque o governo, o Banco da Amazônia, ele fazia o seguinte, ele fazia uma estimativa, “você vai produzir quantos mil quilos de borracha esse ano?”, “Eu vou produzir trinta toneladas”, então ele dava o dinheiro, nas contas dele, mas tu tinhas que produzir trinta toneladas, porque o banco não queria saber da mercadoria que tu comprou, não quer saber se o pai do cara morreu, se ele adoeceu, se ele teve qualquer problema, não quer saber, ele quer trinta toneladas. Isso é o que o banco fazia com os otários e o sujeito se deixava levar aquilo a vida inteira, achava que se saísse de trabalhar na borracha ia morrer de fome. Mas, não, a gente tem que buscar alternativas. Então quando eu vi aquilo, eu não vou mais. (...) se tivesse ficado com ele tinha morrido tudo na miséria...<sup>18</sup>

Os gateiros, a sua maioria ex-seringueiros, a princípio exigiam do “patrão de gato” a sazonalidade de trabalho que eles tinham nos seringais por motivos naturais. No seringal, não se trabalhava no inverno, pois a água da chuva coalhava o leite das seringas. A presença de gatos e onças nas matas não era regida por essa sazonalidade, mas a permanência dos gateiros nas matas durante a época das chuvas num primeiro momento foi dispensada, até que os patrões perceberam que desta forma os lucros não compensariam os investimentos feitos no aviamento dos trabalhadores:

A gente trabalhava mais no gato no verão. Dai no inverno, o que acontecia, o pessoal dizia que não dava para caçar gato que chovia demais. Dai tudo o que eu tinha ganho, eu tinha que bancar o pessoal, remédio, café, roupa... Eu tinha que começar a bancar em dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril, só ia começar de novo a trabalhar em maio. Esse tempo todinho sem produção nenhuma eu tinha que aguentar. Dai eu vi que ia quebrar de novo, então eu digo “não”, (...) nós vamos ter que colocar os cabras para trabalhar no inverno também. Dai pronto, a produção do inverno era quase igual a do verão. Na castanha e gato. Na castanha depois larguei, porque ninguém ia perder tempo na castanha que não dava dinheiro, dava muito era trabalho, porque você pega uma caixa da castanha que você vende, molhada, quando ela não pesa nada, pesa trinta quilos. Tem homens que carregavam cinco caixas de castanha, tem homem daquele que era pior que um animal porque não é todo cavalo que carrega.

Neste modelo de aviamento de gateiros, a principal diferença para aquele praticado nos seringais foi a maior facilidade com que os gateiros obtinham saldo em suas contas. Os produtos aviados e os preços praticados eram os mesmos dos barracões, mas o valor da pele era maior do que aquele obtido na troca pela borracha. De modo geral, além de pagar as contas, os gateiros ainda conseguiam sacar o saldo em moeda corrente, o que não era tão comum na época em que estavam sujeitos apenas ao aviamento nos seringais. Os trabalhadores, embora continuassem alijados de seus direitos trabalhistas, possuíam uma maior autonomia e maior possibilidade de acúmulo de capital.

Hoje é proibido, mas nesse tempo... “chegou o gateiro!”. Ave Maria, tomavam muita cachaça, gateiro com um monte de couro, dai vendia aqueles couro, dai nego tomava cachaça demais...vendia em Altamira,

---

<sup>18</sup> NÉ, G. A. *Gecy Alves Né: depoimento*. [26 Janeiro 2013]. Entrevistador: Carlos Caldarelli, Elisângela Bastos Cordovil. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 89 min.

quando não o patrão ia pegar na Ilha da Fazenda, vinha numa rabeta no tempo do motor 10-12, vinha buscar. Os patrão de gato era o Zé Moreno, era o Gecy Né, eram os patrão forte. Lá na rua já tinha outros que eles vendiam, vendiam para o Sebastiao Milico, aquele povo, era assim... Podia vender para qualquer patrão se não tivesse devendo, agora, se tivesse devendo tinha que vender pro patrão que tava devendo, se não, Ave Maria, dava confusão. Tinha o negocio do aviamento, era a farinha que eles aviavam, aviavam o cara para ir pro mato, era a farinha, era a pilha, era o fumo, era o cartucho, era as coisas, compravam para levar. E para dentro de casa também, ele deixava tudo, deixava em casa e os patrão toda semana quando faltava um açúcar ele ia comprar o que faltasse, não passava necessidade não, era muito bom no tempo do gato... Era bom demais. Só pagava a conta quando ele chegava com o couro de gato, recebia o saldo, dai o que sobrava era o dinheiro para ele colocar no bolso pra tomar cachaça. No tempo mesmo em que eu me casei, o meu marido saldou seiscentos e poucos contos, naquele tempo que era conto, né, era muito dinheiro<sup>19</sup>.

O processo de trabalho para a captura do gato maracajá era feito através da utilização de recursos naturais disponíveis nas matas, exceto a arma, a munição, um facão e a faca utilizada para a retirada da pele. Os demais objetos necessários eram retirados das matas, como o alçapão, a isca e os matérias para a confecção da cuíca e da “esturradeira”:

A caça do gato era o seguinte, a gente pegava esse açai aí, esse açai é que a gente pegava para fazer armação para pegar ele, a gente fazia arapuca, tirava a madeira do açai, fazia a arapuca e colocava a isca dentro da arapuca. (...) A gente assoalha a arapuca todinha com outras madeiras, porque o gato rói tudinho, se não colocar ele rói, faz buraco e foge, tem que colocar uma madeira forte, esse açai é uma madeira forte, que ele não pode comer, porque é duro. [Colocava como isca] macaco, era piranha, peixe e carne, qualquer carne e qualquer peixe ele vinha. Colocava num espeto com uma linha, na hora em que ele puxava o espeto a linha soltava e a arapuca descia. Ele ficava ali dentro. (...) [Para caçar macaco] a gente saia assoando, ele respondia e a gente saia no rumo de lá [onde estava o macaco]. Era no tiro. (...) [Com o gato preso na arapuca] a gente usava o revólver. A gente chegava lá e atirava na cabeça dele. Tinha as brechinhas em riba do assoalho. A gente olhava assim, via como ele estava lá e atirava na cabeça dele. [Depois tirava o gato de dentro da arapuca] e tirava o couro. Tirava o couro, pegava umas varas e espichava ele. Quando espichava colocava no sol, depois tirava as varas e tava pronto. Seco. O esqueleto jogava fora. Jogava tudo fora e só ficava com o couro. (...) Rapaz, [o couro do gato] chegou a cem contos nesse tempo. Um couro. E a onça era seiscentos contos. Cacei onça demais, matei muita onça. A onça [se caça] no esturro. A gente fazia uma cuíca, dai entrava dentro do mato assim, procurava aquelas [onças] que estavam andando, dai de noite a gente chamava na cuíca e de lá ela respondia. Ela só vem de noite, de dia ela tá entocada. De noite é que ela sai. A gente chamava e ela respondia. A gente ficava chamando ela e ela vinha, vinha até perto da gente. Tinha cuíca, a gente fazia de tabocão, fazia um buraco e esturrava na boca. Eu só chamava ela assim, na boca, mas muita gente usava a cuíca. A cuíca você pega um pau assim untado, colocava um couro na boca, colocava um pau amarrado no couro, dai tinha uma vara aqui dentro, dai puxava assim de dentro. Dai ela vinha. Agora eu não sabia trabalhar na cuíca. Era só

---

<sup>19</sup> VIEIRA, I. A. *Iva Almeida Vieira*: depoimento. [4. Abril 2013]. Entrevistador: Carlos Caldarelli, Carlos Gimenes. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 25 min.

esturrando na boca. Dai quando ela chegava pertinho, a gente rosnava. Dai ela vinha, vinha, vinha e vinha morrer bem debaixo da gente, porque a gente tava trepado [numa árvore]. Dai batia a lanterna e atirava bem na nuca. Matava. Tratava o couro do mesmo jeito do gato. Dava seiscentos contos. Mas não é todo mundo que tinha coragem não<sup>20</sup>.



Figura 8 – Aldo Pereira Salles demonstrando o uso de uma esturradeira, Altamira, 2013.

Fonte: Acervo da Scientia Consultoria Científica.

Há relatos que demonstram que o trabalho de gateiro não era exclusivo de homens, tendo algumas mulheres participado tanto da caça quanto da preparação da pele:

Eu me casei com quinze anos e seis meses. Morei trinta e três anos com meu marido, dai ele faleceu. Meu marido caçava gato. Depois fomos mexer com roça, trabalhava em roça. [Para] caçar gato o cabra ia pro mato, lá ele fazia o alçapão, botava a isca, o gato vinha comer e já caia ali dentro. No outro dia já ia tirar o couro dele, secava e já era o dinheiro, era fácil. Se voltasse o caçar gato, ainda hoje eu ia caçar gato. Eu cacei, ele ia na frente eu ia atrás, ele levava a espingarda e eu só levava o facão e ia pro mato, nos ia fazer alçapão todo dia. Acho que ele [o gato] vinha de noite comer e caia [na armadilha], porque de manha a gente ia e [o gato] já tava la dentro [do alçapão]. Matava, atirava nele, matava, tirava o couro, espichava ele, secava. Se atirasse em qualquer lugar dava [pele de] segunda [qualidade]. Tinha segunda [qualidade], tinha terceira [qualidade]... Só atirava na cabeça, que era para dar de primeira, não podia ter nem um buraquinho no couro não. Tinha que ter muito cuidado<sup>21</sup>.

Apesar da habilidade dos caçadores, muitos sofreram ataques dos animais, especialmente das onças, animal de maior porte e mais perigoso do que o gato maracajá. As onças são animais que pesam, em média, entre 50 a 100 kg, podendo chegar a até dois metros de comprimento.

Eu nunca cheguei a ser atacado, mas um irmão meu foi. Não morreu porque já tinha dado dois tiros nela. Era ele e outro irmão meu. Era de noite. Ai outro irmão meu, mais novo, falou assim, “rapaz, vamos deixar essa onça de mão, que ela ainda vai atacar nós”. Dai voltaram para a rede deles. Dai quando foi de manhã eles foram atrás. Dai lá na frente tinha uma onça

<sup>20</sup> SILVA, D. C. da. *Domingos Correia da Silva*: depoimento. [30. Junho 2014]. Entrevistador: Carlos Eduardo Caldarelli. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 62 min.

<sup>21</sup> VIEIRA, I. A. *Iva Almeida Vieira*: depoimento. [4. Abril 2013]. Entrevistador: Carlos Caldarelli, Carlos Gimenes. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 25 min.



caída. Meu irmão falou “agora tu vai por ai que eu vou por aqui”. Ai ele foi, com a espingarda dele novinha, que ele tinha comprado. Dai quando chegou lá na frente ele viu a onça caída. Ele foi, pegou e armou a espingarda para atirar. Ela partiu de lá para cá. Dai ao invés de ele atirar logo na onça, ele quis esperar ela chegar perto para atirar. Na hora em que ela chegou perto e ele foi atirar na onça, a espingarda negou fogo. Ela veio e subiu em cima dele. A salvaguarda dele é que na hora em que ela foi pegar a cabeça dele, um cipó travessou dentro da boca dela. Dai ela pegou bem no couro da cabeça dele. Dai toda vida que ela mastigava a cabeça dele, aquele cipó tava atravessado e não dava para espocar a cabeça dele. Foi nessa hora em que o meu outro irmão chegou e dai atirou nela. Mas, meu irmão passou um mês sem conhecer ninguém, ficou assim travaleando. Ele já morreu, mas sobreviveu. Mas, quase ele vai...<sup>22</sup>



Figura 9 – Onça pintada (*Panthera onca*). Foto: Adriano Gambaria. Fonte: Acervo ICMBio/CENAP.



Figura 10 – Gato maracajá (*Leopardus wiedii*). Fonte: Acervo IBAMA.

Outro perigo encontrado no interior das matas pelos gateiros eram os encontros com indígenas. Além dos prejuízos à fauna local, a atividade dos gateiros foi acusada de dificultar a ação de sertanistas da FUNAI que tentavam a “pacificação” de índios ao longo do trajeto da construção da rodovia Transamazônica. Houve casos de ataque de índios para o roubo do armamento e demais objetos carregados pelos gateiros. Em outros casos, alguns índios se irritavam com a intensa circulação de gateiros em seus territórios tradicionais fazendo concorrência pelas caças. Isto porque, segundo relatos jornalísticos da época<sup>23</sup>, os caçadores, ao matarem antas, macacos, capivaras e veados deixavam a carne apodrecer para atrair onças e gatos. Ao se depararem com a carniça de animais dos quais se alimentavam, os índios ficavam irritados e partiam em perseguição aos gateiros com a intenção de mata-los:

Foi nos anos 60 para 70, eu era bem jovem, tinha os meus dezoito, dezenove anos, eu fui caçar gato aqui para cima onde os índios deram um combate, os índios do Pitchacha, acima do Baú, deram um combate num pessoal do Zé Maranhense, esse Zé Maranhense era patrão de gateiro. Eu subia [o rio], até com o Zé Maranhense, quando chegou num certo momento (...), nós chegamos numa ilha e ele disse “olha, Tião, é o seguinte,

<sup>22</sup> SILVA, D. C. da. *Domingos Correia da Silva*: depoimento. [30. Junho 2012]. Entrevistador: Carlos Eduardo Caldarelli. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 62 min.

<sup>23</sup> Jornal “O Globo”, Rio de Janeiro, 18 de Maio de 1971, Ed. Matutina, p.3.

“você é o único que veio sem colega de trabalho pra ir pra mata e eu preciso voltar para ir pra cidade. Nós vamos ficar aqui nessa ilha, você fica com a mercadoria, eu vou despachar o pessoal que tem, a mercadoria que sobrar vai ficar aqui na ilha com você e eu vou voltar para buscar mais mercadoria na cidade. Você fica aqui olhando que de lá [da cidade] eu trago um companheiro pra ir junto com você”, porque ele destacava [grupos de caça] de dois em dois [caçadores]. Dai ele soltou o pessoal tudo pra subir na altura do gato. Era liberado caçar gato, caçar onça, qualquer tipo de caça era liberado naquela época. Dai ele veio pra cá [para a cidade de Altamira], quando ele chegou ele tinha o tempo certo que eles iam organizar e entregar aquelas peles de gato que eles tinham, tudo seca, tudo organizado. Dai daquilo dali ele já ia entregar para outro patrão na cidade, então tinha aquele movimento. E ele me deixou lá [na ilha] olhando a mercadoria. (...). Nós estava ali despachando outros homens, eu já ia entrar pro mato, quando chegou a notícia, que os índios tinham atacado. (...) Chegaram a matar acho que foi umas sete pessoas. (...) Entre as vítimas tinha até uma mulher, que tava junto com o Chico da Isabelona, que era um grande comandante de barco, mas tava nesse lugar nessa época. Ai foi aquele alvoroço. Destacaram os homens lá para ir ver o que tinha acontecido. Dai eles subiram tudo e eu fiquei aqui olhando a mercadoria. Dai eles chegaram lá nesse local. Dai tava os cadáveres, tiveram que juntar tudinho aquilo ali e enterraram. Dai naquela época foi aquela revolução...”<sup>24</sup>

A Lei Nº 5.197, de 3 de Janeiro de 1967 estabeleceu a proibição da utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha de animais de quaisquer espécies da fauna silvestre brasileira, em qualquer fase do seu desenvolvimento vivendo naturalmente fora do cativeiro. A proibição, no entanto, não surtiu efeito nas regiões do interior da Amazônia e até o início da década de 1970 não havia, em Altamira, nenhum posto ou atividade de fiscalização, continuando a caça predatória e a se fazer o comércio de pele livremente em lojas no centro da cidade, acelerando o processo de extinção de diversos animais. Mesmo após a proibição oficial da caça no país, lojas como a “Grande Feira da Transamazônica”, no centro de Altamira, propagandeavam o comércio de pele sem restrições.

Apenas a partir de 1971, quando os olhares do Brasil se voltaram para a cidade, considerada a capital da Transamazônica, o contrabando de peles passou a ser feito às escondidas. Comerciantes locais transportavam as peles em pequenos aviões até fazendas no Maranhão, de onde as peles eram desembarcadas ilegalmente e levadas, geralmente, para Fortaleza, no Ceará, onde eram revendidas para o exterior<sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup> Depoimento de Sebastião de Souza Soares. SOARES, S. de S & SOARES, M. N. da S. *Sebastião de Souza Soares e Maria Natalina da Silva Soares: depoimento*. [10. Fevereiro 2012]. Entrevistador: Paulo Serpa. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 63 min.

<sup>25</sup> Jornal “O Globo”, Rio de Janeiro, 18 de Maio de 1971, Ed. Matutina, p.3.



Figura 11 – “A grande feira da Transamazônica”, uma das casas comerciais que compravam peles em Altamira, 1971.

Fonte: Jornal O Globo (RJ), 18/5/1971, ed. matutina, p.3.

O fim da febre do gato se deu no período em que Altamira passou a ser foco de investimentos de grandes projetos governo federal durante o regime militar. Por sua localização estratégica, a região foi envolvida diretamente no processo de construção da rodovia Transamazônica. Uma grande quantidade de terras onde se caçava, se retirava a seringa e se coletava a castanha passou a ser loteada pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para o estabelecimento de colonos, num novo episódio de incremento populacional na região, acelerando o processo de desmatamento, o desenvolvimento de atividades pecuárias, o aumento da violência urbana e rural.

Com o fim da caça, houve um retorno às demais frentes de trabalho. Alguns gateiros retornaram ao trabalho nos seringais e às demais atividades extrativistas. Outros requereram lotes para si e tentaram a vida como agricultores. Os garimpos da região também absorveram parte da mão-de-obra liberada pelo fim do ciclo do gato:

Depois o governo deu um ponto final [na caça aos gatos], tinha que proibir. Ai nós achamos ruim de mais, Ave Maria. Foi muito ruim, dava para ganhar dinheiro [na caça], era bom demais, a gente gostava demais. Depois do gato, nós fomos para seringa de novo<sup>26</sup>.

Quando acabou o gato foi os tempos e que um fazendeiro comprou as terras onde eu morava. Dai eu fui trabalhar com ele lá. Eu já tinha quase quarenta anos. Nesse tempo os seringalistas tinha o arrendamento de terra, né? Esse Raimundo de Oliveira pegou e vendeu esse arrendamento para o Júlio Vitor, um fazendeiro de lá do Rio de Janeiro. Dai ele tomou conta das terras. (...) Todo mundo que fazia seringa [os seringueiros] ficou com aquele direito de morar onde ele cortava seringa, aquele lotezinho dele lá. Ele [o fazendeiro Júlio Vitor] derrubou a mata tudo para fazer pastagem, criava gado, muito gado. Ele derrubou lá três mil alqueires. Esse fazendeiro. Eu fiquei num pedacinho e trabalhava com ele<sup>27</sup>.

<sup>26</sup> SILVA, L. de O. da. *Leodegário Oliveira da Silva (Bago): depoimento*. [25. Março 2013]. Entrevistador: Carlos Eduardo Caldarelli. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 65 min.

<sup>27</sup> SILVA, D. C. da. *Domingos Correia da Silva: depoimento*. [30. Junho 2012]. Entrevistador: Carlos Eduardo Caldarelli. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 62 min.

Dai acabou esse negócio de gato e todo mundo foi colonizar, viver de outra maneira. [Antes não dava para se colonizar], porque [a agricultura] não tinha valor. (...) [A gente] chegava aqui [em Altamira] e ninguém comprava nada do que você tinha [produzido]. Não adiantava ter tanto produto, tanta coisa boa, não vendia. Quem que ia comprar? Não dava não... Você trazia saco de feijão aqui e não vendia não. Farinha todo mundo tinha a vontade, demais, dava, jogava no mato. A gente plantava porque tinha que comer, mas não vendia<sup>28</sup>.

A reorganização social que se deu ao longo da década de 1970 novamente exigiu das populações locais um processo já bastante conhecido: adaptar-se às circunstâncias para continuar existindo, agora carregando na memória as lembranças de um tempo onde a libertação do sistema de aviação, a introdução de moeda corrente em relações comerciais e a conquista de uma sensação de maior autonomia econômica e social eram aspirações que vinham estampadas numa pele de fantasia.

---

<sup>28</sup> Depoimento de Manoel Moreira. MOREIRA, M; MOREIRA, T. de S. & SALES, A; P. *Manoel Moreira, Teodora de Souza Moreira e Aldo Pereira Sales: depoimento*. [2. dezembro 2013]. Entrevistador: Tiago Peixoto, Rúbia de Almeida. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 75 min.

## CAPÍTULO 6

### NAS GROTAS DO XINGU: OS GARIMPOS DA VOLTA GRANDE.

A economia regional do Médio Xingu nas primeiras décadas do século XX esteve constituída por três grandes eixos: a borracha, a castanha e o garimpo, atividade emergentes em vários pontos do Estado do Pará, como São Félix do Xingu, Marabá, Itaituba, em toda área do Tapajós e também na Volta Grande do Xingu, com a extração especialmente de ouro aluvial e da cassiterita.

Localidades como a Ilha da Fazenda, as margens do Bacajá, do Ituna e do Itata foram áreas privilegiadas para o garimpo, atividade que, num primeiro momento, surgiu como complementar das frentes de trabalho na borracha e na castanha. Pelo gênero rudimentar de tecnologia empregado em seus primeiros anos de exploração, tais garimpos tinham uma produtividade relativamente baixa, mas trouxeram consequências sociais importantes, especialmente na formação de “corrutelas”, vilarejos que se originaram nas imediações dos garimpos, fixando uma população e desenvolvendo atividades secundárias alternativas ou complementares às atividades principais, como o trabalho dos marceneiros, padeiros, comerciantes, cozinheiras e uma ampla gama de atividades que compunham o cenário do garimpo.

A designação “garimpeiro” é um termo surgido durante o período colonial brasileiro, indicando aqueles homens livres que se escondiam nas “grimpas” para extrair ouro clandestinamente de lavras da Coroa Portuguesa. Tanto o “garimpeiro” quanto o “minerador” exploravam os minérios da mesma forma, com trabalhos braçais, empregando técnicas e instrumentos simples e atuando em depósitos minerais secundários. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, o que diferenciou o garimpeiro do minerador não foram os meios de produção, mas os aspectos da marginalização do garimpeiro, não autorizado oficialmente a praticar a exploração. A figura do garimpeiro passou a ser tolerada pelos senhores donos de lavras oficiais na medida em que sua produção passou a ser apropriada por eles mesmos, pois por ser ilegal, os garimpeiros burlavam o fisco e forneciam o minério aos senhores de forma mais lucrativa<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> RIBEIRO, Glória Vanicore. “Os garimpos da Amazônia: atividade, resultados e reprodução da força de trabalho”. In: *A Amazônia Brasileira em foco*. Nº 19, Rio de Janeiro: CNDDA, 1993. p. 77-78.

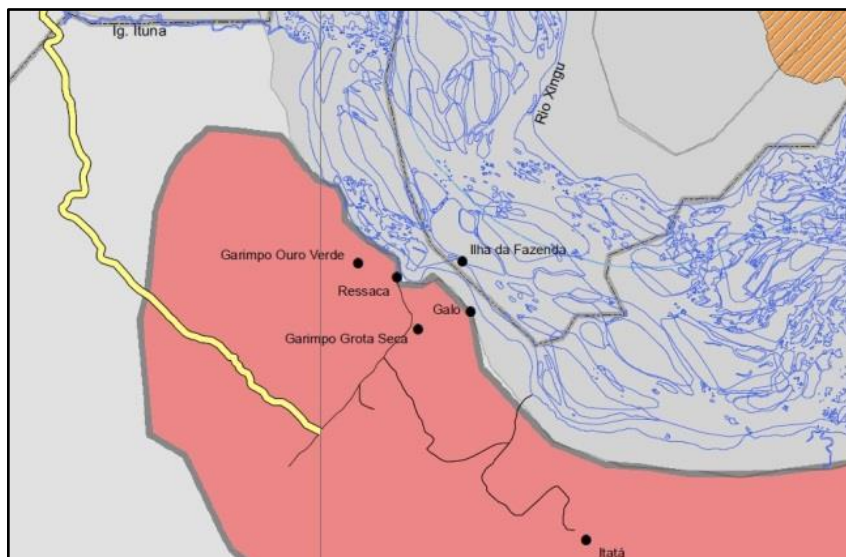


Figura 1 – Detalhe de mapa com a localização dos principais garimpos da Volta Grande do Xingu. Arte: Renato Gonzalez.  
Fonte: Acervo Scientia Consultoria Científica.

O primeiro Código de Mineração do Brasil foi editado apenas em 1934 e nele constou o reconhecimento da figura do garimpeiro como um trabalhador individual, utilizando técnicas e instrumentos simples em material secundário, de fácil manuseio por ser mais frível. Este mesmo código determinou que a propriedade do solo explorado pertencesse ao dono da terra.

Em áreas extensas de terras devolutas, como o Médio Xingu, a exploração aurífera iniciou com iniciativas individuais de garimpeiros. O primeiro garimpo a surgir nas imediações da Volta Grande do Xingu foi o da Ressaca, próximo à Ilha da Fazenda, no início da década de 1940. A história do início da sua exploração está relacionada a aspectos do imaginário da cultura popular: sua localização teria sido indicada pela presença de uma “bola de fogo”, o que remete à figura folclórica da “Mãe-do-ouro”, um fogo-fátuo com a capacidade de voar pelos ares, indicando o local onde existiriam jazidas de ouro. Ao contrário da lenda, que dizia que as jazidas de ouro apontados pelo fogo-fátuo não deveriam ser exploradas, na Volta Grande do Xingu o local se tornou a Grota Grande, o primeiro ponto de garimpagem na área:

Na primeira época o garimpo só tinha aqui, na ilha [da ressaca] e no São José. O primeiro que foi descoberto foi a Ressaca. [Quem descobriu] foi o Chico Torrô mais o Adalberto. O outro rapaz eu não sei qual era o nome, eram três. Mas, os exploradores eram o Chico Torrô e o Adalberto. Foram eles quem descobriram esse garimpo. O Adalberto era um garimpeiro que veio passear em Altamira, aí contaram uma história. Um morador daqui, chamava-se Greia, ele contava essa história de que para ali aparecia um fogo, aquela tocha. Diz que aparecia essa tocha. Diz que tinha hora em que fazia aquela zoada, parecia uma banda de música, aqui para esse pedral. Contaram para lá que deveria ser um minério que tinha pra lá. Dai vieram explorar e deram em cima do ouro, na primeira grota que furaram era ouro. Dai pronto, deu ouro aí para todo o canto. Teve esse garimpo aqui que foi o Adalberto e o Chico que exploraram, esse garimpo da Ressaca, a Grota Grande. Tem ali a Grota do Rogério, que foi o senhor Rogério que explorou.

Tem a Grota do Peruano, que foi um peruano que explorou lá. Tem aqui a Grota do Galo, de um camarada chamado Galo, que explorou. E assim cada um explorou e botaram o nome dos caras que exploraram. Mas, os primeiro que exploraram não colocaram o nome, ficou Grota Grande. A Grota do Greia também, foi o Greia quem explorou. O pessoal aqui foi ensinar o garimpo e ele foi lá explorar o Greia. Dai deu ouro no Greia e chamaram Grota do Greia. Esse era um morador daqui, antigo. Só tinha três morador aqui, só tinha o barracão, ali onde é a Igreja Católica, o Greia, aí onde é a escola e outra casa de um morador que morava ali pra cima. Morava lá, eram só três moradores que moravam aqui. Depois ai encheu de gente ai, com a descoberta do garimpo<sup>2</sup>.

As “grotas” da Ressaca logo se destacaram pela boa quantidade de ouro, embora as técnicas e ferramentas rudimentares possibilitassem, neste primeiro momento de exploração, que os garimpeiros apenas “arranhassem” a superfície das lavras:

Lá na Ressaca era afastar a folha assim e era só cavar que dava o ouro. Você tirava o ouro dai era só lavar, tirar a quantidade de ouro que tava depositado na terra. (...) era trinta, quarenta grama por dia. Rapaz, nesse tempo até dava um ourozinho bom, era trinta, quarenta grama, cinquenta, sescenta, conforme a lavagem da terra. Porque o crioulo diz assim, “lavando muita terra faz muito ouro, lavando pouca terra faz pouca hora”. No correr do dia, quando era quatro horas da tarde a turma já tava bebendo cachaça na currutela. Ia cedo, quando era cinco horas, quatro e meia já tava no garimpo. Ai quando já era quatro horas [da tarde] já tava tomando cachaça na vila<sup>3</sup>.



**Figura 2** – Comunidade da Ilha da Fazenda, Março de 2013. Foto: Marcelo Mattos.  
Fonte: Acervo Scientia Consultoria Científica.

Na década de 1940, o garimpo da Ressaca era apenas um local de trabalho. Por motivos de segurança os garimpeiros, assim como os seringueiros, procuravam as ilhas para residir, pois eram locais mais seguros para a prevenção de ataque de índios Caiapó, privilegiando a Ilha da Fazenda por sua proximidade com as grotas:

---

<sup>2</sup> SOBRINHO, J. L. *João Lisboa Sobrinho (Gararu)*: depoimento. [17. Fevereiro 2011]. Entrevistador: Tiago Peixoto. Senador José Porfírio: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 100 min.

<sup>3</sup> FERNANDES, O. M. *Oswaldo Marques Fernandes*: depoimento. [01. Fevereiro 2011]. Entrevistador: Renan P. P. Arnault. Senador José Porfírio: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 49 min.

No garimpo da Ressaca podia trabalhar, mas não podia morar. De primeiro o pessoal não morava na terra porque o índio vinha, passava e ficava atocaiando até matar. Ninguém morava nas terras, morava nas ilhas. Não morava nas terras por causa dos índios, ia só trabalhar. O índio nunca passou de lá pra cá, eles tinham medo. O índio até é bom para nadar, o caiapó, mas tinha medo porque tinha muito cachorro aí. Ele tinha medo do cachorro dar alarme e o pessoal ia embalar atrás deles e eles não conseguiam atravessar, daí o pessoal matava tudo. Eles falaram que nunca atravessaram por causa de cachorro<sup>4</sup>.

A notícia da existência de ouro na Volta Grande do Xingu acarretou numa mudança na dinâmica interna da Ilha da Fazenda, antes restrita a moradia de seringueiros e beiradeiros. O garimpo, embora, não tenha gerado um surto de migração que possa ser comparado àquele gerado pela economia da borracha, atraiu um número significativo de interessados de outras regiões e até de imigrantes, como foi o caso de um grupo de garimpeiros das Guianas que se instalaram na localidade, somando-se aos indígenas que ingressaram na atividade do garimpo:

Vieram das Guianas inglesas e francesas, vieram aqui para esse garimpo [da Ressaca], vieram nesse tempo do garimpo. Eu trabalhei ainda muito com um crioulo, o Alfredo, já morreu também. Trabalhei muito tempo mais ele. A Vila dos Crioulos era mais ali pra baixo, moravam amontoado. Eles se misturavam, já falavam o português, falavam ruim, mas falavam. [Já eram] aclimatados em garimpo, lá na Guiana já garimpavam também, daí vieram para cá, uma parte deles, que gostavam de andar. Daí daqui eram os índios, os Juruna, que moravam no beiradão também. (...) a maioria da população era juruna, do beiradão, índio do beiradão. Moravam nas ilhas, mas tinha deles que morava na terra. Na época o Caiapó não atacava eles não. O Caiapó não vinha aqui nessa época em que eles situaram aqui, depois que o caiapó começou a andar para cá, depois que começou o garimpo. Não tinha Caiapó, tinha Assurini, mas o Assurini era de passagem, cruzava ai e ia embora, não eram atacador de ninguém, não. Aqui era habitado por índio Juruna e tinha Arara que tinham uma aldeiazinha deles por ai, não tinham muito contato com cristão, mas não era índio atacador não<sup>5</sup>.

Aqui era a Rua dos Crioulos, só morava os crioulos. Daí foi o tempo em que veio o Davi, veio um bocado de gente. Um disse “rapaz, lá no Xingu tem muito ouro”, daí foi que empestou de crioulo aqui. (...) Eram da Guiana Francesa. Não [falavam português]. Rapaz, era uma luta para conversar com eles. Vieram pegar ouro, porque aqui era avantajado, era só afastar a folha e cavar que tirava o ouro. Daí o pessoal disseram “lá que é o serviço, não é cavar barranco, não”<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> SOBRINHO, J. L. *João Lisboa Sobrinho (Gararu)*: depoimento. [17. Fevereiro 2011]. Entrevistador: Tiago Peixoto. Senador José Porfírio: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 100 min.

<sup>5</sup> SOBRINHO, J. L. *João Lisboa Sobrinho (Gararu)*: depoimento. [17. Fevereiro 2011]. Entrevistador: Tiago Peixoto. Senador José Porfírio: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 100 min.

<sup>6</sup> FERNANDES, O. M. *Oswaldo Marques Fernandes*: depoimento. [1. Fevereiro 2011]. Entrevistador: Renan P. P. Arnault. Senador José Porfírio: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 49 min.



Embora a descoberta do garimpo não tenha causado um surto de migração significativo, houve certo deslocamento intrarregional de trabalhadores, especialmente de seringueiros, que se mudaram para a Ilha da Fazenda, provocando um aumento populacional na área. A Ilha da Fazenda teve seu núcleo inicial de povoamento relacionado com a exploração da borracha. Lá ficava situada a sede do barracão de Basílio Lima, patrão que atuava no aviamento de seringueiros e que mesmo após o início da garimpagem na área manteve grande influência entre os habitantes da ilha. Na narrativa de antigos moradores, a memória sobre Basílio Lima ganha contornos místicos:

Essa ilha, nesse tempo, tinha muita gente, era casa para todo lado, para todo canto, nesse beiradão. Por todo canto tinha casa aqui, no meio da rua, era casa que entrava numa e saía na outra, só aqueles becozinhos. Era muita casa lá para baixo, muita casa mesmo. Tinha gente. Agora, depois do patrão Basílio Lima, a gente não morava na terra, mas o índio não matou mais ninguém aqui. Ele disse que enquanto ele fosse vivo, índio não atacava nenhum freguês dele. E não atacou mais ninguém. Ele era um maranhense, mas eu não sei o que ele fez. Uma vez essa vila de casa em que meu pai morava pegou fogo. Por duas vezes essa vila pegou fogo. Tinha uma casa que o oitão dava certo com o oitão do barracão [do Basílio Lima]. O pessoal dizia: "Seu Basílio vai queimar [o barracão]". E ele dizia, "vai não, vai não". Ele saiu só para fora. A gente dizia: "vamos tirar, tirar os bagulhos de dentro [do barracão]". E ele dizia "não, pode deixar, não queima não". Ele veio para fora e o fogo sapecava. Quando acabou de queimar a casa que tava bem no oitão, subiram lá para ver, era só carvão, mas o fogo não incendiou o barracão. E ele dizia que enquanto ele fosse vivo, índio nenhum ia matar freguês dele e nunca matou. Índio andava por aí, mas nunca matou. Pessoal que trabalhava no garimpo também, nunca matou ninguém. Foi só ele morrer [que os índios] mataram um seringueiro acolá, matou outro para ali. Atacou lá no [Garimpo do] Itatá, atacou gente, aí pronto, índio passou a matar gente<sup>7</sup>.

Neste primeiro momento da atividade de garimpo, a organização social se manteve semelhante àquela que se tinha na época em que a borracha era soberana. Muitos trabalhadores eram seringueiros no verão e garimpeiros no inverno. As sociabilidades entre os moradores das corrutelas estiveram integradas às práticas da população tradicional, como a realização das festas de santo, característica marcante da religiosidade ribeirinha:

No tempo do garimpo era festa todo sábado. Sábado era dia de festa e domingo ainda tinha uma festinha até meia noite. Aí segunda-feira era dia de ir para o serviço. Era festa aí, dava muito bêbado, mas não dava muita briga, só zoada. Era festa tocada com sanfona, com violão, tinha gente que puxava o fole, violino, tinha gente que tocava violino. Era o pessoal que morava aí, daí fazia a festa. Tinha casa só de fazer a festa, mas tinha vez que o camarada fazia na sua casa. Tinha os festejos, né? Tinha o festejo de São Sebastião, depois tinha Nossa Senhora de Nazaré, faziam festa também, apareceu aqui uma mulher que festejava ela. Numa outra ilha festejava São Raimundo. Tinha outros acolá que festejavam Nossa Senhora da Conceição, tudo era festa. Pra cá tinha um pessoal que festejava e fazia dois dias de festa, era São Lázaro e não me lembro qual era a santa. (...) Mas, o pessoal agora já desiludiram muito dessas festas. Era festa boa, não

---

<sup>7</sup> SOBRINHO, J. L. *João Lisboa Sobrinho (Gararu): depoimento*. [17. Fevereiro 2011]. Entrevistador: Tiago Peixoto. Senador José Porfírio: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 100 min.

tinha confusão, chegando lá o dono da casa, da festa, falava logo pro povo “aqui nós brinca direitinho, todo mundo junto, não tem confusão, você quer confusão, você vai embora, se fizer coisa a gente amarra”, o camarada tá bêbado, tá brabo, a gente amarrava ele, para ele se aquietar, porque ele corre risco, risco de alguém matar ele, porque não é todo mundo que aguenta ganhar um empurrão. Dai ele corre risco, o jeito é amarrar, para não ter a confusão. Depois quando ele melhora, solta<sup>8</sup>.

Na década de 1950, outra área de garimpagem foi descoberta próxima a cidade de Altamira, dando início a exploração do Garimpo do Itatá. O achado foi feito por Ademar Coelho, garimpeiro e seringueiro da região:

O [garimpo do] Itatá já foi nos anos 50, [na década de] 1950 que descobriram o Itatá. Foi um camarada que cortava borracha, ele trabalhava no verão. Já tinha esse garimpo aqui [da Ressaca]. No inverno o pessoal vinha trabalhar nesse garimpo aqui, mas no verão iam cortar borracha. Ai esse [camarada] pegava e ia explorar. Ia furar lá pra banda do Itatá, um ourinho velho, até que achou essa Grota do Itatá. Era o senhor Ademar, Ademar Coelho. Aí achou essa grota lá que deu muito ouro. Depois passaram a achar outras grotas, deu bastante ouro pra lá. (...) Depois descobriram outros lá pro Bacajá, para o Bacajá Grande (...)<sup>9</sup>.

Em 1952, reportagem do jornal “O Estado de São Paulo” demonstra que o garimpo, até então visto como uma atividade complementar ao trabalho sazonal nos seringais passou a ser um concorrente direto, não mais um complemento, mas uma alternativa fora das amarras impostas pelo sistema da exploração da borracha. Foi neste momento que a “febre do ouro” começou a ameaçar o *establishment* e passou a surgir um discurso contrário a atividade e a favor de um maior controle e regulamentação da mesma por parte dos órgãos públicos:

Foi descoberta mina de ouro no rio Xingu, no município de Altamira, interior deste Estado. (...) A população [de Altamira], tomada de verdadeiro delírio, só pesa em buscar ouro, abandonando a agricultura e a pequena indústria extrativa da borracha. Cabe ao governo severas providências, a fim de regularizar a venda do ouro, que está saindo do Brasil em contrabando<sup>10</sup>.

Nesse período os trabalhadores passaram a se dedicar exclusivamente ao garimpo e as corrutelas, que no início obedeciam a organização social característica de uma vila de ribeirinhos, passou a ganhar uma dinâmica interna particular, sendo compostas, sobretudo, por jovens solteiros ou garimpeiros que deixavam seus locais de origem e iam trabalhar nas grotas raramente levando consigo os familiares:

Eu tinha quinze anos, meu irmão me chamou para ir pra lá [para o garimpo do Itatá]. Depois apareceu a pedra, eles tiravam as pedras, cavava e iam quebrar com aquela mãe de pilão de ferro, para poder quebrar as pedras,

---

<sup>8</sup> SOBRINHO, J. L. *João Lisboa Sobrinho (Gararu)*: depoimento. [17. Fevereiro 2011]. Entrevistador: Tiago Peixoto. Senador José Porfírio: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 100 min.

<sup>9</sup> SOBRINHO, J. L. *João Lisboa Sobrinho (Gararu)*: depoimento. [17. Fevereiro 2011]. Entrevistador: Tiago Peixoto. Senador José Porfírio: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 100 min.

<sup>10</sup> Jornal “O Estado de São Paulo”, São Paulo, 04/9/1952.

porque o ouro tava encravado naquelas pedras, para tirar o pó para poder pegar o ouro. Aquelas pedras tudo com ouro encravado nas pedras. Depois que tirava as pedras, ia para lavar na bateia, para tirar, com azougue para colher, ajuntar o ouro. Lá tudo é ouro, dinheiro não existia lá não, comprava com ouro. [Eu desisti de trabalhar no garimpo] porque meus filhos eram pequenos nesse tempo, estudando, a mulher sozinha aqui [na cidade de Altamira], a dificuldade para mandar as coisas de lá, às vezes quando vinha uma pessoa, um conhecido mesmo, que a gente sabia de confiança, a gente ainda mandava [dinheiro ou ouro por eles], e quando não às vezes a gente mandava e ele não entregava, tinha tudo isso. Às vezes passava necessidade aqui, a pessoa não entregava o dinheiro que a gente mandava, ou o ouro, né? Dai não dava não, muito longe daqui, não vai dar não, comecei na carpintaria de novo<sup>11</sup>...

Nesse período de incremento da atividade, com um número cada vez maior de garimpeiros trabalhando nas grotas, começaram a proliferar ataques de indígenas bravios conforme já aconteciam com os seringueiros. Um dos ataques vitimou Pedro Souza, um dos exploradores pioneiros do Garimpo do Itatá:

Depois de uns tempos os índios mataram inclusive um dos fundadores do garimpo lá, que era o Pedro Souza, os índios mataram. Dai foi saindo, o pessoal foi saindo, abandonaram uma época, por muito tempo o garimpo foi abandonado aqui. Por causa dos índios. Dai depois começou a trabalhar de novo e ai pronto, ai nunca mais parou. (...) Naquela época os índios praticamente não tinham arma nenhuma, eles tinham pouca arma de fogo. Eles davam trabalhando dentro de um barranco, barranco é um buraco que nós cava, desce lá embaixo para tirar ouro, era fundo, não dava para eles pular rápido, então os índios foram flechando, batendo de pau e mataram quatro pessoa nesse dia, Pedro Souza, Pedro Gago, Tinho Botelho e eu tô esquecido é o nome do outro camarada, foi quatro que eles mataram nesse dia, numa hora só<sup>12</sup>.

As relações de trabalho no garimpo poderiam variar conforme cada grotas a ser explorada e numa mesma grotas poderia existir trabalhadores em *status* diferentes. Havia, por exemplo, os “patrões”, os “sócios” e os “meia-praças”. Os patrões detinham os meios de trabalho e ficavam responsáveis pelo fornecimento de comida e alojamento para os garimpeiros recrutados para suas empreitadas, detendo uma alta porcentagem da produção obtida. Os sócios eram garimpeiros que dispunham de algum meio de trabalho e exploravam grotas “sem dono”, dividindo igualmente tanto as despesas quanto os lucros da produção, descontada a parte dos “meia-praças”, que eram grande parte dos trabalhadores do garimpo, que não possuíam meios de produção e trabalhavam para os patrões e sócios sem

---

<sup>11</sup> PINHEIRO, D. Dalvino Pinheiro: depoimento. [27. Janeiro 2011]. Entrevistador: Carlos Gimenses. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 61 min.

<sup>12</sup> PINTO, J. de S. *Josué de Souza Pinto (Cula)*: depoimento. [11. Fevereiro 2011]. Entrevistador: Tiago Peixoto. Senador José Porfírio: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 56 min.

vínculo empregatício formal, recebendo por produção, seja em dinheiro ou, na maioria das vezes, em ouro<sup>13</sup>.

Tinha o patrão que a gente trabalhava, a gente trabalhava sempre por porcentagem. A porcentagem era 40%, era o seguinte, 40% a porcentagem, era assim, é quase metade, se o cara fizesse cem gramas o cara tinha vinte. Porque sempre a gente mergulha em dois parceiros, daí daqueles vinte a gente dividia, eu ficava com dez e ele com dez, era assim. A comida era por conta do patrão, essa porcentagem a gente pegava era livre, não dependia de nada. Esse negócio de roupa ele não dava, a gente tinha que comprar, mas o negocio de comida assim era por conta do patrão que fornecia tudo pra gente<sup>14</sup>.

Grosso modo, o garimpo foi trabalhado de duas maneiras: manualmente, em terra firme, com instrumentos rudimentares como picaretas e pás; ou com a utilização de maquinários como jatos d'águas e bombas de sucção. O trabalho manual aconteceu nos primórdios da exploração, embora, eventualmente, continuasse a ser praticado pontualmente no período em que os maquinários já eram utilizados.

O trabalho no garimpo era manual, com a pá, picareta, peula, enxadeco, nessa época. Peula era tipo uma pá, com cabo grande, para nego debrear a terra. A peula era mais difícil, porque nem todo mundo trabalhava de peula. Mas, a pá, a picareta, todo mundo trabalhava. Era no barranco, cavando a terra. Cavava com a peula, cavava, depois jogava e depois ia cavar o cascalho com a picareta. Jogava, amontoava para lavar. Cavava com a picareta e lavava numa caixinha. Depois do meio para o fim tinha uma tabua que nem essa mesa aí, daí botava umas tariscas, botava uma queda d'água, lavava e o ouro ficava. Outra [forma] era uma caixa, puxada numa enxada, era a lontona, falavam. Depois não, depois veio o maquinário, hoje tudo é de maquinário. [Os garimpeiros] trabalham, mas tudo é no motor. Trabalhei no maquinário, nós tivemos dois par de máquina, eu mais outro camarada trabalhando mais o maquinário. O jato leva o ouro e leva a terra. Eram dois motor, um para cortar a terra com água e o outro para puxar, chupar e joga lá na caixa. Ai trabalhamos aí até quando não deu mais nada. Hoje o ouro aí é na rocha. Ouro só na rocha. Na terra não tem mais ouro. Primeiro o ouro era na terra e no cascalho, não era em rocha não. Ainda trabalhei no [Garimpo do] Itatá, no [Garimpo do] Japão, trabalhei na Ressaca e trabalhei lá na área do Tapajós, no Pacu, no Jamanxin. Agora, para lá houve ouro, tinha [mais ouro do que aqui], agora ta tudo acabado. Aqui a Ressaca deu um bom ouro. O Itatá também deu ouro, mas aqui [na Ressaca] deu mais. Mas, tá tudo na pedra já. O [Garimpo do] Galo é o lugar que tá dando ouro ainda. Ouro em pedra. É buraco fundo de trezentos e tantos metro na rocha, desde cima até embaixo na rocha, só tirando pedra<sup>15</sup>.

---

<sup>13</sup> MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. *Subprojeto: Estudo do patrimônio histórico e cultural das populações ribeirinhas do complexo UHE de Altamira, rio Xingu*. Relatório de Pesquisa. Belém: MPEG: CNEC, 1987. p. 20-21.

<sup>14</sup> BEZERRA, L. C. *Lourival Cardoso Bezerra*: depoimento. [8. Fevereiro 2011]. Entrevistador: Tiago Peixoto. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 40 min.

<sup>15</sup> SOBRINHO, J. L. *João Lisboa Sobrinho (Gararu)*: depoimento. [17. Fevereiro 2011]. Entrevistador: Tiago Peixoto. Senador José Porfírio: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 100 min.

A exploração “de mergulho” foi muito comum em áreas como os garimpos da região do Tapajós e do Rio Novo, mas apenas posteriormente, por volta das décadas de 1970 e 1980. Essa modalidade de exploração era considerada um trabalho mais difícil e perigoso, com ex-seringueiros, índios, pequenos agricultores e demais ribeirinhos transformados em mergulhadores que ficavam horas dentro do rio manejando uma mangueira chamada por eles de “maraca”, que succionava terra, areia e cascalho:

A gente vai bem equipado, roupa de borracha, capacete de borracha, é calça e a camisa e tem mais outra jaqueta de borracha. Quando a roupa é nova, que não tá encharcada, tem que abrir o zíper pra refrigerar a gente um pouco, porque é quente. Eu não, mas eu sempre via amigos meus passarem de dez horas no fundo da água. Quando completava dez horas é que ele subia. Respira pela boca, coloca aquele negócio que eles chama chupeta, só pela boca. Tem o mangueiro de ar e tem a garrafa grande, garrafa de duzentas libras pra dar o ar. A gente fica respirando pela boca normalmente. A barraca fica em cima da balsa, tem um motor grande para funcionar. Geralmente é só motor grande, MWM, Scannia, pra puxar, ter força para puxar o material. Tem a bomba, tem o motor pra puxar o material de lá e tem também esse motor pra dar ar pra gente. A gente vê [embaixo d'água], porque a gente vai com lâmpada na cabeça, agora não que já entrou muito escariante e a água é toldada, não vê mais nada, hoje o cara mergulha só no tato. Mas, antigamente, na época que eu mergulhei, em 1980, a gente ia pra lá, descia e via tudo. A gente descia com lâmpada, né? Tem um negocio que o cara colocava na cabeça, dai ficava a lâmpada, via tudo, peixe, tudo, hoje a gente não vê mais porque a água tá poluída demais, o cabra não enxerga mais nada<sup>16</sup>.



Figura 3 – Utilização de jato d'água, Garimpo do Itatá, Senador José Porfírio. Foto de Mariana Cavassana.

Fonte: Acervo Scientia Consultoria Científica.



Figura 4 – Utilização de jato d'água, Garimpo do Itatá, Senador José Porfírio. Foto de Mariana Cavassana.

Fonte: Acervo Scientia Consultoria Científica.

Na década de 1970 a atividade se expandiu também para a área do Riozinho do Anfrísio, nas proximidades do Rio Iriri. O primeiro garimpo que se tem notícia nesta localidade foi o Garimpo da Pesquisa, no Igarapé do Pereira, mesmo local onde se originou também o Garimpo da Baiana. Com a economia da borracha decadente, o garimpo tornou-se uma

<sup>16</sup> BEZERRA, L. C. *Lourival Cardoso Bezerra: depoimento*. [8. Fevereiro 2011]. Entrevistador: Tiago Peixoto. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 40 min.

atividade rentável que abarcou parte significativa dos moradores do Riozinho do Anfrísio, além de atrair garimpeiros de outras regiões para o local<sup>17</sup>.

Nesta mesma década, com grandes projetos do governo federal sendo implementados na região, empresas mineradoras demonstraram interesse em explorar o grande potencial mineral da área, com garimpos de cassiterita se proliferando nas imediações do município de São Félix do Xingu. Nos rastros dos antigos garimpos, as mineradoras revalorizaram certas áreas de ocorrências e iniciou-se uma nova fase na exploração. Em 1985, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) contabilizou cerca de quarenta mil garimpeiros trabalhando entre a Volta Grande do Xingu, São Félix do Xingu e Cumaru do Norte<sup>18</sup>.

A atração de garimpeiros provocada por essas grandes empresa que se instalaram na região trouxe novo impulso populacional para a região, já afetada pela construção da Transamazônica e pelos projetos de colonização executados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Tal impulso causou novas mudanças na dinâmica interna das comunidades, com a instalação de pequenos comércios, o incremento da circulação monetária e a instalação de boates. O povoado da Ilha da Fazenda, por exemplo, contava com dez boates instaladas em 1986, funcionando diariamente devido a maior circulação de dinheiro<sup>19</sup>. Tais boates eram pontos de lazer e prostituição:

Meu pai foi garimpeiro de diamante, de ouro, cassiterita. (...) O pai deixou de ser garimpeiro, se a mente não me falha, foi em 1981. Em 1984 ele veio para a Ilha da Fazenda trabalhar com boate. (...) Não tinha condições de construir logo, então ele fez uma palhocinha e de lá ele foi crescendo. Ele arrumou umas mulherzinhas, era um barraquinho todo coberto de palha, coberto de plástico e botou umas mulher lá para trabalhar e pronto. Ele ficou lá um bom período. (...) Na época a Ilha da Fazenda tinha uma parte dela em que o pessoal só trabalhava com boate. Então ele foi convidado por um amigo a mexer com uma boate lá e ele gostou da ideia (...). Na boate servia somente bebida. A mulher funcionava como hoje em qualquer outra boate, que as mulheres tinham os seus preços, né? Arrumavam os companheiros dela lá e iam para o quarto. A renda de uma mulher em boate é a bebida. Ela tem que ser uma mulher esperta, ela tem que beber, ela tem que fazer o cara gastar. Lá funcionava da seguinte forma: a mulher, quando vai trabalhar em boate, quando eu ia atrás de mulher para levar para lá eu já dizia, você vai para a boate, a tua função lá vai ser essa, essa e essa. (...) Ela sabia que ela tinha que beber para dar renda para o dono da boate, ela sabia que ela tinha que arrumar renda para ela voltar, porque aquela passagem que ela foi, se ela não tivesse dinheiro, o meu pai pagava, como outros donos de boate também pagavam. Só que depois ela tinha que retornar o dinheiro para ele. (...) Ela já sabia que ela tinha que se deitar com pessoas que ela não gostava, ela tinha que beber num dia que às vezes

---

<sup>17</sup> ROCHA, Carla; CARVALHO, Soraya Abreu de & SILVA, Tarcísio Feitosa da. "Conservação da Biodiversidade e as Novas Regras para os Extrativistas da RESEX Riozinho do Anfrísio, Altamira, Pará". In: *Anais do IV ENANPPAS - Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade*. Brasília: UnB, 2008.

<sup>18</sup> SANTOS, Leinad Ayer O; ANDRADE, Lúcia M. M. de, (orgs.). *As Hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio, 1988. p.130.

<sup>19</sup> MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. *Subprojeto: Estudo do patrimônio histórico e cultural das populações ribeirinhas do complexo UHE de Altamira, rio Xingu*. Relatório de Pesquisa. Belém: MPEG: CNEC, 1987.

nem tava a fim de beber. [Elas] moravam [na boate]. De quinze em quinze dias era trocadas aquelas mulheres. Suponhamos que ficava dez mulheres lá. Com quinze dias iam embora aquelas dez e vinham outras. (...) Dentro da boate tinha um salão e de um lado e de outro tinham os quartos. Elas tinham muita segurança, porque quando meu pai fechada ele não permitia nenhuma mulher mais sair. Porque ele dizia “aqui dentro eu sou responsável por vocês, agora lá fora eu não tenho responsabilidade nenhuma”<sup>20</sup>.

Na Volta Grande do Xingu, as grandes mineradoras chegaram no início da década de 1980, ocasionando uma série de conflitos com os garimpeiros já instalados, como foi o caso da instalação da Oca Mineração, cujo poder acionário era dividido igualmente entre a empresa Confab e a família do empresário Carlos Oto Vergueiro :

Já trocou de nome muitas vezes, Oca Mineração, Ásia Mineração, uma serie de nomes que ela já teve. Só que não foi eles que descobriram o garimpo não, esse garimpo aqui quando eles andaram aqui, todo mundo já tinha suas áreas de trabalhar. Eles sempre pensaram em expulsar o pessoal daqui, mas não é eles os pesquisador não. (...) Aqui já teve centro e quarenta policiais espancando garimpeiro, botando tudo pra fora, na época da Oca mesmo. Ai colocava policia, botava garimpeiro para fora, batia, nunca foi bom, nunca a relação entre garimpeiro e a Oca foi legal. (...) A gente tava trabalhando eles chegavam, botavam a policia ou vai [embora] ou apanha. A gente ficava com medo de apanhar e sai, aqui mesmo, nessas áreas nossas, antigas mesmo. (...) A área era dos garimpeiros, sempre foi, eles não chegaram com diálogo nenhum, chegaram com uns capangas vestidos de Policia Federal. (...) Você vê que era uma empresa privada e tinha uma companhia da Polícia Militar lá guarnecendo a empresa direto, eles conseguiram. (...) O garimpo era nosso, era não, é nosso, porque foi nós que lutemos e trabalhemos. Dai vem uma empresa e acha que é deles?<sup>21</sup>

O clima de enfrentamento envolveu a mineração empresarial, os garimpos, a ocupação agropecuária e de colonização da região. Áreas no Rio Itatá, por exemplo, ficaram anos em litígio entre a Oca Mineração e garimpeiros. Em 1986, três mil garimpeiros foram expulsos e acionaram a empresa judicialmente para permanecerem na região, reunindo-se numa cooperativa<sup>22</sup>. Em Março daquele ano, durante uma manifestação de garimpeiros contra a Oca Mineração, um acesso a Rodovia Transamazônica foi fechado, houve depredação de um posto da Cobal e do mercado municipal de Altamira, além de ameaças de invasão a órgãos públicos e o corte de fornecimento de energia elétrica na cidade<sup>23</sup>. No mês anterior, os garimpeiros haviam destruído instalações da empresa na Ilha da Fazenda<sup>24</sup>.

---

<sup>20</sup> CARVALHO, E. A. de. da. *Elzilene Aranha de Carvalho (Lene)*: depoimento. [27. julho 2013]. Entrevistador: Carlos Eduardo Caldarelli, Tiago Peixoto. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 42 min.

<sup>21</sup> PINTO, J. de S. *Josué de Souza Pinto (Cula)*: depoimento. [11. Fevereiro 2011]. Entrevistador: Tiago Peixoto. Senador José Porfírio: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 56 min.

<sup>22</sup> SANTOS, Leinad Ayer O.; ANDRADE, Lúcia M. M. de, (orgs.). *As Hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio, 1988. p.130.

<sup>23</sup> Jornal “O Estado de São Paulo”, São Paulo, 5/3/1986.

<sup>24</sup> Jornal “O Estado de São Paulo”, São Paulo, 11/3/1986.

Em 1988, a Lei nº 7.805 proibiu a exploração mineral sem a autorização do DNPM, representando uma derrota dos garimpeiros em detrimento à mineração empresarial. O conflito entre a Oca Mineração e os garimpeiros, no entanto, se estendeu pela década de 1990. Em 1991, a Polícia Federal ocupou as instalações da empresa apreendendo equipamentos, máquinas, armas e bananas de dinamite que estavam em poder de garimpeiros que ameaçavam depredar a mineradora<sup>25</sup>.

Em Castelo dos Sonhos, distrito de Altamira, houve uma grande ocorrência de garimpos clandestinos combatidos pela Polícia Federal, como o garimpo da Fazenda Esperança I, de Márcio Martins de Souza. Tais fazendas possuíam ilegalmente pistas de pouso próprias e jagunços fortemente armados para impedir a aproximação de estranhos e a fiscalização de técnicos do DNPM<sup>26</sup>. Em 1992 aproximadamente 37 mil hectares que englobavam garimpos ilegais em Castelo dos Sonhos foram desapropriados pelo Governo do Estado<sup>27</sup>. Estima-se que no início da década de 1990 mil e quinhentos garimpeiros trabalhassem apenas naquele distrito, que era conhecido também pelas disputas violentas por territórios entre os próprios patrões de garimpo, tornando-se uma das regiões mais violentas do Pará.

A proliferação de garimpos também atingiu terras indígenas. Em 2003, cerca de quarenta índios curuaia aprisionaram e mantiveram como reféns um grupo de catorze pessoas acusadas de transportar bebidas alcóolicas, armas, drogas, comida e combustível para o Garimpo da Madalena, localizado em suas terras<sup>28</sup>.

Atualmente, o Garimpo do Galo, na vila homônima, localizado a setenta quilômetros do centro de Altamira é o principal garimpo em atividade na região da Volta Grande do Xingu. Sua atividade sustenta aproximadamente sessenta famílias que exploram ouro nas rochas. A cada ano a produção do ouro tem decaído no Garimpo do Galo, mas prossegue como a principal atividade econômica da corrutela, que continua a utilizar o ouro como moeda corrente mesmo em transações comerciais banais, como nos armazéns e botecos<sup>29</sup>.

Os garimpos deixaram como herança inúmeros problemas ambientais resultantes de sua dinâmica predatória, como o corte raso da floresta, a perda da biodiversidade pela queima da vegetação, o assoreamento e contaminação de rios, a aceleração dos processos erosivos. A estes aspectos, somam-se questões sociais como os conflitos agrários, a expulsão de posseiros e pequenos proprietários, a marginalização de segmentos sociais e a periferização das comunidades originadas nas corrutelas<sup>30</sup>.

---

<sup>25</sup> Jornal "O Estado de São Paulo", São Paulo, 22/2/1991.

<sup>26</sup> "Jornal do Brasil", Rio de Janeiro, 1/10/1991, p.9.

<sup>27</sup> Jornal "O Estado de São Paulo", São Paulo, 17/1/1992.

<sup>28</sup> Jornal "O Estado de São Paulo", São Paulo, 18/3/2003.

<sup>29</sup> Jornal "Folha de São Paulo", São Paulo, 23/4/2010.

<sup>30</sup> MELLO, Neli Aparecida de. *Políticas territoriais na Amazônia*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 326.





Figura 5 –Garimpo do Itatá, Senador José Porfírio.  
Foto de Mariana Cavassana.  
Fonte: Acervo Scientia Consultoria Científica.



Figura 6 – Garimpo do Itatá, Senador José Porfírio.  
Foto de Mariana Cavassana.  
Fonte: Acervo Scientia Consultoria Científica.

No entanto, os garimpos também contribuíram para a fixação da população em trechos da Volta Grande do Xingu e demais vilarejos espalhadas pela região, possibilitaram uma maior diversificação de atividades econômicas. Eles se constituíram numa alternativa às atividades principais realizadas no local, como a exploração da seringa e a coleta da castanha, permitindo uma relativa distribuição dos lucros localmente, embora o garimpeiro tenha sido tão explorado quanto as lavras em que trabalhavam, diariamente, em condições precárias, à mercê da violência e dos demais problemas sociais que assolam as grotas amazônicas.

Para milhares de seringueiros e ribeirinhos, o garimpo surgiu nos anos 40 e 50 como uma atividade como outra qualquer, um trabalho comum, uma opção possível diante da escassez de possibilidades. Aos que permaneceram na atividade ao longo das décadas seguintes, restou uma crescente espoliação, ora por empresas licenciadas pelo governo federal, ora por patrões que exerciam atividades ilegais. O trabalho individual do garimpeiro, entendido como o homem que trabalha por conta própria, processando material secundário utilizando instrumentos rudimentares foi se tornando cada vez mais restrito, não possibilitando significativo acúmulo de capital.

## CAPÍTULO 7

### ESPERANÇA E DESENCANTO: OS IMPACTOS DA TRANSAMAZÔNICA NO MÉDIO XINGU.

*“O presidente Garrastazu Médici pegou um livro em cima da mesa e falou: ‘Brasileiros, eu quero que vocês me ajude numa guerra. Não sendo uma guerra de sangue, mas na mesma hora sendo. Eu sou a arma e vocês é as bala. É a colonização na Amazônia, para ver se nós ganha o que é nosso’”.*  
(Aurindo de Sousa. Brasil Novo, 2013).

*“O progresso é um desencanto contínuo.”*  
(Antônio Torres. *Um cão uivando para a lua*, 1972).

Na década de 1960, o Brasil viveu um período de grande instabilidade política. O governo do presidente João Goulart, articulado aos movimentos sindicais e camponeses, propunha reformas de base estruturais no país que desagradavam setores conservadores da sociedade. Tais setores apoiaram o golpe civil-militar de 1964, que depôs o presidente legitimamente eleito e abortou o debate a respeito de tais reformas. Durante o regime de exceção instalado, os governos militares ditatoriais enfatizaram fundamentalmente projetos políticos econômicos – envolvendo questões como a balança comercial, os modelos industrial e agrícola do país – e a região da Amazônia brasileira foi “integrada” a estes projetos de “desenvolvimento”.

Segundo Bertha Becker, a ocupação da Amazônia se tornou prioridade dos governos militares que objetivavam implantar um projeto de modernização nacional que incluía a redistribuição territorial de investimentos de mão de obra, sob forte controle social. A Amazônia era vista como capaz de promover uma solução conjunta para os problemas de tensão social do Nordeste e para a continuidade do crescimento do Sudeste, possibilitando de forma rápida o surgimento de novos investimentos, recursos e mercados<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> BECKER, Bertha K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990.p.12-13.

Nesta ampla estratégia do governo federal para a ocupação da Amazônia se somou a possibilidade de exploração de seus recursos naturais, a incorporação de terras e a defesa das fronteiras. Entre os principais elementos da ocupação da Amazônia e da criação de políticas públicas para a região por parte do regime militar estiveram a criação da SUDAM<sup>2</sup>, em 1966; da SUFRAMA<sup>3</sup>, em 1967; do Comitê Organizador dos Estudos Energéticos da Amazônia<sup>4</sup>, em 1968; do PIN<sup>5</sup> e do Proterra<sup>6</sup>, em 1970; da Polamazônia<sup>7</sup>, em 1974; do PGC<sup>8</sup>, em 1980, entre tantos outros projetos<sup>9</sup>.

Sob o manto do discurso ufanista, o governo militar exaltava o Brasil como “Grande Potência” e a Doutrina de Segurança Nacional – que promovia ideologicamente o regime – difundiu nacionalmente temas como “Desenvolvimento com Segurança” e “Integração Nacional”. Ao ritmo deste “Brasil Grande”, o projeto da construção da rodovia Transamazônica foi um dos mais expressivos do período, por permitir, simultaneamente, a exploração econômica, a colonização e a expansão das redes de transporte e comunicação na Amazônia.

A “Transamazônica” – uma rodovia projetada inicialmente com mais de cinco mil quilômetros, cortando a Bacia Amazônica de Leste a Oeste, do Nordeste do Brasil à fronteira com o Peru – fazia parte do PIN (Programa de Integração Nacional) e foi definida pelo General Emílio Garrastazu Médici, então ocupante do cargo de presidente do país, como “a maior epopeia do povo brasileiro” e, segundo o discurso oficial, pretendia dar “aos homens sem terra do Nordeste, a terra sem homens da Amazônia”<sup>10</sup>.

---

<sup>2</sup> SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, vinculada ao Ministério do Interior, para coordenar e supervisionar programas e planos regionais e a redistribuição de incentivos fiscais.

<sup>3</sup> SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus, com o intuito de integrar a porção ocidental da Amazônia mediante a criação de um centro industrial e agropecuário com isenção de impostos.

<sup>4</sup> Para supervisionar estudos referentes ao aproveitamento do potencial energético regional.

<sup>5</sup> PIN – Programa de Integração Regional, que buscou estender a rede rodoviária e implantar projetos de colonização.

<sup>6</sup> Proterra – Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste, promovendo a capitalização rural.

<sup>7</sup> Polamazônia – Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, concentrando recursos em áreas selecionadas a fim de estimular fluxos migratórios e melhoria da infraestrutura.

<sup>8</sup> PGC – Programa Grande Carajás, para a exploração, em grande escala, dos recursos minerais e florestais da região.

<sup>9</sup> BECKER, Bertha K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990.p.16-17.

<sup>10</sup> HABERT, Nadine. *A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Ática, 1992. p.20.

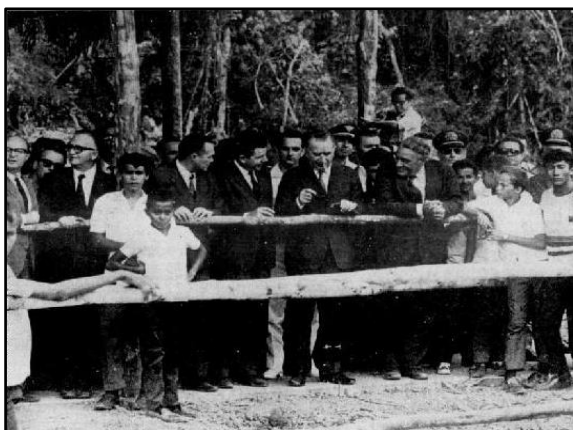


Figura 1 – General Emílio Garrastazu Médici com caravana de Ministros em Altamira, no início das obras de construção da Transamazônica. , outubro de 1970. Jornal Folha de São Paulo, 10/10/1970  
Fonte: Acervo do jornal Folha de São Paulo.



Figura 2 – General Emílio Garrastazu Médici na Transamazônica, em 1972.  
Fonte: Acervo do DNITAltamira.

O discurso oficial, que pregava mitos antigos, como o da Amazônia sendo um “espaço vazio”, negava a existência das populações ribeirinhas, dos indígenas e das sociedades locais. A Amazônia foi tratada como um colossal e fantasioso “Inferno Verde”, cujos solos pretensamente férteis necessitavam ser subjugados e habitados em nome da defesa da soberania do país e do “milagre da Integração Nacional”. Ela seria um deserto hostil, “povoado de bichos, índios, mosquitos e doenças”<sup>11</sup>.

O Médici, General Médici, que era o Presidente da República, ele teria dito, sobrevoando o Piauí, Ceará, o nordeste castigado pela seca, ele teria dito, olhando para o norte: “Terra sem homens, para homens sem terra”. Cometeu equívocos um atrás do outro. Primeiro, “terra sem homens” não existia. Aqui os índios estão seguramente há quarenta mil anos aqui. Depois, ribeirinhos há séculos. Das mulheres o General não falou, que também existia e muitas. Para homens sem terra um bispo lá [do Nordeste] (...) já falecido, que Deus o tenha, disse: “o problema aqui [no Nordeste] não é a seca, é a cerca”. As áreas, naqueles tempos, na região do nordeste, já estavam distribuídas e o povo sobrou. Então o excedente do Nordeste queriam mandar para cá<sup>12</sup>.

Com o anúncio do projeto de construção da rodovia, Altamira foi alçada à “Capital da Transamazônica” pela importância de sua localização geográfica – ela se situa praticamente na metade caminho –, servindo de base de apoio para as obras na região. Concomitante com a construção da rodovia foi criado um projeto de colonização da área, com o maior e mais importante escritório do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) sendo instalado na cidade.

Até aquele momento, Altamira era uma cidade de dimensões reduzidas, com uma única Usina Diesel abastecendo a cidade de energia até a meia-noite, quando a luz se apagava e

<sup>11</sup> GOMES, Flávio Alcaraz. *Transamazônica: a redescoberta do Brasil*. São Paulo: Liv. Cultura, 1972, p. 23.

<sup>12</sup> KRAUTLER, Erwin. *Dom Erwin Krautler: depoimento*. [29. Julho 2013]. Entrevistador: Carlos Eduardo Caldarelli, Carlos Gimenes, Felipe Matos. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 69 min.

a população descansava de suas lides diárias nos seringais, nos castanhais, no garimpo, na caça ao gato, nas olarias, na pesca, no comércio, na carpintaria naval, na pequena agricultura e pecuária, além de outras atividades de pequeno porte.



Figura 3 – Placa alusiva ao início das obras da rodovia Transamazônica, em 1970.  
Fonte: Acervo do jornal Folha de São Paulo.



Figura 4 – Abertura da Transamazônica.  
Fonte: Acervo do jornal Folha de São Paulo.

Na administração do prefeito Frisan Costa Nunes (1967-1971), no período anterior ao anúncio por parte do governo federal dos planos de construção da Transamazônica, houve uma tentativa de rompimento do isolamento rodoviário em que a cidade se encontrava com a construção de uma estrada ligando Altamira ao município de Santarém. Até então, a principal via de escoamento e transporte do município continuava sendo fluvial, tendo o porto de Vitória do Xingu grande importância.

A construção de uma estrada até Santarém teria sido uma ideia da sociedade civil de Altamira e defendida pelo então vice-prefeito, João Batista da Silva, o João Pezinho. Emigrante do Piauí, João Pezinho estabeleceu-se em Altamira em 1953, como agricultor. Gastava o dinheiro que ganhava trazendo para a cidade seus familiares, conterrâneos e demais interessados em migrar para Altamira, primeiro do Piauí e logo do Ceará e da Bahia. Acredita-se que cerca de três mil pessoas migraram para Altamira através da atuação de João Pezinho<sup>13</sup>, que utilizou o trabalho desses migrantes para construir vinte e nove quilômetros de estrada em direção a Santarém, utilizando apenas instrumentos rudimentares.

A estrada de João Pezinho foi financiada pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil de Altamira, estabelecendo lotes para a exploração agrícola ao longo da estrada, numa lógica posteriormente utilizada também pela Transamazônica. Na década de 1970, quando os engenheiros federais chegaram à Altamira, se surpreenderam com a

<sup>13</sup> GOMES, Flávio Alcaraz. *Transamazônica: a redescoberta do Brasil*. São Paulo: Liv. Cultura, 1972, p. 38-39.

estrada já existente e o traçado da Transamazônica reaproveitou a antiga estrada de João Pezinho, cujo trabalho havia sido interrompido devido ao ataque de índios Arara aos trabalhadores:

No meu próximo livro eu conto essa historia, de uma experiência que a gente fez tentando tirar Altamira do isolamento, tentando fazer uma estrada para Santarém. Porque Santarém tinha um porto de transatlântico. (...) Os índios Arara mataram os exploradores que tavam tirando o pique [da estrada]. É uma estrada tragicômica, é uma historia tragicômica. É pra contar? Tinha um prefeito lá que era xucro, xucro, índio, mas índio Chipaia mesmo, trabalhador, mas um caboclão, que era meu irmão, filho de uma índia Chipaia que não falava português. O Frizan [da Costa Nunes]. Mas, trabalhador. E ele tinha um vice-prefeito xucro também, mas um cavalo para trabalhar. Ele teve poliomielite e puxava de uma perna, era um piauiense doido, mas doido mesmo, João Pezinho, Não sabia escrever o nome, mas ele era um cara espetacular, um líder nato, um trabalhador mesmo. E eu tava lá em Altamira escondido, fugido da naica, da ditadura, trabalhando no Banco da Amazônia, quieto feito menino cagado. E tinha uns amigos, eu era do Banco da Amazônia e um que era gerente do Banco do Brasil, Dr. Moraes, quieto também. A gente se reunia a noite, a luz de lamparina, esse troço, para ver o que acontecia. Vamos imaginar uma estrada ou pra rumo de Marabá ou para rumo de Santarém. Eu tomava conta de umas cooperativas financiadas pelo Banco da Amazônia. Dai a gente diz, a gente direciona o financiamento das roça no rumo de Santarém e a negrada vai desmatando e fazendo roça no rumo de Santarém, nada a nada a gente vai chegando mais perto. Era uma negocio besta. Caímos na besteira de falar pro João Pezinho e ele disse: “não, eu vou fazer essa estrada!”. Falamos: “Como, João Pezinho, ninguém tem dinheiro, ninguém tem grana pra nada”. Ai, um belo dia, o João Pezinho arranjou um apadrinhamento na raça com o governador Jarbas Passarinho para trazer o pessoal da família dele lá do Piauí, de uma cidadezinha lá do Piauí, que tava numa seca desesperada. (...) Rapaz, ele quase secou a cidadezinha dele no Piauí (...).E a família, os cabra dispostos, disseram “não, a gente faz o pico para Santarém!”. Porra, a gente não tinha conseguido nem um mateiro. Topógrafo era fácil, mas a gente não tinha grana. Tudo lá era feito com mateiro, mateiro tirava a estrada, mateiro tirava a estrada de seringa, mas para Santarém como é que o mateiro ia? Conclusão, os caras foram fazendo o pico (...) e andaram exatamente no rumo de Santarém. Um belo dia a gente tava bebendo cachaça na beira do troço quando os cabras vieram e o João Pezinho se abrindo, contando que era um mistério: (...) duas vezes por semana ia um avião da Paraense {Transportes Aéreo} de Altamira para Santarém e eles resolveram seguir o avião! (...) [Os índios Arara] mataram todos, todos, tava um paliteiro humano, aquele troço todinho (...) Dr. Ciro Quadros, Dr Moraes e eu, a gente reunido, foi pra casa do Dr. Ciro Quadros. Nessa época veio a nata dos indigenistas do Brasil, a gente ficava quieto para não dizer que a ideia tinha sido nossa, tava morrendo de remorso de ter inventado esse troço. (...) Isso foi idos de 1968, eu acho, 1967, por ai assim, década de 1960. Então foram lá e tal, identificaram que era índio Arara, que não se sabia que existia lá, então se acabou a estrada para Santarém. Nesse episódio. Então por isso eu disse que Altamira se rejubilou quando alguém chegou e disse “vai ter uma estrada para Belém!”. Putzgrila! Em três anos essa estrada tá asfaltada e o cacete a quatro, tal, tal... (...) era a ideia nossa, de desenvolvimento, esse troço todinho<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> NUNES NETO, A. A. da C. *André Avelino da Costa Nunes Neto*: depoimento. [3. Dezembro 2012]. Entrevistador: Carlos Eduardo Caldarelli. Belém: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 76 min.

O anúncio de que os grandes projetos federais iriam contemplar a região do Médio Xingu foi ao encontro dos anseios de uma parcela da sociedade local que almejava, segundo suas concepções, “tirar Altamira do isolamento”, colocando-a na rota do “progresso” e “desenvolvimento”: “O presidente Emílio Garrastazu Médici, ao empreender a ocupação dos vazios da Amazônia, salvou Altamira, que, se não fosse a construção da rodovia, talvez não passasse de um pequeno povoado vegetando a beira do Xingu”<sup>15</sup>, escreveu Ubirajara Marques Umbuzeiro, ex-vereador e vice-prefeito da cidade.

Embora desde 1969 houvesse informações sobre o plano do governo federal em construir uma rodovia ligando o Nordeste à Amazônia, o seu anúncio oficial aconteceu em 16 de março de 1970, quando a Presidência da República distribuiu comunicado anunciando várias obras rodoviárias na Amazônia e no Brasil Central. A Transamazônica deveria conectar os pontos terminais dos trechos navegáveis dos afluentes meridionais do rio Amazonas e ser uma vereda aberta aos migrantes, sobretudo nordestinos, para a colonização do que era considerado um “vazio demográfico” e o início da exploração de potenciais econômicos até então inacessíveis<sup>16</sup>.

O Médio Xingu foi incluído nesses planos como uma imensa fronteira de recursos – políticos, econômicos, sociais, simbólicos etc. – a serem explorados pelos “heróis civilizadores” que chegaram com as novas frentes de trabalho. A construção da Transamazônica foi vista como o coroamento do processo de quebra do isolamento da região, embora tanto a exploração da borracha quanto da castanha sempre exigiram comunicação com Belém por serem produtos para exportação.

Os rios da margem direita do Amazonas, como o Xingu, o Araguaia, o Tapajós e o Madeira constituíam o único acesso ao “hinterland” da região, com a ocupação humana fixada apenas em suas margens, com exceção da população indígena que transitava por todo o território. Além do acréscimo populacional na área e a interceptação dos terminais navegáveis, a Transamazônica permitiu a exploração da Serra dos Carajás, maior jazida de ferro do mundo, localizada entre o rio Xingu e o Araguaia.

Em 1970, o governo militar decretou que uma faixa de 100 km de ambos os lados de toda estrada federal pertencia à esfera pública, com a justificativa de utilização desta terra para projetos de colonização e reforma agrária. Com esta estratégia, o governo federal passou a controlar a distribuição de terras, adquirindo amplo poder de barganha política e econômica. Com a federalização das terras amazônicas, apenas no Estado do Pará quase 67% das terras passaram a pertencer ao Governo Federal<sup>17</sup>. A partir de 1973, uma ligação rodoviária entre Marabá, Itaituba, Santarém e Altamira também facilitou o fluxo interno entre essas áreas rurais.

---

<sup>15</sup> UMBUZEIRO, Ubirajara Marques. “Prólogo da 3ª edição”. In: UMBUZEIRO, Antônio Ubirajara Bogea & UMBUZEIRO, Ubirajara Marques. *Altamira e sua história*. 4ª ed. Belém: Ponto Press, 2012. p.21.

<sup>16</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17/3/1970.

<sup>17</sup> BECKER, Bertha K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990. p. 18.

Para a ocupação dessas terras ao longo da Transamazônica foram concebidos vários projetos de urbanismo rural com lotes distribuídos aos colonos através de uma rede hierarquizada de núcleos urbanos. Um dos projetos de colonização realizados no Médio Xingu foi o PIC (Projeto Integrado de Colonização) de Altamira, encarregado de organizar o assentamento de colonos no município, com promessas de assistência financeira e técnica aos assentados. Apenas o PIC/Altamira, composto por 32 glebas e 18 acampamentos, abrangeu uma área de 3.759.500 ha, em vários “trancos” ao longo da BR-230 (Transamazônica), com aproximadamente seis mil famílias envolvidas, segundo dados oficiais do INCRA<sup>18</sup>.



Figura 5 – Bispo Eurico Krautler entregando placa em homenagem ao General Emílio Garrastazu Médici no antigo aeroporto de Altamira, em 1972  
Fonte: Acervo de Antônio Ubirajara Bogea Umbuzeiro.

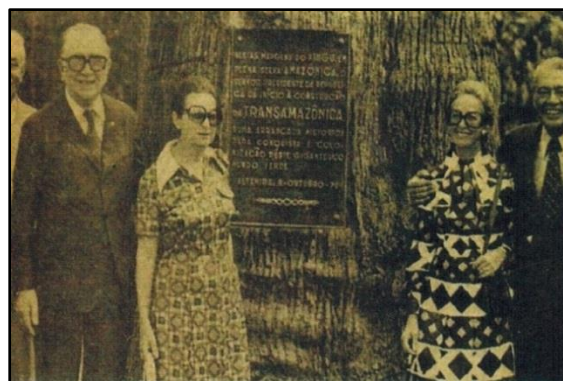


Figura 6 – Inauguração Transamazônica, em 20/9/1972. General Emílio Garrastazu Médici e o Ministro dos Transportes Mário Andreazza, com suas respectivas esposas.  
Fonte: Acervo de Antônio Ubirajara Bogea Umbuzeiro.

As obras da Transamazônica e a colonização oficial foram envoltas pela euforia inspirada no milagre econômico difundida pelo meios de comunicação. Atrelaram-se esses grandes projetos aos *slogans* ufanistas da época – “Brasil, ame-o ou deixe-o”, “Pra frente, Brasil!”, “Ninguém segura esse país” – e a Transamazônica foi utilizada nas mais variadas peças publicitárias, em obras de literatura, peças de teatro, sambas-enredo, que ajudaram a travestir o projeto de colonização da Amazônia como um dever cívico, uma guerra onde o governo federal era a “arma” e os migrantes “as balas”:

Eu se chamo Aurindo de Sousa. Tenho setenta e cinco anos completos. Entrei aqui nessa Amazônia, sou o primeiro habitante de Brasil Novo, cheguei aqui em 1971, com toda dificuldade que enfrentei. Tô ainda com a cabeça no lugar por Deus, se não tinha perdido até a mente. Eu tava no Paraná, administrando uma fazenda e sai. O presidente Garrastazu Médici pegou um livro em riba da mesa e falou: “Brasileiros, eu quero que vocês me ajude numa guerra. Não sendo uma guerra de sangue, mas na mesma hora sendo. Eu sou a arma e vocês é as balas. É a colonização na Amazônia, para ver se nós ganha o que é nosso. Nós não vamos entregar nossa terra brasileira para o estrangeiro não. Eu confio nos brasileiros!” Dai eu falei para a mulher: “vamos para a Amazônia?” Ela falou “Você que sabe”. Eu disse: “eu não quero ser contra você, você tá livre”. Ela falou “Você que manda”. Ai eu vendi tudo o que tinha, minhas propriedades em Presidente Prudente. Apurei naquela época vinte conto, fora a passagem

<sup>18</sup> BECKER, Bertha K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990. p. 32-33.



para vir para cá. A gente colocou esse dinheiro num prato e andava com ele, ninguém tinha confiança nem no banco. E aí viemos, peguemos lá, juntemos os filhos e viemos até Belém. Uns colegas meu, lá de Tapira, no Paraná, pegou dois caminhão, lotou de gente e passou por Brasília<sup>19</sup>.

**Chegou Admiral linha Transamazônica.**

*Planiminim e qualidade com a história mais antiga. O Brasil que mais cresce no mundo (72% ao ano) precisa de Transamazônica e a mais sofisticada.*

*Desenvolvimento eletrônico. É a tecnologia a serviço do progresso. Os produtos Springer Admiral representam qualidade e liderança. Veja estes modelos:*

**Novo Nozella**  
O primeiro para contra a poluição: purificador de ar para a cozinha. Elimina odores e gordura.

**TV Soko Color 20"**  
O primeiro Televisor eletrônico desmontável para a América Latina. Menor volume, menor preço, e sempre a melhor qualidade.

**Ar Condicionado**  
A mais completa linha: para a cozinha, para a sala, para o escritório.

**Springer Admiral**  
Linha Transamazônica em casa de Transamazônica.

Figura 7 – Peças publicitárias tematizando a Transamazônica. Linha Transamazônica do ar-condicionado Admiral, Jornal Diário da Noite, 13/11/1972.  
Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional.

**O maior Palácio de Exposições das Américas está no mesmo país que faz a Transamazônica.**

**O Salão do Automóvel inaugura o Parque Anhembi.**

**VII Salão do Automóvel**  
**21 de novembro a 6 de dezembro-Parque Anhembi-São Paulo**  
De 10h30 a 18h30 - dias 21 a 24 horas - domingos - dia 12 de 12h30 a 18h30 - Fechado às segundas-feiras

Figura 8 – Peças publicitárias tematizando a Transamazônica. Salão do Automóvel de São Paulo, Jornal Diário da Noite, 25/11/1972.  
Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional.

O Médio Xingu tornou-se uma espécie de “eldorado”, um local onde haveria fartura, prosperidade econômica, emprego, renda, terras disponíveis. Somaram-se aos colonos trazidos oficialmente pelos projetos agrícolas do INCRA, um contingente significativo de migrantes espontâneos atraídos para a região:

Tudo aconteceu em 1975 com a grande propaganda do governo federal da época, o governo militar, o senhor Emílio Garrastazu Médici, com esse grande projeto de abertura da Transamazônica. Então a propaganda nos rádios, televisão e jornais ela foi muito chamativa. Tinha um slogan que dizia “homens sem terra, para terra sem homens” e outro que dizia “vamos integrar para não entregar”. Porque eles diziam que caso não povoassem essa região, os vizinhos de fronteira, os países fronteiriços da Amazônia, estavam de olho para pegar essa região. A partir disso daí tinham propostas que deixavam todo mundo de água na boca, ludibriavam mesmo as pessoas. Além desses slogans muito fortes, ainda diziam “vamos para a Amazônia ficar rico!”. Nós viemos para aqui para ficar rico, porque diziam “corre ouro pelo chão!”. Então quem estava lá [no Espírito Santo] que não conhecia essa onda de garimpo, ouro, porque a gente só via ouro nas bocas das pessoas, então um governo federal dizer “vamos para a Amazônia ficar rico, lá corre ouro pelo chão”. No rádio, na televisão, jornais, inclusive o cantor Reginaldo Rossi, ele tem uma música, ele gravou essa música na época pegando toda essa situação, pegando todo esse tema e que dizia “na Amazônia corre ouro pelo chão”. Então isso ajudou demais na campanha, porque além da campanha do governo federal e das campanhas

<sup>19</sup> SOUSA, A. *Aurindo de Sousa*: depoimento. [26. Março 2013]. Entrevistador: Tiago Peixoto, Carlos Eduardo Caldarelli, Elisângela Cordovil. Brasil Novo: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 100 min.

dos meios de comunicação, ela cantada ainda também, né? Pega muito mais rápido...<sup>20</sup>

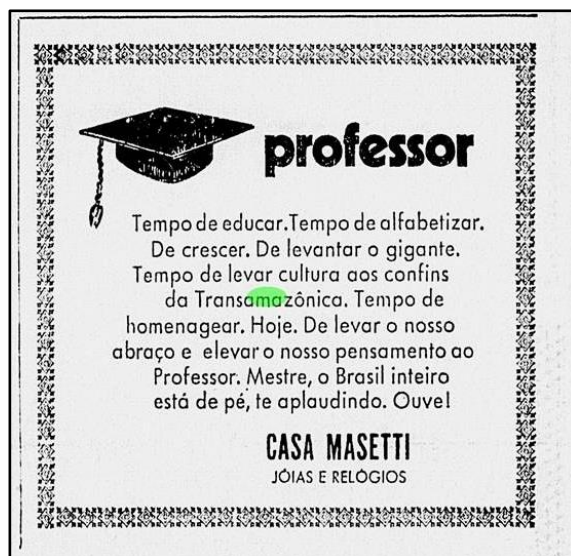


Figura 9 – A Transamazônica e o regime militar levariam “cultura” aos confins da Amazônia, segundo a concepção corrente. Anúncio publicitário da “Casa Masetti”, *Jornal Diário da Noite*, 15/10/1971. Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional.

Para a Amazônia se destinaram pessoas de todas as partes do país, especialmente nordestinos, cuja migração para o Norte serviu para amenizar as tensões rurais que ameaçavam grandes latifundiários nordestinos. Ao chegarem à Amazônia, encontraram migrantes das mais variadas localidades, em busca do mesmo sonho de prosperidade:

A Transamazônica mudou Altamira da seguinte maneira, primeiro veio sangue novo, embora Altamira seja uma cidade já caracterizada pela influência nordestina a partir da época da borracha, mais do que outras cidades aí para baixo. Cidade de paraense é Souzel, Porto de Moz, Gurupá são paraenses legítimas, mas aqui já era influência nordestina muito grande. A partir da Transamazônica, eu era professor, fui professor no colégio aqui, de repente a sala de aula era uma graça, ao lado de um baiano preto, negro, tinha uma mocinha de olhos azuis e cabelos loiros, com sobrenome alemão. Depois tinha um pessoal com sobrenome polaco, todo o Brasil de repente estava na sala de aula. Todo o Brasil. E Altamira mudou de feição<sup>21</sup>.

<sup>20</sup> MIRANDA, J. P. de. *José Pereira de Miranda*: depoimento. [6. Fevereiro 2011]. Entrevistador: Tiago Peixoto. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 90 min.

<sup>21</sup> KRAUTLER, Erwin. *Dom Erwin Krautler*: depoimento. [29. Julho 2013]. Entrevistador: Carlos Eduardo Caldarelli, Carlos Gimenes, Felipe Matos. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 69 min.



Figura 10 – Jornal O Globo (RJ) noticia migração de colonos gaúchos para Altamira. O Globo, 19/7/1971.

Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional.

Segundo pesquisas recentes, o governo federal tratou de forma diferenciada os migrantes sulistas por considerá-los mais “trabalhadores” em termos de rendimento, produção e ritmo de trabalho, em detrimento aos nordestinos e nortistas, considerados preguiçosos e inaptos ao trabalho racional da terra, embora tenham sido os nativos da terra quem ensinaram aos migrantes a liderem com os recursos naturais e possuíam um maior conhecimento da região do que os muitos técnicos do governo federal mostraram ter<sup>22</sup>.

Esse povo que vem de fora, enquanto a gente tava trabalhando, quando pensava que não, eles já estavam chegando e colonizando. Tinha gente do sul, era gaúcho, capixaba, mineiro, cearense, catarinense, do Brasil todo. (...) O pessoal do sul, muito deles trabalhavam agregados, daí chegam pra arrumar terra boa para trabalhar e ficava aqui, coitado. Cansei de passar na casa daqueles capixabas ou catarinenses ou gaúchos, aquelas gaúchas já ficavam com aquele chapelão, nos braços era só sangue, nesse tempo tinha muito mosquito, ficava vermelha de trabalhar, que o pessoal do sul trabalhava mesmo. Eu ficava pensando, eita, meu Deus, que desgosto essa vida. Mas não, tavam trabalhando, tinham aquela raivinha porque nunca tinham se achado nessa terra, mas por outro lado estavam dentro do que era deles. Então muitos foram embora e muitos ainda estão ai, ficaram<sup>23</sup>.

As primeiras levas de colonos sulistas começaram a chegar à região em 1971. Entre tantos grupos de colonos que vieram para a Amazônia se destacou o trabalho da COTRIJUI (Cooperativa Regional Triticola Serrana Ltda.), que planejava transferir para as glebas às margens da Transamazônica duas mil famílias gaúchas num prazo de dez anos, durante a implantação do Projeto Iriri, que reservou para esses colonos quatrocentos mil hectares do território, compreendendo ainda programas de desenvolvimento agrícola, agroindustrial e madeireiro que nunca chegaram a ser totalmente constituídos<sup>24</sup>.

Sou do ano de 1926, sou do sete do cinco de 1926. (...) [Nasci] no município de Jaguari, no Rio Grande do Sul. Fiquei [no Rio Grande do Sul] até a idade

<sup>22</sup> FIGUEIREDO, Aldrin M.; RICCI, Magda & CHAMBOULEYRON, R. “Os usos da terra”. In: FURTADO, Rogério (org.). *Scientific American Brasil*. São Paulo: Duetto editorial, 2008. p. 87.

<sup>23</sup> SOBRINHO, M. F. *Manoel Ferreira Barroso Sobrinho (Manduca)*: depoimento. [6. Fevereiro 2012]. Entrevistador: Carlos Caldarelli. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 58 min.

<sup>24</sup> Jornal *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 15/4/1975. p. 5.

de 45 anos, na agricultura. [Vim para o Pará] por intermédio de rádio. Eu morei um tempo em Jaguari, mas depois morei doze anos em Tenente Portela, na fronteira com a Argentina. (...) Ai um cara de Brasília foi lá no sul atrás de vinte e cinco voluntários para vir aqui na Transamazônica. O diretor da rádio da cidade que nós pertencia mexia um pouco com esse negócio de colonização, sabe? (...) O diretor da rádio começou a anunciar que precisavam de vinte e cinco voluntários. Ai falou um dia, falou no outro, falou no outro, (...) dai não passou uma semana e eu me inscrevi para vir para cá. Isso foi em abril de 1971 [que] eu me inscrevi lá. Eu acompanhava essa colonização, todo dia, três da tarde tinha um programa de colonização nessa radio e eu assistia porque tava precisando de entrar, porque minha família já tava sendo meio grande e o meu terreno era pequeno, eu precisava de uma saída para arrumar uma terra para colocar a família. Três anos eu lutei, não foi pouco tempo. Dai quando apareceu na rádio com a proposta para vir para cá, com as propostas que fizeram, cem hectares, salário, cantina, tudo, tudo por conta do governo, dai foi quando eu vim para cá. Quando foi em julho nós viemos. [No dia] vinte e dois de julho nós baixamos em Altamira. Nós porque de vinte e cinco [voluntários] passou para trinta e oito só no município de Tenente Portela. (...) Dai [o município de] Ibirubá entrou também nessa, mais trinta e cinco, viemos setenta e oito de lá de Porto Alegre a Belém, em dois ônibus. Lotados de colono. Só que tinha colono e tinha muita gente assim de rua, porque naquele tempo, o governo precisava pegar gente. Naquele ano a Transamazônica estava em construção e o governo precisava gente para colonizar, para colocar em cima da terra, pegaram tudo quanto é tipo de gente, colonos mesmo pegaram pouco. Ai no fim, para falar a verdade, assentados em cima do lote tiveram só três, eu e esses vizinhos aqui. Ficamos só em três, dessa turma de 78 pessoas<sup>25</sup>.

Os migrantes se deslocavam de seu local de origem até Belém e de lá eram conduzidos, a barco ou, excepcionalmente, de avião, até Altamira, de onde eram encaminhados para seus lotes. Neste trajeto, alguns acidentes vitimaram colonos, como o ocorrido em 1974, quando um caminhão trazendo colonos piauienses caiu num abismo na Transamazônica, no trecho Altamira-Itaituba, vitimando fatalmente seis ocupantes<sup>26</sup>.

Maior repercussão teve o caso do naufrágio da lancha Anamam, em 1971, no Estreito de Breves, na foz do rio Amazonas, vitimando colonos paranaenses que se direcionavam a Altamira. Segundo dados oficiais divulgados na imprensa na época, o barco teria se incendiado devido a um curto-circuito e 37 pessoas morreram no acidente, sendo 27 crianças. Na memória de um sobrevivente, o número de vítimas foi maior e a causa teria sido contrabando de combustível por funcionários do INCRA:

(...) eu fui lá pro barco [Anamam], já tava o povo tudo dentro, minha mulher já tinha pegado a bagagem todinha e tava lá no jeito, minha mulher e meus filhos, três filhos, trouxe os três para cá, o três morreu na estrada. (...) Tinha um velhinho para cozinhar para oitenta e seis pessoas, ele não da conta. Qualquer coisa para mim dá. Eu peitei, eu e mais esse velho trabalhando na cozinha [da lancha Anamam]. (...). Ali era muito trabalho. (...) Quando chegamos para cá de Breves trinta e cinco quilômetros (...) eu vou dar de

---

<sup>25</sup> LIMANA, S. *Santo Limana*: depoimento. [26. Março 2013]. Entrevistador: Tiago Peixoto, Carlos Eduardo Caldarelli, Elisângela Cordovil. Medicilândia: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 63 min.

<sup>26</sup> Jornal *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, nº 15.893, 6/1/1974. p. 3.

comer para esse povo tudo e vou tratar de dormir, porque eu tava que não me aguentava mais. (...) Eu cheguei e só sentei em riba da rede. Quando eu sentei eu já tava dormindo, com a canseira que eu tava. Quando eu acordei eu tava jogado no meio do [Rio] Amazonas. Duas horas da madrugada. Eu acredito que era duas horas porque o relógio bom, antigamente, era o Lanco, modelo 11, de corda. (...) Ele não podia ver água, ele via água ele parava. Ai ele parou às duas horas, por isso o registro de ser duas horas o acidente. Dai eu fui nadar. Eu pensei “caí do barco. Será que eu sonhando em riba dessa rede eu não pulei do barco dentro d’água?”. Eu fui nadando, porque eu sabia me mexer dentro d’água. Quando eles [pilotos da lancha Anamam] viram o fogo, eles jogaram o barco numa ilha. E eu acompanhei o barco. Foi indo, foi indo. Quando cheguei num certo ponto eu vi que o barco bateu lá nuns pau, o pau abaixou e o barco vem sem ligação, sozinho, pro meio do rio. Os americanos tinham serraria na beira do [rio] Amazonas (...), tava cheio de tora no rio, que eles amarravam para levar para a serraria. Eu sai em riba daquelas tora. Quando eu sai em riba das tora teve uma pessoa que gritou: “me acode!”. Eu olhei para lá, olhei para cá e quando veio o clarão do fogo eu vi o Antônio Novaes com um garotinho de um ano de idade no fundo da água. (...). Outro gritou de lá: “me acode!”. Era o Adolfo com uma garotinha com um ano de idade também, tudo criancinha. (...) Eu virei e sabia que tudo meu tava lá [na lancha]. (...) Mas, era uma coisa horrível. (...) Antes de eu chegar perto [da lancha] foi um fogo por riba, (...) ficou dezessete tambores de gasolina explodindo, o senhor calcula como foi a situação, quando saia em cima espocava. Dai virou a cidade mais clara que tinha, correndo a gasolina por riba da água e o fogão comendo igual uma derrubada. Quando acabou de queimar tudo a ferragem foi pro fundo da água. Acabou. Dai escureceu tudo. Do jeito que tava claro, escureceu tudo. E eu fiquei lá, solto. O que era de fazer? Nadar. Nadar para o meio do Amazonas. E o Amazonas não é um pingão d’água não. Mas, eu nadei e não parei de gritar. (...) Quando eu cansei, bateu algo assim que subiu a água para cima. Quando eu olhei para cima era um velhinho, um pirangueiro remando, num botezinho e um menino com uma lamparina na proa do bote. (...) Quando eu vi, chegou lá num lugar que tinha (...), era lá que eles pescava (...) Eu sentei na barranca e de vez em quando ele chegava, parava ali, despejava (...) o sobrevivente que ele pôde pegar, que tava no alcance dele. (...) Quando o dia amanheceu, tinha lá um barco alugado pelo INCRA para trazer tábuas para a primeira agrovila de Brasil Novo, que nós fizemos no meio da mata. Dai eu fui chegando, despejou a madeira que tava lá, [esse barco] pegou os sobrevivente e levou para essa serraria de um americano (...). Eu olhava assim e só via os corpos enganchados embaixo daquele barco, os que morreu. Os tripulantes [da lancha Anamam] não morreu nenhum, eles pularam fora, porque sabia que tinha inflamável dentro. Nós não sabia. A desculpa deles foi o Dr. Albino, era o coordenador do INCRA na época. Ele que foi o causador, ele queria fazer contrabando, é proibido carregar petróleo junto com gente. Se ele trouxe petróleo é para enfiar a mão no bolso. Porque vinha a gasolina e ali ia ficar no bico da caneta. De lá, no outro dia cedo apareceu um bocado de gente. Tinha um pescador embaixo que pegou um rol de corda, porque não tinha salvas-vidas, jogou um rolo de corda e dezessete criança garraram naquele rolo de corda. Um pescador embaixo pegou essas criança todinha, tudo agarrado, porque a pessoa quando tá para morrer afogado ele não solta, ela agarra e fica seguro. O bote dele quase pegou água, porque era muita gente. Ele tocou para a barranca com essas crianças. (...) Ele disse que salvou oito criança, ele deu conta de chupar o nariz. Ia uma [criança] minha agarrada, mas ele não deu conta de chupar, aqueles primeiro que ele pegou, pnhou os outros em cima e não deu conta de chupar o nariz de todas. (...) [Sobreviveram] quarenta e um [colonos] e morreu quarenta e uma pessoa também. (...) eu fiquei parado, quando a gente leva um choque desses tudo para a gente é bom. Eles quiseram levar essas crianças para a polícia, quiseram levar para a cidade de Breves. Eu falei: “se ninguém topa, eu levo,

eu vou”. A serreria parou, fez caixão. Colocou essas crianças todinha dentro do caixão e eu desci com essa policia até a cidade de Breves. (...) Cheguei lá na cidade de Breves com esses caixão, era triste aquilo. Tirei os caixão e não deixei ninguém ponhar a mão. A gente tava variado. Abri a sepultura e coloquei os caixão tudo assim. (...) Perdi [mulher e filhos] e o capital todinho, fiquei zerado. (...) Depois do acidente nós ficamos três dias. Ai caçou os corpos tudinho, enterrou e tal, uns que queimou, porque queimou muita gente, muita gente virou cinza (...). Ai esse mesmo barco que era para trazer madeira, trouxe nós até Vitória [do Xingu]. (...) O Inca só tinha um Dodge em Altamira, esse Dodge pegou nós (...) e levou nós ate aqui (...) em Brasil Novo. (...) João Pezinho chegou com um monte de facão na mão e falou: “É, moçada, vamos esquecer do passado e vamos peitar. Vamos limpar o lugar aqui para fazer uma bóia para vocês. Foi ai que nós chegamos onde hoje é o colégio Terezinha Back, onde nós fizemos nossa bóia. Foi feijão e peixe pirarucu. Mas ninguém tinha fome não, depois de quem passou por essa, foi a comida mais ruim que eu comi na minha vida. (...) Pessoa que passou por uma situação dessa parece que tranca, amarga, vira uma coisa que não tem recurso de descer não”<sup>27</sup>.



Figura 11 – Jornal Diário da Noite (RJ) notícia naufrágio da lancha Anamam. Diário da Noite, 6/7/1971.  
Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional.

Os colonos começaram a chegar à região com os trabalhos de construção da estrada e de demarcação dos lotes ainda em andamento. Para as frentes de trabalho abertas em Altamira e Belo Monte, as máquinas foram levadas pelo Rio Xingu e descarregadas no porto de Vitória do Xingu, seguindo depois para Altamira<sup>28</sup>. Em Vitória foi construído um barracão para o alojamento dos trabalhadores e de colonos:

Logo passando a Barraca da Santa fica a igreja [de Vitória do Xingu]. Por trás da Igreja ficava a Casa Grande, que era onde ficava alojado o povo que vinha de fora, eles vinham para poder sair para a colônia. Não tinha onde ficar, se alojava ai, se dava o nome de Casa Grande, arranjam um pedaço de terra e iam trabalhar, iam uma família para cá, onde para lá, era assim. Já era na época em que já tavam começando a Transamazônica. Nessa época, nós tinha um carro que era para começar a abrir [lotes] para os colonos, o carro que nós tinha aqui era uma caçamba, se chamava Chica Cega, porque só tinha um olho, só acendia um farol, o outro era cego. O motorista era o João Pato, atendia toda essa população. O chefe dessa comunidade era o seu Maninho, era um senhor que trabalhava aqui. Ele não era residente de Vitória, ele vinha de Altamira. Vitória pertencia a Altamira, mas ele vinha aqui só para mandar. O seu Maninho era o chefe que distribuía o pessoal para trabalhar na Transamazônica. Era muita

<sup>27</sup> SOUSA, A. *Aurindo de Sousa: depoimento*. [26. Março 2013]. Entrevistador: Tiago Peixoto, Carlos Eduardo Caldarelli, Elisângela Cordovil. Brasil Novo: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 100 min.  
<sup>28</sup> Jornal *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12/6/1971.

gente, ele levava esse pessoal e distribuía na Transamazônica. A maior parte desse pessoal passava a semana, daí quando era o fim de semana esse pessoal voltava novamente. Ficava esse manejo de gente<sup>29</sup>.

Os primeiros colonos da Transamazônica que chegavam por barco, oriundos de Belém, desembarcavam no porto de Vitória do Xingu, onde ficavam à espera de transporte para Altamira. Era no centro de Altamira que ficava situado o escritório do INCRA, que encaminhava os colonos aos seus respectivos lotes, alterando drasticamente o cotidiano da cidade:

Ate lá, 1970, Altamira era uma cidade esquecida na beira do Xingu, única cidade da margem esquerda do Xingu, isolada, o contato com o mundo lá fora era esporádico, através da FAB, esperar que algum teco-teco aparecesse ou através de barco para Belém. A estrada para Vitória existia, mas era um túnel dentro da mata, que um caminhão passou. Mas, o resto era um sentimento de sermos ilhados. Com a Transamazônica, eu me lembro muito bem, que um compadre meu disse “Compadre, vai chover dinheiro em Altamira. Agora o progresso vem. Vem o desenvolvimento”. O que vai acontecer? “Não, um tal de INCRA, não sei nem que diabo é, desculpe a expressão, vão implantar aqui um sistema de colonização, vão fazer uma estrada enorme, aquilo que João Pezinho queria já é fichinha, agora é estrada mesmo, vão ligar Altamira com Santarém, vão ligar Altamira através de estrada com Marabá” e por aí vai a história. Vai acontecer o que? Sete de setembro, acho que foi em 1971, vieram as grandes máquinas aqui, no desfile, máquina que nunca tinha visto em minha vida. E junto com as máquinas, claro, já vieram os povos...<sup>30</sup>

O trabalho de abertura da Transamazônica foi dificultado pela presença de índios nas matas. Há relatos de ataques aos trabalhadores durante a abertura dos piques, assim como havia ocorrido durante a tentativa anterior de abrir uma estrada entre Altamira até Santarém. Desta vez, no entanto, os conflitos com indígenas não causaram a interrupção dos trabalhos. Descobriu-se que os indígenas em questão eram da etnia Arara e que a estrada passava a menos de dois quilômetros da sua principal aldeia, dividindo em dois o seu território: ao sul, até o Rio Iriri; e, ao Norte, até o Jarauçu. Há relatos de uma série de conflitos violentos e até chacinas organizadas sob a chancela do governo contra os índios. Os sobreviventes internaram-se nas matas, deixando para trás grandes malocas vazias e muitas roças que foram, posteriormente, reaproveitadas pelos colonos.

Agora, os índios... os índios nunca mexeu comigo. Tinha dado uma briga aí, no abrir o pico da Transamazônica, passava bem assim aí, saía na Cidade Alta e cortava lá para Petekaua. Eles saíram daqui. Quando chegou aí com o pico, chegou aí na lavoura deles, eles [os índios Arara] largaram e foram para o Petekaua. A gente chamava pico, lá [no Paraná] nos chama picada e aqui nós chama pico (...) Eles [nos índios] já saíram nervosos daqui, um rapaz com dois cachorro, eles tinham medo do cachorros, os cachorros

---

<sup>29</sup> GOMES, J. do C. *José do Carmo (Diquita)*: depoimento. [1. Abril 2013]. Entrevistador: Carlos Eduardo Caldarelli, Carlos Gimenes. Vitória do Xingu: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 52 min.

<sup>30</sup> KRAUTLER, Erwin. *Dom Erwin Krautler*: depoimento. [29. Julho 2013]. Entrevistador: Carlos Eduardo Caldarelli, Carlos Gimenes, Felipe Matos. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 69 min.

chegavam neles e eles corriam e a turma a roçar no pico da Transamazônica. Sábado a turma desceu para Altamira e ficou dois rapaz lá, eles foram lá e matou o rapaz do cachorro e flechou o outro. O outro saiu flechado daqui e foi bater lá em Altamira. Chegou lá em Altamira ele falou. Lá em Altamira veio o João Pezinho e um irmão do rapaz e um primo e foram lá e escorou eles no Petekaua. Diz que [os índios] iam saindo e eles pau [atiravam], iam descendo. Fizeram um tiroteio lá nos índios muito grande. Isso ai é porque João Pezinho era dentro do INCRA, e aquilo ficou, apaziguou aquilo, né? Veio e mataram índio toda a vida... e os índio correu para a Serra dos Arara, lá no [quilômetro] dezenove, foi embora para lá<sup>31</sup>.

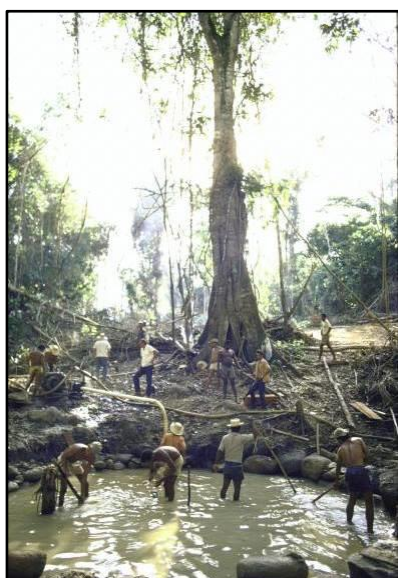


Figura 12 – Trabalhadores derrubando a mata para a abertura da Transamazônica, 1971. Foto: John Domini.  
Fonte: Acervo Revista Life.



Figura 13 – Derrubada de árvore para a construção da rodovia Transamazônica, 1971. Foto: John Domini.  
Fonte: Acervo Revista Life.

O início dos projetos de colonização ao longo da Transamazônica obedeceu a lógica de urbanismo rural projetada pelo INCRA, baseado em três modelos hierárquicos que utilizava a mão de obra dos colonos para auxiliar na abertura das matas na região: as Agrovilas, pequenos centros urbanos destinados aos agricultores, com a finalidade de integrá-los socialmente; a Agrópolis, centro urbano agroindustrial de apoio às agrovilas, se constituindo também no centro administrativo e de concentração de ofertas de serviços aos colonos; e, as Rurópolis, núcleos rurais que concentrariam atividades públicas e privadas, possuindo serviços essenciais de interesse para sua área de influência<sup>32</sup>.

Passou uns dias e o INCRA alugou um trator da [construtora] Queiroz Galvão e entremos onde hoje [em Brasil Novo] é a Casa do Idoso, Delegacia. Naquela parte ali todinha eles entraram [de trator] fazendo só o trilho e nós começemos a fazer casa atrás, bater prego, era dia e noite, casa de madeira. Veio uma serraria pica-pau, nós assentemos ela nesses dez dias, coberta de palha de babaçu e tamo trabalhando. Ai, o negocio soltou, dai [de 1971] pra cá soltou a Transamazônica. (...) Comecemos a

<sup>31</sup> SOUSA, A. *Aurindo de Sousa: depoimento*. [26. Março 2013]. Entrevistador: Tiago Peixoto, Carlos Eduardo Caldarelli, Elisângela Cordovil. Brasil Novo: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 100 min.

<sup>32</sup> CAMARGO, José Geraldo da Cunha. *Urbanismo Rural*. Brasília: Gutenberg, 1973.



pregar e fizemos quarenta e oito casas. Era pro INCRA, isso ai o INCRA pagava, o INCRA era responsável por isso tudo, ai corria dinheiro. Fizemos quarenta e oito casas e quando foi trinta dias após o acidente com nós [naufrágio da lancha Anamam] já começou a vir um navio com seiscentas famílias. (...) Já tinha essas quarenta e oito casas feitas e morava três, quatro famílias dentro de uma casa. Dai começou Brasil Novo. João Pezinho, que era o chefe geral do INCRA, mostrava o desenho e nós construía. Ele foi o chefe geral, foi um grande homem, muito conhecido. Foi o homem que desenrolou a Transamazônica. (...) [Essas casas] era para os colonos. Quem tinha um lote tinha direito. (...) Cada família tinha direito a uma casa na agrovila. Brasil Novo era agrovila, depois passou a Agrópolis. Depois nós viemos e registremos a cidade, quem ponzou o nome foi nós mesmo. Lá na delegacia nós fizemos um restaurante para o Garrastazu Médici, ele não ficava lá em Altamira não, vinha na localidade dele. Ali nós fizemos de madeira, chegava o José Cavalcanti, doutor José Cavalcanti, ele era o presidente do INCRA. Chegou ai e nós fizemos o restaurante e todo mundo vinha ali. Veio gente do Japão, veio os pretos da África, tudo vinha ai e o negócio só foi crescendo, empurrando de um dia para o outro. (...) Tudo aqui foi comprado, não teve nada dado aqui não, só se teve para os outros, para mim, não. Comprei [o lote] e paguei com vinte anos de prazo, fui pagando a prestação. (...) Eu sofri muito, eu levei a vida de Jó. De perder a família, de são Paulo eu vim com lecho [leishmaniose], descobriu osso, descobriu tudo, eu desanimei não. Voltei a ir para a frente. (...)<sup>33</sup>



Figura 14 – Colonos em frente à casa fornecida pelo INCRA, 1971. Foto de John Dominis  
Fonte: Acervo Revista Life.



Figura 15 – Colonos em residência do INCRA, em Brasil Novo.  
Fonte: Acervo Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo.

Brasil Novo se tornou o principal núcleo urbano da região, por possuir uma agrópolis e uma agrovila contígua, concentrando, nos anos iniciais, tanto os colonos quanto a oferta de serviços públicos e privados.

Naquela época [Brasil Novo] era uma agrópolis do INCRA, era uma agrópolis e tinha uma agrovila contígua a ela. A agrópolis era dos funcionários e a agrovila era dos colonos. (...) A primeira coisa que eu me lembro quando olhei lá em Brasil Novo [em 1979] foi o seguinte: “Bem vindo a Brasil Novo”, dai uma serraria imensa. Me deu vontade de sair correndo e nunca mais voltar. Era horrível. Aquilo muito rústico. Você estudou na capital, vivia na cidade, dai voltou para Brasil Novo... Quando eu cheguei

<sup>33</sup> SOUSA, A. *Aurindo de Sousa: depoimento*. [26. Março 2013]. Entrevistador: Tiago Peixoto, Carlos Eduardo Caldarelli, Elisângela Cordovil. Brasil Novo: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 100 min.

era um silêncio, entra em Brasil Novo, tudo em silêncio, eu entrei em pânico. (...) A agrópolis tinha a sede do INCRA, central, e daquela sede tinha uma rua que eles chamavam de barraco, que era o comércio. “Nós vamos para os barraco”, era o comércio. Sapato, comida, roupa, tudo o que você quisesse tinha nos barraco. Tinha um posto do SESP, que dava toda assistência, é hoje o SUS, assistência médica. Dai tinha uma coisa importante que era a delegacia de polícia, pense numa importância. E o INCRA. (...) A agrovila era a continuação da agrópolis, só que moravam os colonos. Eles tinham os lotes e estavam ali [na agrovila] para estudar, os filhos estudarem, ter assistência médica, eles vinha e davam assistência, porque os lotes, a colonização, era ao longo da Transamazônica. Então eles vinham e tinham as agrovilas determinadas. Os maridos moravam nos lotes, as esposas com os filhos na agrovila e eles vinham no final de semana. (...) Eles vinham em cima de burro, de bicicleta, do jeito que dava, a pé, aí vinha, porque as agrovilas eram assim divididas de acordo com as distâncias<sup>34</sup>.

As agrovilas possuíam um “prefeito”, geralmente era um técnico rural contratado pelo INCRA que percorria os lotes de sua jurisdição orientando os agricultores com o trato da terra e na superintendência dos diversos serviços da agrovila, como o posto de venda de gêneros alimentícios e a farmácia. Cada colono, ao se instalar numa agrovila, deveria receber um salário mínimo regional mensal (estimado em Cr\$ 172,80, em 1972) que poderia ser sacado em dinheiro ou em gêneros. Até maio de 1972, sete agrovilas foram instaladas entre Altamira e Marabá<sup>35</sup>.

No entanto, muitas vezes a chegada de migrantes nas áreas de colonização foi superior às previsões, ficando acima da capacidade da agrovila de receber os colonos em boas condições, com o fornecimento de casas e sementes. A prometida oferta de completa infraestrutura – terras produtivas, postos de gasolina, motéis, oficinas mecânicas, restaurantes, escolas, postos de saúde, clubes sociais, hospitais etc. –, bem como dos incentivos prometidos pelo governo federal – como a compra da produção e o fornecimento de sementes – nunca foi cumprida ou foi cumprida parcialmente durante um período, frustrando muitos colonos.

---

<sup>34</sup> RODRIGUES, L. L. da S. *Laurenilda Luzia da Silva Rodrigues*: depoimento. [4. Julho 2012]. Entrevistador: Carlos Eduardo Caldarelli. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 61 min.

<sup>35</sup> GOMES, Flávio Alcaraz. *Transamazônica: a redescoberta do Brasil*. São Paulo: Liv. Cultura, 1972. p. 34-35.



Figura 16 – Construção da agrovila de Brasil Novo.  
Fonte: Acervo de Expedito A. Cândido.



Figura 17 – Colonos de Brasil Novo.  
Fonte: Acervo de Expedito A. Cândido.



Figura 18 – Brasil Novo.  
Fonte: Acervo da Faculdade de Arquitetura da  
Universidade de São Paulo.



Figura 19 – Brasil Novo.  
Fonte: Acervo da Faculdade de Arquitetura da  
Universidade de São Paulo

Ao contrário do discurso oficial, nem todos os colonos que chegavam às agrovilas recebiam uma casa própria e outros tantos tiveram que dividir uma pequena casa com várias famílias.

Aqui tinha casa dentro dessa agrovila (...) que tinha três famílias dentro. Três! Essa casa aqui mesmo que eu tô dentro dela, o cara do INCRA passou para mim, para que eu ficasse com essa aqui. Eu ia a Altamira em cima de caçamba de levar terra. Eu ia de manhã e voltava meio-dia, de tarde a gente tava aqui, para gente não tomar [a casa]. E o cara que morava aqui dentro ia embora para o [Km] cem, para o [Km] noventa, ia morar pra lá, em tal de João Riba. Eu vinha para gente não tomar a casa. E eu ainda carregava a chave. Eles quebravam a porta e ai entravam. Sabe o que é uma casa com três famílias dentro? (...) Aqui não tinha ninguém, nada, nada, nada...<sup>36</sup>.

Para os colonos que chegaram durante o início da implantação dos projetos de colonização, a vida foi ainda mais difícil, por se tratarem dos pioneiros entre os pioneiros, chegando à região antes que qualquer infraestrutura já estivesse instalada:

O INCRA marcou tantos lotes para tantas pessoas. Botaram cada número um lote, botaram [os números] numa vasilha e a gente pegou. Cada um

<sup>36</sup> OLIVEIRA, A. T. de. *Adolfo Tavares de Oliveira: depoimento*. [5. Outubro 2011]. Entrevistador: Helder Pomaro. Brasil Novo: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 53 min.

pegou um numero daquele e cada um ficou com um lote. Foi sorteado por numero, foi desse jeito. Dai já vieram deixar nó aí, só que naquela época não tinha vila, não tinha nada aí. De Brasil Novo para cá não tinha roça, não tinha morador, não tinha boi, era nada, nada, era só a mata. Nós ficamos acampados três meses, nós mesmos fizemos a barraca, era um grupo de cinco. Dividiram os grupos tudo em cinco. Dai [nos] largaram aí, nós trabalhamos de manhã para de noite nós ter o barraco, por nossa conta, para a gente amarrar a rede para dormir. Ficamos três meses debaixo da mata. Essa vila [Jorge Bueno da Silva] que tem aí, quando nós entremos não havia sido cortada nem uma árvore ainda. Era pura mata. Brasil Novo tinha só metade das casas construída, outra metade estava em construção<sup>37</sup>.

Havia um número significativo de colonos que não estava habituado a trabalhar com a terra e mesmo entre aqueles agricultores experientes, o trabalho nos lotes foi de grande dificuldade. A terra fértil prometida pela propaganda oficial era na realidade manchas de terras férteis que não abrangiam todos os lotes. Houve ainda a dificuldade de agricultores da região sul e sudeste de se adaptarem à realidade do solo amazônico, aprendendo com a prática ou com a sabedoria dos trabalhadores locais:

Na nossa região aqui, a massa de terra fértil é muito fina. Tombou de arado, se não adubar, não sai. Aqui é diferente de lá do sul. Lá no sul eu trabalhei dez anos numa terrinha que eu tinha lá e com mais dez anos eu ainda plantava nessa mesma terrinha que eu tinha. Aqui, se tombar [a mata] já era, tem que adubar. Primeiro ano deu pouca chuva, no segundo ano desandou a chover, só numa noite choveu mais de duzentos milímetros, aí estragou tudo, não prestou. Nós plantávamos o toco, como diz a história. Só que depois aqui nós tentemos, não deu certo. Hoje em dia, se eu fosse mexer com agricultura, eu tinha que aprender tudo. Naquela época, faz quarenta anos. Hoje, se não for corrigido o solo, tem que colocar calcário, adubo, aqui também tem que fazer isso, só que não adianta, aqui só presta para fazer pasto e de [cultura] permanente cacau, açaí, essas coisas assim. Lavoura mecanizada aqui, no meu conhecimento, não é viável. Porque onde é plano, ainda dá, que nem aí pra cima, pro lado de Santarém. Agora, nessa nossa região não dá, porque é muito acidentada. O cacau e o açaí se dão bem porque a terra não é cultivada. Ela é plantada e a terra fica ali paradinha, ninguém mexe com ela. Em agricultura, lavoura branca, tem que mexer a terra, aí ela fica solta e a água leva embora, porque onde é acidentada não tem jeito. O cacau daqui já tá há trinta e tantos anos, tá normal como quando foi plantado, ninguém mexe com ele. (...) aqui não adianta nem curva de nível, é complicado. Aqui só presta pasto e lavoura permanente. [Eu não sabia disso quando vim], fui aprendendo com a prática e com o pessoal daqui no começo. Pessoal do INCRA que veio dar assistência para nós<sup>38</sup>.

---

<sup>37</sup> LIMANA, S. *Santo Limana*: depoimento. [26. Março 2013]. Entrevistador: Tiago Peixoto, Carlos Eduardo Caldarelli, Elisângela Cordovil. Medicilândia: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 63 min.

<sup>38</sup> LIMANA, S. *Santo Limana*: depoimento. [26. Março 2013]. Entrevistador: Tiago Peixoto, Carlos Eduardo Caldarelli, Elisângela Cordovil. Medicilândia: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 63 min.



Figura 20 – Construção de ponte de madeira sobre a rodovia Transamazônica.  
Fonte: Acervo do DNIT/Altamira.



Figura 21 – Máquinas trabalhando na abertura da Transamazônica.  
Fonte: Acervo do DNIT/Altamira.

Apesar das dificuldades e das falsas promessas, o projeto de colonização surtiu os efeitos mínimos esperados pelo governo federal: a viabilização de projeto de reforma agrária que dissolveu focos de tensão que ameaçavam os grandes proprietários de terra, principalmente no Nordeste; e, ao mesmo tempo, forneceu um incremento na mão de obra e na oferta de serviços que facilitaram a exploração dos recursos naturais amazônicos.

Neste sentido, segundo Otávio Ianni, o que o Estado propunha em seu urbanismo rural era uma comunidade econômica e politicamente organizada segundo suas razões, com características técnicas, urbanísticas, organizatórias e funcionais com evidente conotação de controle social<sup>39</sup>.

Em Brasil Novo, por exemplo, o INCRA possuía, inclusive, poder policial e assumia para si todos os compromissos que caberiam aos demais órgãos do Estado, num contexto autoritário e de ausência dessas ofertas de serviços públicos. Tal situação foi característica dos primeiros anos de colonização, se diluindo no início da década de 1980, quando da instalação de outros órgãos governamentais, acompanhando as mudanças políticas que aconteciam dentro do regime militar:

Nesta época o INCRA era Promotor, Delegado, tudo, Educador, tudo o que você pensar o INCRA tinha. Tinha os guardas rurais que era a polícia, tinha os prefeitos das áreas, que eram os técnicos agrícolas que ficavam nas áreas da colonização oficial, dividida em determinadas áreas. Os agrônomos ficavam na sede, mas nós fazíamos vistoria direto no campo. Tinha assistente social, tinha médico, (...), tudo era o INCRA, o INCRA era o centro de tudo. (...) O principal era a guarda do INCRA. O delegado ficava lá. Isso foi mudando, o INCRA foi mudando a estrutura, foi dando delegações para outros órgãos, daí foi que chegou a EMATER, para a extensão rural, porque nós fazíamos tudo, a CEPLAC para o plantio de

<sup>39</sup> IANNI, Otávio. *Colonização e Contra Reforma Agrária na Amazônia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1979. p. 61-62.

cacau, a polícia se estruturou e o INCRA deixou para lá. Para você ter uma ideia nós tínhamos uma fabrica de caixão dentro do INCRA. O seu João Gomes e o Canhotoeiro eram quem fazia os caixões do INCRA, para os colonos, quem morresse ali, o caixão tava pronto, não pagava nada, era só ir lá ao INCRA, medir o cabra que nós mandávamos enterrar<sup>40</sup>.



Figura 22 – Agricultores em lavoura de feijão.  
Fonte: Acervo da EMATER/Altamira.



Figura 23 – Mulheres agricultoras da Transamazônica.  
Fonte: Acervo da EMATER/Altamira.

Além de Brasil Novo, outro núcleo populacional de destaque foi Medicilândia, agrovila instalada no Km 90 da rodovia, no trecho entre Altamira e Itaituba. O desenvolvimento da agrovila e, finalmente, sua transformação em município, se deveu a vários fatores, dentre os quais se destacam a fertilidade do solo nesse trecho e a implantação de um projeto canavieiro, do qual fazia parte uma usina de beneficiamento de cana-de-açúcar: o Projeto Abrahm Lincoln (Projeto PACAL), implantado no km 82 da Transamazônica, se tornando a principal agroindústria da Amazônia.

Meu pai vendia farinha em Medicilândia, que na época não era Medicilândia, era o [km] 90, conhecido por Vila Pacal, porque a usina deu origem a essa vila, a usina Abraham Lincoln. Porque aqui na região, na época, a usina de cana era uma das grandes atrações aqui, a usina Abraham Lincoln. Então, antes do cacau, o forte aqui na região era cana. Só que depois a usina acabou e depois surgiu o cacau. Mas, [a Usina] teve um impacto muito grande economicamente, consumia muito, então começou Medicilândia ser a menina dos olhos da gente que vinha de fora já procurando Medicilândia, no Km 90, e aí meu pai vendia farinha lá<sup>41</sup>.

<sup>40</sup> RODRIGUES, L. L. da S. *Laurenilda Luzia da Silva Rodrigues*: depoimento. [4. Julho 2012]. Entrevistador: Carlos Eduardo Caldarelli. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 61 min.

<sup>41</sup> MIRANDA, J. P. de. *José Pereira de Miranda*: depoimento. [6. Fevereiro 2011]. Entrevistador: Tiago Peixoto. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 90 min.



Figura 24 – Estrada que leva a Vila Pacal, em Medicilândia.  
Fonte: Acervo do IBGE.

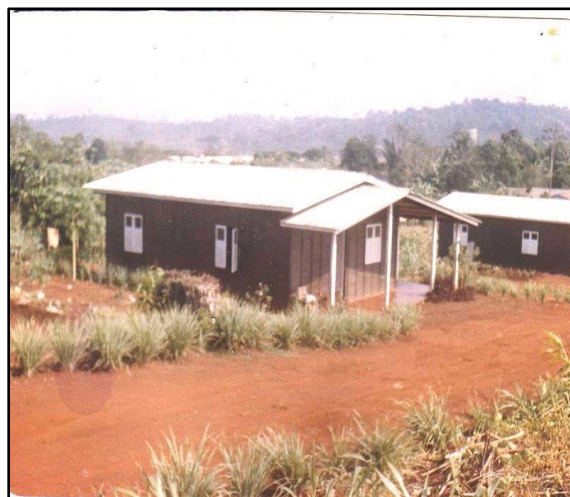


Figura 25 – Casa da CEPLAC (Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira), Vila Pacal, Medicilândia.  
Fonte: Acervo de Expedito A. Cândido.

A explosão demográfica causada na localidade pela instalação da usina, a falta de infraestrutura e o não cumprimento dos contratos assinados pelos administradores da mesma fizeram crescer as tensões sociais na localidade a partir da década de 1980, originando greves e conflitos entre colonos canavieiros e os órgãos públicos. Com o passar dos anos, novos lotes foram acrescentados às glebas originais de terras cedidas pelo INCRA, expandindo a cidade por meio de loteamentos criados por fazendeiros, sem controle por parte do poder público.



Figura 26 – Dom Erwin Krautler, Bispo da Igreja católica no Xingu, é preso e agredido pela Polícia Militar em protesto em favor dos canavieiros de Medicilândia, 1983.  
Fonte: Prelazia do Xingu.



Figura 27 – Usina Abrãham Lincoln, em Medicilândia.  
Fonte: Acervo do IBGE.

O território do atual município de Anapu também fez parte do programa de Integração de Colonização-Altamira (PIC Altamira). O projeto de Anapu abrangeu a área do Km 100 ao Km 175 do trecho Altamira/Marabá, contando com 38 estradas vicinais, das quais somente 17 ofereciam condições regulares de tráfego, e isso apenas no período seco, de junho a dezembro.



Figura 28 – Mercado da COBAL (Companhia Brasileira de Alimentos), Anapu.  
Fonte: Acervo do EMATER/Altamira



Figura 29 – Pimental em Medicilândia.  
Fonte: Acervo do IBGE.

A infraestrutura de Anapu desde a sua implantação foi extremamente precária. Os colonos contavam apenas com um punhado de estabelecimentos comerciais de beira de estrada, um armazém da COBAL, um entreposto da cooperativa local, quase sempre desativado, e um escritório da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) pouco visitado pelos extensionistas. Praticamente não havia serviços públicos no povoado, que sofria constantemente com surtos de malária.

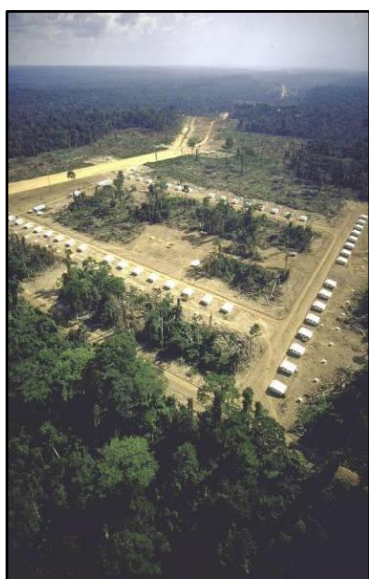


Figura 30 – Brasil Novo, 1971. Foto de John Dominis.  
Fonte: Acervo da Revista Life.



Figura 31 – Vista aérea da Transamazônica, 1971.  
Foto de John Dominis.  
Fonte: Acervo da Revista Life.



A partir das décadas de 1980 e 1990 grande parte dos lotes da região foram desmatados para o cultivo de pasto, cacau, café, pimenta, arroz, milho e feijão. Devido à falta de um posto de revenda de sementes certificadas e a degeneração genética das sementes dos agricultores, as culturas de subsistência (lavoura branca) apresentavam baixa produtividade. A quase totalidade dos colonos utilizavam ferramentas convencionais (facão, foices, machado, enxada) e o beneficiamento dos produtos era feito de maneira rústica.

Como defende Bertha Becker, com a Transamazônica se alterou drasticamente o tempo e o espaço regionais<sup>42</sup>; as relações, que antes se davam por vias fluviais, se voltaram para um modelo rodoviário, apesar do estado precário de estradas e pontes ao longo da rodovia; a terra, antes pouco valorizada, adquire valor como mercadoria e os atores sociais entram em disputa por sua posse e por definição de torrões, numa territorialidade que se manifestou de forma exacerbada e violenta.

Questões ambientais também entraram em pauta, com um modelo de colonização que privilegiava grandes queimadas e derrubadas. Durante a implantação da Transamazônica, cada árvore tombada era vista como expressão do progresso, a vitória da “civilização” contra a “barbárie” e o desmatamento tornou-se política de Estado. O agricultor que não desmatasse seu lote não era titulado pelo INCRA e passava a ser considerado improdutivo.

[Primeira providencia ao chegar ao lote] foi desmatar, desmatar a mata. Eram cinco, dez, até vinte hectares. Era custeado pelo banco, tinha um financiamento, um custeio anual. A primeira planta aqui foi arroz, milho e feijão. O principal era desmatar a frente [do lote], aqui é quinhentos metros de frente. Dai desmatamos cento e cinquenta metros aqui na frente. Ai teve gente que desmatou dez, outros quinze hectares, cada um escolhia, só ia no banco e fazia a proposta, dai tinha o preço para o hectare. Nós viemos aqui já destinados para fazer o desmate. De lá do sul. Já viemos com tudo liberado para financiar, de lá foi feito o cadastro, já liberado, já viemos aqui no banco para liberar quanto quisesse. Nós tínhamos que desmatar, se não desmatasse não ganhava. Era integrar para não entregar, o lema era esse, não foi? Então cada um que entrasse no lote tinha que desmatar, era obrigado, porque se não, não era colono. Todo mundo desmatou. Todo desmatamento, por dois anos, todo desmatamento que foi feito por ai, foi todo financiado. Naquele ano em que nós entremos aqui, nós já trouxemos motosserra. O INCRA arrumou motosserra para cada um. Cada um [colono], uma motosserra para ser emprestada, depois quando acabasse a derrubada era devolvida. O petróleo [combustível] vinha tudo por eles. Só que depois ficou marcado lá na conta, lá no banco, na despesa, rancho, meio ano, salários de seis meses<sup>43</sup>.

Com o passar dos anos, os altos custos e as dificuldades encontradas fizeram com que o projeto inicial da Transamazônica fosse sendo gradativamente abandonado pelo Governo Federal ainda durante o regime militar. Projetada para ter 5.500 quilômetros, quando o desmatamento começou a extensão da estrada se mostrou ainda maior, pois o solo

---

<sup>42</sup> BECKER, Bertha K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990. p. 20.

<sup>43</sup> LIMANA, S. *Santo Limana*: depoimento. [26. Março 2013]. Entrevistador: Tiago Peixoto, Carlos Eduardo Caldarelli, Elisângela Cordovil. Medicilândia: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 63 min.

amazônico não era tão plano quanto os engenheiros do governo pensavam. Dois anos após ser iniciada, a rodovia não avançou nem um quarto do planejamento inicial. Quadro décadas se passaram e atualmente ela soma 2.500 km, com aproximadamente 300 km asfaltados<sup>44</sup>.

Poucas agrovilas prosperaram, como Brasil Novo, Medicilândia e Anapu. A infraestrutura prometida para os colonos muitas vezes ficou restrita a uma estrada vicinal aberta. Sem tecnologia e apoio para produzir, grande parte dos agricultores que resistiram e permaneceram ficou reduzida a uma pequena agricultura familiar de subsistência. Muitos desistiram e retornaram ao seus locais de origem, outros tantos morreram de doenças como a malária e houve também aquelas que abandonaram os lotes e foram com suas famílias para os centros urbanos mais próximos, especialmente Altamira, sem condições de oferecer infraestrutura e emprego para receber a todos



Figura 32 – Queimada noturna durante a abertura da Transamazônica, 1971. Foto de John Dominis. Fonte: Acervo da Revista Life.



Figura 33 – Missa realizada no meio da rodovia Transamazônica com os operários da obra, 1971. Foto de John Dominis. Fonte: Acervo da Revista Life.

Em junho de 1970, quando Médici anunciou oficialmente a construção da estrada, Altamira possuía cerca de 5.800 habitantes. Em apenas um ano, a população local subiu para 12 mil habitantes. Em 1972, dezenove meses depois do anúncio da rodovia, quase 12 mil habitantes viviam em seu centro urbano. Com o inchaço populacional veio o aumento do custo de vida. Um quilo de carne que antes das obras da rodovia custava Cr\$ 1,60 passou a custar, em 1972, Cr\$ 10,00. Houve um incremento no comércio local, na frota de veículos, no número de pensões, bares e pontos de prostituição, além do alto no preço dos aluguéis e dos terrenos nas ruas centrais da cidade, provocando a ocupação de áreas alagadiças e sem infraestrutura mínima, como os igarapés que circundavam o centro da cidade.

No início, milhares de famílias atenderam ao apelo do governo federal, percorrendo distâncias enormes dentro do país para chegar ao seu novo eldorado. Mas, em 1975, menos de cinco mil famílias estavam na região e parte delas só tinham desgosto para contar, abandonados, endividados, subnutridos, doentes, ameaçados de expulsão, à mercê de pistoleiros, grileiros, latifundiários e grupos econômicos que se instalaram na região. A estrada, que consumiu bilhões de dólares e não levou em consideração o conhecimento das

<sup>44</sup> LOURENÇO, Elaine. "Epopéia Amazônica". In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano I, nº 10, maio-junho 2006. p. 27.

populações locais sobre o clima e a topografia ficava intransitável boa parte do ano por conta das chuvas, enchentes, desmoronamentos, falta de conservação e o avanço da floresta<sup>45</sup>.



Figura 34 – Boite Danúbio, Altamira, 1971. Foto de John Dominis.  
Fonte: Acervo Revista Life.



Figura 35 – Protesto contra o estado de abandono dos colonos na Transamazônica.  
Fonte: Acervo da Fundação Viver, Produzir, Preservar.

Cresceram os problemas sociais, os conflitos e a violência contra pequenos proprietários, indígenas, ribeirinhos, líderes sociais. Neste contexto, instituições como a Igreja Católica tiveram importante papel na organização de posseiros face à omissão do governo central. Fraudes fundiárias se tornaram comuns, com falsos registros de terras em nome de grandes latifundiários. Com a expansão das fronteiras proporcionada pela Rodovia Transamazônica e aproveitando programas de crédito do governo federal, grandes latifundiários se estabeleceram na região, alterando a base da economia extrativa que caracterizava a região convertendo parte significativa da floresta em pastos.

Com a atuação de madeireiros, fazendeiros, posseiros e grileiros se acentuaram os conflitos e a violência rural, aumentando a tensão social. Através da atuação de movimentos sociais, que reivindicavam que as terras da união fossem transformadas em áreas de preservação ou em projetos de assentamentos que garantissem a sustentabilidade ambiental, foi elaborado o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), criado oficialmente em 2002, pelo INCRA, mas que enfrentou grande resistência para sua implantação, inclusive com uma série de assassinatos de líderes sociais locais, como a irmã Dorothy Stang, em 2005, uma freira da Congregação Notre Dame de Namur, que desde 1997 trabalhava em favor da implantação de projetos de assentamentos adequados para a conservação da Amazônia.

<sup>45</sup> SENNA, Cristina *et al.* "O processo de ocupação humana na Amazônia: considerações e perspectivas". In: *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Antropologia*. Belém, v. 1, nº 9, p. 3-54, 1994.



Figura 36 – Protestos durante enterro da Irmã Dorothy Stang, em Anapu, 2005.  
Fonte: Acervo da Paróquia Santa Luzia.



Figura 37 – Romaria da Floresta, Anapu, 2013.  
Fonte: Acervo da Paróquia Santa Luzia.

Dizia o discurso oficial do regime militar que a Transamazônica traria o desenvolvimento, o progresso e a civilização para o Médio Xingu, integrando a região ao resto do país. De fato, a Transamazônica proporcionou melhorias nos transportes e nas comunicações, estimulou a organização de núcleos populacionais que deram origem a novos municípios, estimulou a criação de novas frentes de trabalho, forneceu um incremento na produção agrícola local e trouxe melhorias – ainda que insuficientes – na infraestrutura urbana e na oferta de serviços públicos para a população.

No entanto, quarenta anos após o início dos trabalhos na rodovia, permanece a sensação de que o anseio por progresso, na região da Transamazônica, foi sempre um “desencanto contínuo”<sup>46</sup>, o que justifica a aversão de parte da sociedade organizada local com os grandes projetos de desenvolvimento. O estabelecimento de novas formas de segregação e violência, os problemas ambientais, a escalada dos conflitos de terra, o agravamento de questões sociais resultaram na elaboração de estratégias de resistência que simbolizam a luta coletiva da população do Médio Xingu por sobrevivência, uma questão intrínseca à presença humana na região desde os primeiros tempos.

<sup>46</sup> TORRES, Antônio. *Um cão uivando para a lua*. Rio de Janeiro: Gernasa, 1972. p. 73.

## **CAPÍTULO 8**

### **A PRESENÇA NEGRA**

O processo de colonização da Amazônia constitui um capítulo bastante peculiar da ocupação do território que ajudaria a instaurar de forma definitiva as fronteiras que situavam-se nessa época em áreas de litígio. Iniciando-se com incursões bastante esparsas e tímidas, muito mais com o caráter de exploração da grande selva e obtenção das chamadas drogas do sertão bem como do apresamento de indígenas para sua subsequente escravização, essa empresa colonialista delimitou-se durante todo o século XVI e boa parte do século XVII às áreas próximas às embocaduras dos grandes rios, sobretudo situadas no baixo intercurso do Amazonas.

As primeiras entradas foram, em sua maioria, iniciativas espanholas que visavam o mapeamento do território e que tinham como motivação a busca do El Dorado e suas riquezas escondidas em meio à selva. É apenas por volta de 1600 que a presença portuguesa na região se faz notar, mas não sem a concorrência dos holandeses, franceses e ingleses, que, de forma mais ou menos frequente, adentravam o delta do rio Amazonas para realizar trocas com as populações locais.

Entre 1600 e 1630, os portugueses consolidaram o seu total domínio da boca do rio Amazonas e passaram a ter uma ocupação mais dispersa na rede fluvial. O Tratado de Tordesilhas foi violado em quase 1.500 milhas e uma nova barreira se apresentou aos portugueses: os índios “bravos”.

Nesse aspecto, o trabalho de missionários ajudou, em certa medida, para minimizar tanto o extermínio quanto o apresamento de indígenas e sua respectiva utilização como mão de obra escrava, ali e em outras regiões do país. O indígena começava a se tornar uma mão de obra escassa por conta de fatores como a sua resistência, seguida de extermínio; o embrenhamento na selva buscando o distanciamento em relação às áreas de contato; e a oposição dos grupos religiosos ao seu apresamento e exploração (DEL PRIORI & GOMES, 2003).

Tais fatores culminariam mais tarde na proibição da escravização de indígenas, em 1751, o que acabaria favorecendo a importação de escravos negros para trabalharem nas lavouras de cana-de-açúcar, arroz, tabaco, algodão e cacau. O que hoje é o estado do

Maranhão foi o maior beneficiário desse comércio, dado seu posicionamento nas rotas comerciais.

Soma-se a essa proibição a grande rentabilidade oferecida pelo tráfico negreiro e a necessidade da coroa portuguesa de consolidar sua posse sobre aquela parte do território colonial, sobretudo através da exploração agrícola. Os ingleses e os holandeses seriam responsáveis pela introdução de escravos negros para essa finalidade, respectivamente, entre a costa de Macapá e a zona dos estreitos e, no Maranhão, muitos “tapanhunos”, como eram chamados os escravos negros na língua geral, eram desembarcados de navios holandeses (DEL PRIORI & GOMES, 2003).

Porém, são os portugueses que os introduzem em maior número e, sobretudo nas cidades, sua presença se faz sentir de forma mais pronunciada, visto que em 1682 era fundada em Belém a Irmandade do Rosário e, em 1693, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário (DEL PRIORI & GOMES, 2003). As duas irmandades constituem formas de organização bastante consolidadas no Brasil colônia em que o negro através da religião popular católica, alcançava uma série de outras finalidades sejam elas sociais, como a compra de cartas de alforria e religiosas, através da instituição de uma sociedade ritual e obviamente da manifestação ainda que reprimida das tradições africanas.

O tráfico de escravos para a região Norte possuía como ponto privilegiado o Maranhão, fator esse que não deixou de gerar inúmeros atritos entre os escravocratas do Grão-Pará. Esse favorecimento do Maranhão pelo tráfico negreiro em detrimento do Grão-Pará deve-se em grande parte ao desenvolvimento agrícola para exportação na província ser restrito às proximidades da cidade de Belém.

Ao longo da segunda metade do século XVIII moradores de diversas vilas do Grão-Pará e Maranhão enviaram insistentes pedidos de suprimento de mão de obra escrava através de seus representantes nos Senados das Câmaras (DEL PRIORI & GOMES, 2003). A presença africana no delta do Amazonas, sobretudo em Macapá, está associada à defesa dessas posições estratégicas com a construção de fortificações, como é o caso da Fortaleza de São José de Macapá, e também a produção de gêneros demandados pelo capital comercial.

Inicia-se, então, um período de grande fluxo de negros para a Amazônia, por intermédio da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, a partir de 1755 (GOMES, 2003). Estima-se que essa Companhia tenha introduzido, somente no Grão-Pará, 12.587 escravos negros durante seus vinte e dois anos de existência. A importação de negros teria perdurado até 1834, um ano antes do início da *Cabanagem*<sup>1</sup>, o que não excluía

---

<sup>1</sup> A *Cabanagem* foi uma série de revoltas populares ocorridas no Pará, entre 1835 e 1840. A palavra *Cabanagem*, nome pelo qual o episódio ficou conhecido, já denota essa forte presença popular no movimento, pois refere-se à habitação então comum dos ribeirinhos, as “cabanas”.

a continuidade do tráfico interno e do contrabando, que já vinha sendo praticado desde muito tempo, oriundo principalmente de Pernambuco. Tais escravos comercializados internamente possuíam a denominação de “ladinos” (GOMES, 2003).

O tráfico de negros proveniente da África não se estendeu oficialmente para além de 1834, quando chega em Belém o último carregamento. Porém, isso não exclui a possibilidade de terem havido embarques clandestinos pontuais, obviamente em menor número que os que ocorriam na região Sudeste.

A luta pela liberdade como decorrência da luta política passa a ser disseminada com a Cabanagem. A adesão da massa escrava ao movimento de independência que, após consolidado, acabou deixando de lado os ideais da emancipação. Muitos escravos nesse período passaram a fomentar e a liderar levantes em suas localidades. Entre as regiões agrícolas, Acará merece posição de destaque com cerca de 400 negros se levantando sob o comando de um negro chamado Félix; na fazenda Pernambuco ocorreu um dos episódios mais sangrentos da revolta; em Bragantina, Cristovão foi o líder da resistência contra as forças legalistas e, no Baixo Amazonas, o negro Belisário comandou 300 rebeldes, em sua maioria negros (DEL PRIORI & GOMES, 2003).

A Amazônia, apesar de constituir-se como área marginal do império, também recebeu uma parcela significativa de mão de obra escrava, introduzida desde meados do século XVIII até aproximadamente o terceiro quartel do século XIX, conforme aponta Gomes (2003) a partir dos estudos de Patrícia Sampaio.

Essa presença negra na Amazônia habitualmente foi colocada em outros termos pela História, por fatores que dificilmente poderiam ser elucidados. Porém, numa tentativa de compreender de outra forma esse complexo fenômeno, alguns pesquisadores começam a redimensionar o papel desempenhado pelos negros naquele contexto como é o caso de Patrícia Sampaio, cujo trabalho fornece importantes dados como a presença predominante de mulheres negras em detrimentos dos homens e, sobretudo, a pequena incidência de escravos estrangeiros, sendo a maior parte deles provenientes de municípios da própria região (DEL PRIORI & GOMES, 2003).

### **A permeabilidade das fronteiras**

Uma série de documentos oficiais e jornais de Belém publicados desde o período colonial fazem referências às fugas de escravos para as Guianas, o que de certa forma obrigava as autoridades dos países envolvidos a entrarem em uma negociação sobre a troca de fugitivos e vigilância das fronteiras. Porém, a existência de litígios envolvendo a demarcação dos limites entre o Brasil e as Guianas pareciam dificultar a adoção de uma política conjunta.

O papel do negro no dimensionamento das fronteiras amazônicas é equiparado por autores como Gilberto Freyre ao papel dos bandeirantes paulistas. Com a diferença óbvia de que os primeiros buscavam a liberdade fora do alcance da lei e os segundos levavam os grilhões do cativo e a guerra justa.

Com o estabelecimento de mocambos de negro fugidos na floresta amazônica surgiam também com eles redes de troca essenciais para o desenvolvimento de qualquer povoamento. No caso dos mocambos amazônicos é notável a presença do indígena nessas redes e que não pode ser descartada as diversas formas de relações que esses contingentes estabeleceram entre si.

Na região onde hoje se encontra a atual fronteira do Estado do Amapá com a Guiana Francesa com sua intrincada rede fluvial composta por furos e igarapés. Isso somado ao fato de tratar-se de uma fronteira internacional, resultava numa região privilegiada para a fuga de escravos e a manutenção de mocambos que, em grande parte deles, prosperou a agricultura da cana-de-açúcar e a produção de aguardente.

Aparentemente, essas zonas limítrofes da fronteira tornaram-se demasiado movimentada, sobretudo a partir de meados do século XVIII, pois além da movimentação do contingente negro pela região havia uma tentativa de militarização da área em curso baseada no temor de uma intervenção armada dos países vizinhos.

Da mesma forma que havia uma dispersão de contingente populacional originário da colonização portuguesa, ocorria também o fluxo inverso com contingentes populacionais provenientes da colonização espanhola, holandesa e inglesa transitando por essas áreas de litígio.

Fazia parte também dessa dispersão o contingente indígena que, uma vez em fuga da escravidão imposta pelos colonizadores, formava aldeias-mocambos dispersas na floresta e que podia ou não agregar outros contingentes populacionais, sobretudo os que tinham em comum a condição de fugitivos de um regime escravocrata de um Estado genocida.

Denúncias de índios “amocambados” surgiram em grande número na década de 1760. Paradoxalmente, a maneira mais eficaz para se encontrar e capturar índios e negros fugitivos era através do próprio conhecimento do meio que esses contingentes populacionais possuíam. Por volta de 1784 “dois pardos e mulatos” foram contratados pelos portugueses para auxiliar no controle aos índios e a movimentação dos espanhóis pelo fato de falarem “várias línguas do gentio” (DEL PRIORI & GOMES, 2003).

A mesma permeabilidade encontrada na fronteira entre a colônia portuguesa e as de outras nações serve também como modelo de fluxo para outras fronteiras, sobretudo em relação ao trânsito de pessoas interno a colônia portuguesa entre as províncias do Grão-Pará, Maranhão, Ceará e Pernambuco.



As fronteiras geopolíticas eram comprovadamente permeáveis, com um intenso fluxo de negros, índios e brancos que espalhava-se em muitas direções através dos caminhos da floresta e de sua intrincada rede fluvial. É inegável também o fato dessa circulação de pessoas e estabelecimento de alianças não constituir exceção na história da colonização amazônica, mas ao contrário do que muito tem se escrito a esse respeito, constitui-se como dinâmica que antecede, sobretudo, a própria presença dos europeus nas Américas.

O barão de Marajó afirmou no final do século XIX que “índios e negros do mocambo se comunicavam com as malocas de negros que povoavam as cabeceiras do Saramaca e Suriname na colônia holandesa”. Em uma expedição pela Amazônia em 1928, Gastão Cruls registrou a existência de negros remanescentes dos “mocambeiros” que realizam comércio de castanhas, cumaru e óleo de copaíba. De acordo com o relato, esses mocambeiros possuíam relações comerciais com os índios Ariquena, Xaruma e Tunaiana até surgir um conflito proveniente do roubo de mulheres indígenas por parte dos negros. O resultado desse conflito foi o deslocamento dos mocambeiros rio abaixo, se estabelecendo em outros pontos que, por sua vez, proporcionaram o contato e a miscigenação com os “negros da mata” (*bush negroes*) do Suriname.

O encontro de negros fugitivos do Grão-Pará com negros fugitivos do Suriname era bastante recorrente. Entre os registros históricos que tratam desses encontros merecem destaque o depoimento do cacique Aparai Macuru, que mapeia a região do Tumucumaque, em 1944, para Frei Alberto Krause como sendo habitada por “18 tribos de índios e 4 de negros” (DEL PRIORI & GOMES, 2003).

Existem evidências suficientes para caracterizar a porosidade das fronteiras amazônicas, sobretudo através da tradição de imigrações constantes de povos indígenas dos dois lados da fronteira, o que de certa forma favorecia a captura dos agrupamentos de negros fugitivos nas redes de relações indígenas o que, de fato, ocorria desde 1749.

No Baixo Amazonas, Protássio Frikel destacou o comércio que ocorria anualmente entre os Djuhas e as aldeias Turyjó, cujos principais artigos que compunham a negociação eram cachorros de caça e arcos fortes da parte indígena, pano vermelho, miçangas e instrumentos de ferro por parte dos negros (DEL PRIORI & GOMES, 2003).

Um Frei franciscano viajando pela região do rio Trombetas em 1867, relatou ter encontrado um grande mocambo com “cerca de 130 pessoas, além dos índios que estão no meio dos pretos”, mas isso evidentemente não significa que a natureza das relações interétnicas estabelecidas eram apenas de aliança.

Havia obviamente lugar para o conflito como o que ocorreu em 1854 entre os índios Mundurucus e os quilombolas do rio Curuá, que tiveram algumas baixas após a investida dos índios no quilombo. Os índios Parintintins também haviam realizado empresas guerreiras contra quilombolas em 1876, fato esse repetido no ano seguinte, através de uma

investida dos índios Anambés contra uma comunidade negra. No final do século XIX, de acordo com registros de Atille Coudreau, os índios Pianocotós tinham rivalidades com os mocambeiros dos rios Curuá e Cuminá, na região de Santarém (DEL PRIORI & GOMES, 2003).

As relações entre comunidades de negros e índios seguiram sendo registradas durante o século XX. A expedição da Comissão Demarcadora de Fronteiras de 1937 encontrou índios Kaxuyana “mantendo estreita ligação com os pretos do mesmo rio que os empregavam na colheita da castanha e batata, além de servirem de suas mulheres”. Existe também o registro da narrativa de um pajé dos índios Kayana da região do Baixo Amazonas, coletadas por Protássio Frikel em 1955, que relata os conflitos com os quilombolas locais, envolvendo o rapto de mulheres e saques (DEL PRIORI & GOMES, 2003).

Pelas razões explicitadas fica evidente que o contato entre negros e índios foi bastante recorrente na Amazônia através da circulação de experiências que envolvia também a figura dos regatões. Essas aproximações eram realizadas em diversas esferas, com destaque para o trabalho escravo em que negros e índios eram conduzidos pelo chicote e pelo trabalho extenuante. Nesse ambiente em que poucas alternativas de interação social lhes eram ofertadas, as trocas mais favorecidas parecem ter sido as que ocorriam entre as diferentes etnias no próprio cativeiro, o que ocorreu também em diversas capitâneas até o início do século XIX.

O naturalista Alfred Russel Wallace escreveu à respeito de uma viagem a uma fazenda nas proximidades do rio Capim, cujo proprietário possuía cerca de 100 escravos, uma declaração do fazendeiro anfitrião de que a única forma de conseguir bom rendimento dos índios era pondo-os para trabalhar em meio aos negros. Segundo o proprietário, os índios adquiriam alguns hábitos de trabalho dos negros, sobretudo com relação à observação de horários regulares para o início e término dos serviços e a submissão a qualquer tarefa que lhes era ordenada (DEL PRIORI & GOMES, 2003).

Para além do cativeiro, essa proximidade entre negros e índios que consequentemente contribuiu para a transposição de algumas fronteiras culturais ocorreu em grande medida por ocasião das fugas e do subsequente amocambamento desse contingente. Nesse ponto, mesmo parecendo óbvio, vale lembrar que independente da constituição étnica de um mocambo, seja ele formado majoritariamente por negros, por índios ou ainda por apenas um único grupo, não significa que tal grupo submetia-se apenas às suas dinâmicas culturais internas, ou seja, estaria de certa forma livre de influência exterior.

Uma série de estudos recentes demonstra que a ilusão do isolamento, bastante comum na interpretação clássica sobre a Amazônia, não resiste às constatações empíricas.

O povoamento da Amazônia e a constituições de redes entre diversas comunidades existe desde tempos imemoriais, tanto que dessas constatações derivam teorias que lançam um olhar para a floresta amazônica como um grande jardim que atingiu essa diversidade de espécies, pois contou com a mão do homem, seus trânsitos e deslocamentos que durante muito tempo foram invisíveis aos olhos ocidentais.

Fugir da escravidão significava também acessar uma nova rede, uma rede mais antiga, mas nem por isso menos dinâmica, entre as populações que habitavam a região muito antes dos portugueses por lá se aventurarem e que, conforme tentou-se demonstrar aqui, possuíam um refinado conhecimento do meio. Fato esse que ocasionou em diversas ocasiões históricas o recrutamento dessas populações, ou então de outros contingentes que haviam estabelecido com os indígenas outra relação que não uma relação senhor-escravo e, portanto, compartilhado do conhecimento desses povos, para empresas de interesse colonial.

Tão antiga quanto a escravidão, a fuga e a formação de mocambos era também o estabelecimento de alianças como casamento e uniões consensuais, mas também de relações conflituosas entre africanos e indígenas. Essa perspectiva deve necessariamente ser levada em conta quando tentamos compreender a ocupação do território amazônico e, sobretudo, o papel da presença negra e indígena na constituição de novos diálogos interétnicos.

### **O povoamento das vilas amazônicas: o caso de Altamira**

A situação da Amazônia oriental em fins do século XIX era de decadência econômica e populacional, resistindo apenas alguns povoados dispersos ao longo do litoral e das margens dos principais rios entre os quais muitos tinham sua fundação datada do período colonial.

Esse ar de decadência que se instaurava nas vilas amazônicas no período foi bem apreendido pela sensibilidade de Henri Coudreau, quando este discorre sobre a desilusão de um dos pioneiros do povoamento de Altamira no final do século XIX:

A estrada de Vitória a Forte Ambé mede 51,5 quilômetros em linha reta, e 62 quilômetros com as numerosas sinuosidades que apresenta. Ela foi iniciada há uma dezena de anos pelo piauiense Gaioso que, tendo chegado ao baixo Xingu com um bando de 70 escravos, pretendeu fazer um atalho em linha reta, da extremidade sul da Volta à sua extremidade norte. Gaioso não foi dos mais felizes. Avultadas somas de dinheiro e enormes esforços foram o preço de trabalhos muitas vezes estéreis. Não obstante, Gaioso conseguiu abrir uma trilha: do lugar hoje denominado Forte Ambé até a Foz do Juá estendia-se a picada que, no seu entendimento, deveria tornar-se a futura estrada. Com a fortuna e a saúde abaladas, mas prestes a terminar sua obra, quando então iria recolher o legítimo fruto de seus trabalhos, eis que, em 1889, vem a emancipação dos escravos e o paralisa, arruína e abate. A estrada ficou inacabada, tendo os trabalhadores, agora em liberdade, se dispersado pelo sertão vizinho... (COUDREAU, 1977 pp. 14).

A decadência e a situação de abandono em que se encontravam muitos núcleos de povoamento na Amazônia devia-se, sobretudo, ao fato dos mesmos terem sido fundados para atenderem aos interesses da metrópole portuguesa que acabaram perdendo a razão econômica de sua existência, sobretudo com a abolição da escravidão.

Esse foi o caso de Altamira, cuja iniciativa de povoamento foi baseada na mão de obra escrava, como nos relata Coudreau (1977). De acordo com os relatos do viajante é possível inferir que além do pioneirismo de Gaioso repousar sobre o trabalho do negro cativo, esse representava ainda a maioria da população do vilarejo em formação.

Altamira, vilarejo em formação na saída da Estrada Pública do Tucuruí-Ambé, consta apenas de três casas, na margem ocidental (esquerda) do Xingu, rodeadas por extensos terrenos cultivados, que a cada ano mais se espalham para o interior. Altamira e suas roças são uma criação de Gaioso, que aí, mantinha boa parte de seus escravos, senão mesmo a maioria. (COUDREAU, 1977 pp. 25)

A Cabanagem também exerceu uma forte influência sobre o arranjo das vilas amazônicas, sobretudo devido à dispersão e morte de seus habitantes. As fugas de escravos também foram intensificadas durante a revolta, sendo essa massa de fugitivos do lado brasileiro engrossada por desertores do Corpo de Trabalhadores, instituição criada no Grão-Pará pelas autoridades provinciais para evitar uma nova edição do movimento cabano.

Não por acaso na década de 1870 um deputado da Assembleia Legislativa declarou que o Grão-Pará possuía um número “muito avultado” de quilombos, em comparação com sua pequena população escrava. Segundo o próprio deputado, o Grão-Pará podia ver seu território invadido por tropas interessadas em sublevar os escravos contra seus senhores (DEL PRIORI & GOMES, 2003).

Mesmo com inúmeras referências históricas muitos autores negligenciaram a importância da presença africana na Amazônia, sobretudo nas regiões limítrofes do território. Robério Braga mencionou o desprezo por parte de especialistas com relação à participação dos negros na sociedade amazonense, sob o pretexto de inexpressividade ou ausência de fontes documentais para se comprovar essa presença. Dedicou-se, contudo, em outra direção, através da análise de eventos políticos, da expansão e da decadência dos negócios da borracha ou a exploração da mão de obra indígena pela catequese.

Em contrapartida, a presença negra na Amazônia através de relações sociais e culturais é citada em documentos oficiais e em relatos de viajantes, com ênfase maior a partir do século XVIII. As transformações pelas quais passaram essas populações e suas diversas constituições resultantes da interação interétnica escapam obviamente do registro histórico. Porém, a história nos fornece boas pistas do universo possível no espectro das interações humanas na Amazônia.

Conclui-se legítimo assumir uma perspectiva de abordagem da presença negra na Amazônia diferente das visões clássicas de “vazio demográfico” e da sucessão de ciclos econômicos. Um estudo dessas populações precisa superar essas limitações e utilizar-se das fontes históricas de forma crítica, percorrendo-se as entrelinhas de narrativas muitas vezes omissas e carregadas de preconceitos tão recorrentes na história dos oprimidos.

## Referências

COUDREAU, Henri. **Viagem ao Xingu**. São Paulo. Ed. Da Universidade de São Paulo, 1977 [1896]

GOMES, Flávio dos Santos & QUEIROZ, Jonas Marçal. *Em outras margens: Escravidão Africana, Fronteiras e Etnicidade na Amazônia*. In: **Os senhores dos rios**. Org. Mary Del Priore, Flávio dos Santos Gomes. Rio de Janeiro. Elsevier, 2003.